



# Editoração Casa Civil

# CEARÁ

## DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 20 de abril de 2017

SÉRIE 3 ANO IX Nº075

Caderno 1/4

Preço: R\$ 15,78

### PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº32.198, de 20 de abril de 2017.

#### ABRE AOS ÓRGÃOS E ENTIDADES CRÉDITO SUPLEMENTAR DE R\$386.809.343,84 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSIGNADAS NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das suas atribuições que lhe confere o inciso IV, do art.88, da Constituição Estadual, combinado com o inciso III do §1º, do art.43, da Lei Federal nº4.320, de 17 de março de 1964, do art.7º da Lei Estadual nº16.199, de 29 de dezembro de 2016 e com o art.37 da Lei Estadual nº16.084 de 27 de julho de 2016. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias do CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CED, entre modalidades, para despesa com licenciamento de veículo. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – CEE, entre projetos e atividades, para aquisição de equipamentos e produtos para T.I. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias da ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ – EGPCE, entre projetos e atividades, para atender despesas de exercício anterior de contribuição patronal de servidores cedidos e ressarcimento de servidor. CONSIDERANDO a necessidade de suplementar dotações orçamentárias dos ENCARGOS GERAIS DO ESTADO – EGE, para amortização da dívida interna e externa de julho a agosto de 2017. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias da EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ – EMATERCE, entre projetos e atividades, para despesas com o programa de distribuição de sementes e ampliação da assistência técnica aos agricultores em situação de extrema pobreza - Plano Brasil sem Miséria. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias do FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEAS, entre projetos, atividades e regiões, para pagamento do projeto Ceará Acessível. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias da FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – FUNCAP, entre projetos e atividades, para demanda de terceirização dos meses de maio a agosto. CONSIDERANDO a necessidade de realocar e suplementar dotações orçamentárias da FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS – FUNCEME, entre projetos e atividades, para os projetos: Fortalecimento à Recepção de Dados e à Geração de Informações Hidrometeorológicas e Metodologia de modelagem de qualidade da Água. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias do FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FUNDES, entre projetos, atividades e regiões, para as seguintes despesas: reforma e ampliação do hospital municipal do município de Iracema, atender contratos de gestão do Hospital Regional de Sobral, do Hospital Regional do Cariri e do Hospital Waldemar de Alcântara, projetos de educação profissional e projeto da residência multi profissional da Escola de Saúde Pública/ESP, atender contrato de gestão das UPAS, aquisição de equipamentos de citopatologia para o Hospital Geral César Calls, aquisição de material médico e hospitalar para o Hospital Municipal de Carnaubal e Atender a aquisição de veículos para as ações de vigilância em saúde e atender a aquisição de veículos para as ações de vigilância em saúde. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias do INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ – ISSEC, entre projetos e atividades, visando pagamento de indenizações e restituições de servidor. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO – PGE, entre projetos e atividades, para manutenção geral. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias da POLÍCIA MILITAR – PM, entre projetos e atividades, para aquisição de munição letal e fardamento. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias da SECRETARIA DAS CIDADES – SCIDADES, entre projetos e atividades, para transferência de aporte de capital para a CAGECE, complementar o saldo devedor da obra de urbanização do entorno do horto de Nossa Senhora de Fátima no município do Crato, pagamento de aluguel social para famílias

de baixa renda, pagamento da taxa de licenciamento ambiental do projeto do aterro sanitário do município de Assaré, contrapartida do Estado do projeto Joana D'arc - Pró Moradia, execução de ligações domiciliares e intradomiciliares de esgoto e pagamento de medições do projeto Dendê - Pró Moradia 2. CONSIDERANDO a necessidade de suplementar dotações orçamentárias da SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR – SECITECE, para revitalização dos centros Vocacionais Tecnológicos/CVT's, aquisição de 01 (um) ônibus para deslocamento dos estudantes universitários, em Itarema e apoio a projetos e eventos de: educação, divulgação e popularização da ciência, tecnologia e Inovação. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias da SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SDA, entre projetos e atividades, para os projetos: Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará, Projeto Paulo Freire, Desenvolvimento Produtivo com Sustentabilidade Ambiental, Aquisição de 01 (um) trator para o município de Choró, Conclusão do Matadouro Público no município de Uruoca e manutenção dos postos de classificação vegetal. CONSIDERANDO a necessidade de realocar e suplementar dotações orçamentárias da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC, entre projetos e atividades, para despesas com pagamento de medição de escola regular, aquisição de computadores, apoio pedagógico às escolas do campo, aquisição de terminais de videoconferência e pagamento de medições para adequação da Escola de Hotelaria Gastronomia do Ceará. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias da SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA – SEJUS, entre projetos e atividades, para projeto de aparelhamento de 10 unidades básicas de saúde no Estado do Ceará. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias da SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMA, entre projetos e atividades, para o projeto de Implementação e Gestão do Sistema Estadual de Unidades de Conservação. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias da SECRETARIA DO ESPORTE – SESPORTE, entre projetos e atividades, referentes às obras do Centro de Formação Olímpica – CFO. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias da SECRETARIA DO TURISMO – SETUR, entre projetos e atividades, referentes às ações de marketing desta Secretaria, obra de duplicação da CE 085 - trecho IV e Saneamento do Porto das Dunas. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias da SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – SPD, entre projetos e atividades, para despesas com o projeto - Fortalecendo Minha Comunidade. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias da SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS – SRH, entre projetos e atividades, para consultoria técnica especializada em geologia, barragens, obras hidráulicas e assessoramento técnico em projetos. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias da SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SSPDS, entre regiões, relacionados a despesas operacionais. CONSIDERANDO a necessidade de suplementar dotações orçamentárias da SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – STDS, para contrapartida junto ao BID Banco Interamericano de Desenvolvimento. CONSIDERANDO a necessidade de suplementar dotações orçamentárias do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – TCE, referentes ao suporte logístico ao IV Congresso Internacional de Direito Financeiro. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS – TCM, entre projetos e atividades, para atender despesas indispensáveis na área de T.I. DECRETA:

Art.1º - Fica aberto aos órgãos e entidades e na forma do anexo II constante do presente Decreto, crédito suplementar ao orçamento do Centro de Educação a Distância, do Conselho Estadual de Educação, da Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará, dos Encargos Gerais do Estado, da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, do Fundo Estadual de Saúde, do Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará, da Procuradoria Geral do Estado, da Polícia Militar, da Secretaria das Cidades, da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, da Secretaria do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria da Educação, da Secretaria da Justiça e Cidadania, da Secretaria do Meio Ambiente, da Secretaria do Esporte, da Secretaria do Turismo, da Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas, da Secretaria dos Recursos Hídricos, da

Governador <b>CAMILO SOBREIRA DE SANTANA</b>	Secretaria da Educação <b>ANTONIO IDILVAN DE LIMA ALENCAR</b>
Vice - Governador <b>MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO</b>	Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas <b>ALINE BEZERRA OLIVEIRA LIMA</b>
Gabinete do Governador <b>JOSÉ ÉLCIO BATISTA</b>	Secretaria do Esporte <b>GELSON FERRAZ DE MEDEIROS</b>
Gabinete do Vice-Governador <b>FERNANDO ANTÔNIO COSTA DE OLIVEIRA</b>	Secretaria da Fazenda <b>CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO</b>
Casa Civil <b>JOSÉ NELSON MARTINS DE SOUSA</b>	Secretaria da Infraestrutura <b>LUCIO FERREIRA GOMES</b>
Casa Militar <b>CEL. FRANCISCO TÚLIO STUDART DE CASTRO FILHO</b>	Secretaria da Justiça e Cidadania <b>MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO</b>
Procuradoria Geral do Estado <b>JUVÊNCIO VASCONCELOS VIANA</b>	Secretaria do Meio Ambiente <b>ARTUR JOSÉ VIEIRA BRUNO</b>
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado <b>JOSÉ FLÁVIO BARBOSA JUCÁ DE ARAÚJO</b>	Secretaria do Planejamento e Gestão <b>FRANCISCO DE QUEIROZ MAIA JÚNIOR</b>
Conselho Estadual de Educação <b>JOSÉ LINHARES PONTE</b>	Secretaria dos Recursos Hídricos <b>FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA</b>
Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura <b>FRANCISCO OSMAR DIÓGENES BAQUIT</b>	Secretaria de Relações Institucionais <b>JOSÉ NELSON MARTINS DE SOUSA (RESPONDENDO)</b>
Secretaria das Cidades <b>JESUALDO PEREIRA FARIAS</b>	Secretaria da Saúde <b>HENRIQUE JORGE JAVI DE SOUSA</b>
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior <b>INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA</b>	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social <b>ANDRÉ SANTOS COSTA</b>
Secretaria da Cultura <b>FABIANO DOS SANTOS</b>	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social <b>JOSBERTINI VIRGÍNIO CLEMENTINO</b>
Secretaria do Desenvolvimento Agrário <b>FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA</b>	Secretaria do Turismo <b>ARIALDO DE MELLO PINHO</b>
Secretaria do Desenvolvimento Econômico <b>CESARAUGUSTO RIBEIRO</b>	Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário <b>RODRIGO BONA CARNEIRO (RESPONDENDO)</b>

Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios, de R\$386.809.343,84 (TREZENTOS E OITENTA E SEIS MILHÕES, OITOCENTOS E NOVE MIL, TREZENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS) para reforço de dotações orçamentárias consignadas ao vigente orçamento.

R\$1,00

Órgão	Órgão	Origem	Aplicação
CENTRO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA DO ESTADO DO CEARÁ	CED	500,00	500,00
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	CEE	71.550,40	71.550,40
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ	EMATERCE	465.700,00	465.700,00
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	EGE	3.704.000,00	199.780.036,45
ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ	EGPCE	22.300,00	22.300,00
FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	FUNCAP	476.000,00	476.000,00
FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS	FUNCEME	167.884,10	301.917,10
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FEAS	62.644,91	62.644,91
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	FUNDES	70.805.737,90	74.194.737,90
INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ	ISSEC	15.000,00	15.000,00
POLÍCIA MILITAR	PM	1.094.288,00	1.094.288,00
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	PGE	911.893,94	976.893,94
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR	SECITECE	0,00	532.500,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	1.069.000,00	3.613.576,39
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA	SEJUS	1.068.639,79	1.068.639,79
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	SSPDS	100.000,00	100.000,00
SECRETARIA DAS CIDADES	SCIDADES	19.559.768,08	93.461.649,65
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	SDA	4.189.816,03	4.504.816,03
SECRETARIA DO ESPORTE	SESPORTE	1.000.000,00	1.000.000,00
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	SEMA	150.000,00	150.000,00
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO	SEPLAG	314.033,00	0,00
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	STDS	0,00	2.000.000,00
SECRETARIA DO TURISMO	SETUR	2.400.000,00	2.400.000,00
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	SRH	162.593,28	162.593,28
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	SPD	160.000,00	160.000,00
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	TCE	0,00	180.000,00
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS	TCM	14.000,00	14.000,00
Superávit Financeiro apurado no Exercício Anterior - Tesouro - 3.000,00		79.043.957,96	
Superávit Financeiro apurado no Exercício Anterior - Tesouro - 3.010,00		199.780.036,45	
<b>Total</b>		<b>386.809.343,84</b>	<b>386.809.343,84</b>

Art.2º - Os recursos necessários à execução deste Decreto, decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme os anexos I e II.

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 20 de abril de 2017.

Camilo Sobreira de Santana  
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ  
Francisco de Queiroz Maia Júnior  
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO



## ANEXO I A QUE SE REFERE O ART.2º DO DECRETO Nº32.198 DE 20 DE ABRIL DE 2017

## ANULAÇÃO DE CRÉDITO ORDINÁRIO – DIRETAS

Secretaria:	03000000	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS						
Órgão:	03000000	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS						
Unid. Orçamentária:	03100001	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS						
Função.Subfunção.Programa:	01.032.013	CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL						
Ação:	22716	Realização de Atividades de Controle Externo						
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0		1.400,00	
Função.Subfunção.Programa:	01.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO TCM						
Ação:	21802	Manutenção e Funcionamento Administrativo - TCM						
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0		2.000,00	
Ação:	17409	Aquisição e Implantação de Sistemas de TI - TCM						
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0		7.600,00	
			Total da Unidade Orçamentária:				11.000,00	
Unid. Orçamentária:	03100002	INSTITUTO ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS E GESTÃO PÚBLICA WALDEMAR ALCÂNTARA - IESWA						
Função.Subfunção.Programa:	01.128.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO TCM						
Ação:	17411	Desenvolvimento e Capacitação de Servidores - TCM						
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0		3.000,00	
			Total da Unidade Orçamentária:				3.000,00	
			Total do Órgão:				14.000,00	
			Total da Secretaria:				14.000,00	
Secretaria:	10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL						
Órgão:	10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL						
Unid. Orçamentária:	10100001	GABINETE DO SECRETÁRIO						
Função.Subfunção.Programa:	06.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SSPDS E VINCULADAS						
Ação:	21874	Manutenção e Funcionamento Administrativo - SSPDS						
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0		100.000,00	
			Total da Unidade Orçamentária:				100.000,00	
			Total do Órgão:				100.000,00	
Órgão:	10100003	POLÍCIA MILITAR						
Unid. Orçamentária:	10100003	POLÍCIA MILITAR						
Função.Subfunção.Programa:	06.122.003	SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA						
Ação:	18055	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos da Polícia Militar						
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			INVESTIMENTOS	100.00	0		188.572,00	
Região:	07	MACIÇO DO BATURITÉ	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			INVESTIMENTOS	100.00	0		142.858,00	
Região:	10	SERTÃO DE CANINDÉ	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			INVESTIMENTOS	100.00	0		127.858,00	
Ação:	18056	Reforma e Ampliação da Polícia Militar						
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			INVESTIMENTOS	100.00	0		5.000,00	
Região:	02	CENTRO SUL	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			INVESTIMENTOS	100.00	0		5.000,00	
Região:	04	LITORAL LESTE	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			INVESTIMENTOS	100.00	0		5.000,00	
Função.Subfunção.Programa:	06.122.007	SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ						
Ação:	18059	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos da Polícia Militar						
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			INVESTIMENTOS	100.00	0		13.000,00	
Ação:	31593	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE POLICIAL MILITAR/TAUÁ						
Região:	13	SERTÃO DOS INHAMUNS	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			INVESTIMENTOS	100.00	0		300.000,00	
Função.Subfunção.Programa:	06.181.003	SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA						
Ação:	31526	REAPARELHAMENTO DE UNIDADE DA POLÍCIA MILITAR/ICÓ						
Região:	02	CENTRO SUL	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			INVESTIMENTOS	100.00	0		7.000,00	
Ação:	32173	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA O BATALHÃO DE DIVISAS						
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			INVESTIMENTOS	100.00	0		300.000,00	
			Total da Unidade Orçamentária:				1.094.288,00	
			Total do Órgão:				1.094.288,00	
			Total da Secretaria:				1.194.288,00	
Secretaria:	13000000	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO						
Órgão:	13000000	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO						
Unid. Orçamentária:	13100001	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO						
Função.Subfunção.Programa:	03.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA PGE E VINCULADA						
Ação:	21933	Pessoal e Encargos Sociais Folha Normal - PGE						
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100.00	0		911.893,94	
			Total da Unidade Orçamentária:				911.893,94	
			Total do Órgão:				911.893,94	
			Total da Secretaria:				911.893,94	
Secretaria:	17000000	CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO						
Órgão:	17000000	CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO						
Unid. Orçamentária:	17100001	CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO						
Função.Subfunção.Programa:	12.126.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO CEE						
Ação:	17589	Aquisição e Implantação de Sistemas de TI - CEE						
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			INVESTIMENTOS	100.00	0		3.456,40	
Função.Subfunção.Programa:	12.128.079	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO						
Ação:	18424	Melhoria das relações com as instituições que contribuem para o aperfeiçoamento do sistema de ensino						
Região:	02	CENTRO SUL	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	



## ANULAÇÃO DE CRÉDITO ORDINÁRIO – DIRETAS

Região:	05	LITORAL NORTE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	7.619,00
			Despesa	Fonte	Tipo	Valor
Região:	07	MACIÇO DO BATURITÉ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	9.527,00
			Despesa	Fonte	Tipo	Valor
Região:	13	SERTÃO DOS INHAMUNS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	28.568,00
			Despesa	Fonte	Tipo	Valor
Região:	14	VALE DO JAGUARIBE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	954,00
			Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	21.426,00
			Total da Unidade Orçamentária:			71.550,40
			Total do Órgão:			71.550,40
			Total da Secretaria:			71.550,40
Secretaria:	18000000	SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA				
Órgão:	18000000	SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA				
Unid. Orçamentária:	18100004	COORDENADORIA DO SISTEMA PENAL				
Função.Subfunção.Programa:	14.122.004	INFRAESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO				
Ação:	17995	Construção e Ampliação de Penitenciárias				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	282.82	1	1.068.639,79
			Total da Unidade Orçamentária:			1.068.639,79
			Total do Órgão:			1.068.639,79
			Total da Secretaria:			1.068.639,79
Secretaria:	21000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO				
Órgão:	21000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO				
Unid. Orçamentária:	21100021	COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR				
Função.Subfunção.Programa:	20.607.029	DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR				
Ação:	18184	Implantação de Projetos Produtivos em Assentamentos da Reforma Agrária				
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	282.82	1	98.600,00
Região:	02	CENTRO SUL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	282.82	1	99.500,00
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	282.82	1	130.000,00
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	282.82	1	96.985,89
Região:	04	LITORAL LESTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	282.82	1	96.600,00
Região:	05	LITORAL NORTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	282.82	1	23.913,74
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	282.82	1	100.000,00
Região:	07	MACIÇO DO BATURITÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	282.82	1	99.550,00
Região:	09	SERTÃO CENTRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	282.82	1	97.700,00
Região:	10	SERTÃO DE CANINDÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	282.82	1	95.950,00
Região:	12	SERTÃO DOS CRATEÚS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	282.82	1	371.919,62
Ação:	22598	Manutenção dos Postos de Classificação Vegetal				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	50.000,00
			Total da Unidade Orçamentária:			1.360.719,25
Unid. Orçamentária:	21100022	COORDENADORIA DE APOIO ÀS CADEIAS PRODUTIVAS DA PECUÁRIA				
Função.Subfunção.Programa:	20.608.029	DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR				
Ação:	18525	Aquisição e Distribuição de Equipamentos, Utensílios e Sementes para as Cadeias Produtivas da Pecuária				
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	282.82	1	200.000,00
Região:	02	CENTRO SUL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	282.82	1	200.000,00
Região:	07	MACIÇO DO BATURITÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	282.82	1	200.000,00
Região:	08	SERRA DA IBIAPABA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	282.82	1	35.096,78
Região:	09	SERTÃO CENTRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	282.82	1	200.000,00
Região:	12	SERTÃO DOS CRATEÚS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	282.82	1	500.000,00
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	282.82	1	700.000,00
Região:	13	SERTÃO DOS INHAMUNS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	282.82	1	400.000,00
Região:	14	VALE DO JAGUARIBE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	282.82	1	100.000,00
			Total da Unidade Orçamentária:			2.535.096,78
Unid. Orçamentária:	21100026	COORDENADORIA DE PROGRAMAS E PROJETOS ESPECIAIS				
Função.Subfunção.Programa:	20.606.031	INCLUSÃO ECONÔMICA E ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL				
Ação:	18309	PDPC/PPF- Comp. II - Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental				
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	110.00	6	40.000,00
Região:	08	SERRA DA IBIAPABA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	110.00	6	20.000,00
Região:	11	SERTÃO DE SOBRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	110.00	6	18.000,00
Região:	12	SERTÃO DOS CRATEÚS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	110.00	6	18.000,00
Ação:	18330	PDPC/PPF - Comp. I - Desenvolvimento de Capacidades				
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	110.00	6	8.000,00
Região:	06	LITORAL OESTE/VALE DO CURU	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	110.00	6	8.000,00





## ANULAÇÃO DE CRÉDITO ORDINÁRIO – DIRETAS

Região:	08	SERRA DA IBIAPABA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	110.00	6	8.000,00
Região:	11	SERTÃO DE SOBRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	110.00	6	1.000,00
Região:	12	SERTÃO DOS CRATEÚS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	110.00	6	16.000,00
Ação:	18585	PDPC/PPF - Contrato de Regime de Cogestão				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.00	6	157.000,00
			Total da Unidade Orçamentária:			294.000,00
			Total do Órgão:			4.189.816,03
			Total da Secretaria:			4.189.816,03
Secretaria:	22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO				
Órgão:	22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO				
Unid. Orçamentária:	22100022	GABINETE DO SECRETÁRIO				
Função.Subfunção.Programa:	12.361.008	ACESSO E APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS E JOVENS NA IDADE ADEQUADA				
Ação:	31186	EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL/CRATO				
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	100.00	0	9.000,00
Ação:	32214	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA/ORÓS				
Região:	02	CENTRO SUL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	100.00	0	100.000,00
Função.Subfunção.Programa:	12.362.020	ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL				
Ação:	18804	Execução de Obras e aquisição de material permanente das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional - Readequação				
Região:	13	SERTÃO DOS INHAMUNS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	282.82	1	100.000,00
Função.Subfunção.Programa:	12.362.023	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA				
Ação:	22664	Garantia e Funcionamento do Parque Tecnológico das Unidades Escolares da Educação Básica				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	207.00	1	100.000,00
Ação:	22665	Transporte Escolar para Alunos do Ensino Médio				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	207.00	1	230.000,00
Ação:	32067	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA/CRATEÚS				
Região:	12	SERTÃO DOS CRATEÚS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	30.000,00
Ação:	32068	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA/INDEPENDÊNCIA				
Região:	12	SERTÃO DOS CRATEÚS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	30.000,00
Ação:	32107	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA/CANINDÉ				
Região:	10	SERTÃO DE CANINDÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	30.000,00
Ação:	32111	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA/TRAIRI				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	30.000,00
Ação:	32114	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA/PARAMOTI				
Região:	10	SERTÃO DE CANINDÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	30.000,00
Ação:	32117	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA/ARNEIROZ				
Região:	13	SERTÃO DOS INHAMUNS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	30.000,00
Ação:	32122	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA/QUITERIANÓPOLIS				
Região:	13	SERTÃO DOS INHAMUNS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	30.000,00
Ação:	32128	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA/MOMBAÇA				
Região:	09	SERTÃO CENTRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	30.000,00
Ação:	32130	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TAUÁ				
Região:	13	SERTÃO DOS INHAMUNS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	30.000,00
Ação:	32132	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ERERÉ				
Região:	14	VALE DO JAGUARIBE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	30.000,00
Função.Subfunção.Programa:	12.363.020	ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL				
Ação:	18806	Adequação da Oferta e dos currículos de educação profissional				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	207.00	1	100.000,00
Função.Subfunção.Programa:	12.365.008	ACESSO E APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS E JOVENS NA IDADE ADEQUADA				
Ação:	31187	EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL/CRATO				
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	100.00	0	30.000,00
Função.Subfunção.Programa:	12.366.020	ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL				
Ação:	18112	Desenvolvimento Ensino de Jovens e Adultos integrado à Educação Profissional				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	207.00	1	100.000,00
			Total da Unidade Orçamentária:			1.069.000,00
			Total do Órgão:			1.069.000,00
Órgão:	22100050	CENTRO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA DO ESTADO DO CEARÁ				
Unid. Orçamentária:	22100050	CENTRO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA DO ESTADO DO CEARÁ				
Função.Subfunção.Programa:	12.363.023	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA				
Ação:	22878	Manutenção do Centro de Educação a Distância				
Região:	11	SERTÃO DE SOBRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	500,00
			Total da Unidade Orçamentária:			500,00
			Total do Órgão:			500,00
			Total da Secretaria:			1.069.500,00
Secretaria:	29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS				
Órgão:	29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS				



## ANULAÇÃO DE CRÉDITO ORDINÁRIO – DIRETAS

Unid. Orçamentária:	29100005	COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA DOS RECURSOS HÍDRICOS					
Função.Subfunção.Programa:	17.544.016	OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS					
Ação:	18035	Construção da Adutora de Campos Sales, Araripe e Salitre					
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			INVESTIMENTOS	282.82	1	100.000,00	
Ação:	18036	Construção da Adutora de Palmácia					
Região:	07	MACIÇO DO BATURITÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			INVESTIMENTOS	110.00	0	18.104,90	
Ação:	18037	Construção, Ampliação e Recuperação de Adutoras					
Região:	12	SERTÃO DOS CRATEÚS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			INVESTIMENTOS	110.00	0	24.921,28	
Ação:	18050	Construção do Cinturão das Águas do Ceará - CAC - Trecho I					
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			INVESTIMENTOS	110.00	0	11.567,10	
Ação:	18411	Construção de Sistemas de Abastecimento de Água ao longo dos Trechos I, II e III do Eixão das águas					
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			INVESTIMENTOS	110.00	0	5.000,00	
Ação:	18042	Construção da Barragem Germinal em Palmácia					
Região:	07	MACIÇO DO BATURITÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			INVESTIMENTOS	110.00	0	3.000,00	
							Total da Unidade Orçamentária: 162.593,28
							Total do Órgão: 162.593,28
							Total da Secretaria: 162.593,28
Secretaria:	36000000	SECRETARIA DO TURISMO					
Órgão:	36000000	SECRETARIA DO TURISMO					
Unid. Orçamentária:	36100004	UNIDADE EXECUTORA ESTADUAL DO PRODETUR					
Função.Subfunção.Programa:	18.695.028	DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO DESTINO TURISTICO CEARÁ					
Ação:	18605	Gestão Ambiental - PRODETUR NACIONAL					
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			INVESTIMENTOS	100.00	0	500.000,00	
Ação:	18602	Gestão do Programa - PRODETUR NACIONAL					
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			INVESTIMENTOS	100.00	5	1.400.000,00	
Ação:	18604	Infraestrutura de Acesso a Destinos e Serviços Básicos - PRODETUR NACIONAL					
Região:	04	LITORAL LESTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			INVESTIMENTOS	100.00	5	500.000,00	
							Total da Unidade Orçamentária: 2.400.000,00
							Total do Órgão: 2.400.000,00
							Total da Secretaria: 2.400.000,00
Secretaria:	40000000	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO					
Órgão:	40000000	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO					
Unid. Orçamentária:	40100002	ENTIDADE SOB SUPERVISÃO DA SEPLAG					
Função.Subfunção.Programa:	04.121.059	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO					
Ação:	00646	Reforço às Dotações Orçamentárias dos Órgãos e Entidades para a Execução do Programa de Cooperação Federativa					
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			INVESTIMENTOS	101.00	0	3.704.000,00	
							Total da Unidade Orçamentária: 3.704.000,00
							Total do Órgão: 3.704.000,00
							Total da Secretaria: 3.704.000,00
Secretaria:	42000000	SECRETARIA DO ESPORTE					
Órgão:	42000000	SECRETARIA DO ESPORTE					
Unid. Orçamentária:	42100001	SECRETARIA DO ESPORTE					
Função.Subfunção.Programa:	27.811.086	CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO					
Ação:	22962	Gestão e Manutenção do Centro de Formação Olímpica - CFO					
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	1.000.000,00	
							Total da Unidade Orçamentária: 1.000.000,00
							Total do Órgão: 1.000.000,00
							Total da Secretaria: 1.000.000,00
Secretaria:	43000000	SECRETARIA DAS CIDADES					
Órgão:	43000000	SECRETARIA DAS CIDADES					
Unid. Orçamentária:	43100001	SECRETARIA DAS CIDADES					
Função.Subfunção.Programa:	15.451.040	MELHORIA DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS					
Ação:	31840	ARENINHA/CAUCAIA					
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			INVESTIMENTOS	100.00	0	500.000,00	
Função.Subfunção.Programa:	15.543.027	REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS					
Ação:	18151	Demarcação da Área de Proteção Ambiental e Recuperação da Mata Ciliar do Rio Maranguapinho					
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			INVESTIMENTOS	110.00	0	50.000,00	
			INVESTIMENTOS	110.00	7	50.000,00	
Função.Subfunção.Programa:	16.482.022	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL					
Ação:	18924	Projeto Dendê - Comp I - Construção de Habitações de Interesse Social					
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.00	0	200.000,00	
Ação:	18948	Melhoria das Condições Físicas das Unidades Habitacionais na Área Urbana (Reformas)					
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			INVESTIMENTOS	110.00	7	1.312.060,57	
Função.Subfunção.Programa:	17.511.032	ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL					
Ação:	18426	Ceará III - Comp II - Implantação de Serviço de Esgotamento Sanitário					
Região:	04	LITORAL LESTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			INVESTIMENTOS	110.00	7	400.000,00	
Região:	14	VALE DO JAGUARIBE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			INVESTIMENTOS	110.00	7	412.467,00	
Função.Subfunção.Programa:	17.512.021	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS					
Ação:	31459	EXPANSÃO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA/CANINDÉ					
Região:	10	SERTÃO DE CANINDÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			INVESTIMENTOS	110.00	0	300.000,00	



## ANULAÇÃO DE CRÉDITO ORDINÁRIO – DIRETAS

Função.Subfunção.Programa:	17.512.025	ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA				
Ação:	18946	Ampliação do Serviço de Atendimento do Sistema de Esgotamento Sanitário - P4R				
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	110.00	0	253.772,00
Região:	05	LITORAL NORTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	110.00	0	500.000,00
Região:	11	SERTÃO DE SOBRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	110.00	0	500.000,00
Ação:	31202	ESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA/CRATO				
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.00	0	40.000,00
Função.Subfunção.Programa:	18.541.064	RESÍDUOS SÓLIDOS				
Ação:	18929	Elaboração de Estudos, Planos e Projetos para Construção de Central de Tratamento de Resíduos e Estações de Transbordo				
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	50.000,00
Região:	06	LITORAL OESTE/VALE DO CURU	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	100.00	0	85.000,00
Região:	08	SERRA DA IBIAPABA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	35.000,00
Função.Subfunção.Programa:	26.783.019	MOBILIDADE URBANA				
Ação:	18096	Metrofor - Comp I - Implantação do Trem Metropolitano de Fortaleza - 1º Estágio - Linha Sul				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	110.00	0	3.100.000,00
Função.Subfunção.Programa:	26.783.059	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO				
Ação:	00655	Participação Acionária - METROFOR				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVERSÕES FINANCEIRAS	100.00	0	11.771.468,51
			Total da Unidade Orçamentária:			19.559.768,08
			Total do Órgão:			19.559.768,08
			Total da Secretaria:			19.559.768,08
Secretaria:	46000000	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO				
Órgão:	46000000	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO				
Unid. Orçamentária:	46100001	GABINETE DO SECRETÁRIO				
Função.Subfunção.Programa:	04.122.069	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL				
Ação:	18694	Desenvolvimento, Implantação e Integração de Sistemas de Compras				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	248.48	1	314.033,00
			Total da Unidade Orçamentária:			314.033,00
			Total do Órgão:			314.033,00
Órgão:	46100003	ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ				
Unid. Orçamentária:	46100003	COORDENADORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA				
Função.Subfunção.Programa:	04.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEPLAG E VINCULADAS				
Ação:	22237	Pessoal e Encargos Sociais Folha Normal - EGPCE				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100.00	0	22.300,00
			Total da Unidade Orçamentária:			22.300,00
			Total do Órgão:			22.300,00
			Total da Secretaria:			336.333,00
Secretaria:	55000000	SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS				
Órgão:	55000000	SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS				
Unid. Orçamentária:	55100001	SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS				
Função.Subfunção.Programa:	14.301.085	PROTEÇÃO CONTRA O USO PREJUDICIAL DE DROGAS				
Ação:	22675	Apoio ao Desenvolvimento de Projetos/Iniciativas Comunitárias Voltadas para a Promoção da Cidadania e a Prevenção de Uso de Drogas Lícitas e Ilícitas				
Região:	04	LITORAL LESTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.00	0	40.000,00
Região:	05	LITORAL NORTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.00	0	40.000,00
Região:	06	LITORAL OESTE/VALE DO CURU	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.00	0	40.000,00
Região:	07	MACIÇO DO BATURITÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.00	0	40.000,00
			Total da Unidade Orçamentária:			160.000,00
			Total do Órgão:			160.000,00
			Total da Secretaria:			160.000,00
Secretaria:	57000000	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE				
Órgão:	57000000	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE				
Unid. Orçamentária:	57100001	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE				
Função.Subfunção.Programa:	18.541.066	CEARÁ MAIS VERDE				
Ação:	17571	Criação e Implementação de Unidades de Conservação				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	216.00	1	150.000,00
			Total da Unidade Orçamentária:			150.000,00
			Total do Órgão:			150.000,00
			Total da Secretaria:			150.000,00
			Total do Movimento:			35.992.382,52

ANEXO II A QUE SE REFERE O ART.2º DO DECRETO Nº32.198 DE 20 DE ABRIL DE 2017

## ANULAÇÃO DE CRÉDITO ORDINÁRIO – INDIRETAS

Secretaria:	21000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO				
Órgão:	21200001	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ				
Unid. Orçamentária:	21200001	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ				
Função.Subfunção.Programa:	20.128.029	DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR				
Ação:	31857	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA TÉCNICOS DA EMATERCE				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor



## ANULAÇÃO DE CRÉDITO ORDINÁRIO – INDIRETAS

			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	100.000,00
Ação:	18283	Distribuição de Sementes e Mudanças e Prestação de ATER aos Agricultores (as) Familiares				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	100.00	0	1.700,00
Ação:	22945	Manutenção das Unidades Operacionais (Escritórios, Centros de Treinamento e Postos Avançados) de ATER				
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	5.500,00
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	55.000,00
Região:	05	LITORAL NORTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	4.500,00
Região:	08	SERRA DA IBIAPABA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	15.000,00
Região:	09	SERTÃO CENTRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	45.000,00
Região:	12	SERTÃO DOS CRATEÚS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	5.000,00
Região:	13	SERTÃO DOS INHAMUNS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	70.000,00
Ação:	31200	IMPLANTAÇÃO DE PÓLO DE ANÁLISE E RECUPERAÇÃO DE SOLOS/NOVO ORIENTE				
Região:	12	SERTÃO DOS CRATEÚS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	100.00	0	64.000,00
Ação:	31861	ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA (PDV)				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	100.000,00
			Total da Unidade Orçamentária:			465.700,00
			Total do Órgão:			465.700,00
			Total da Secretaria:			465.700,00
Secretaria:	24000000	SECRETARIA DA SAÚDE				
Órgão:	24200004	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE				
Unid. Orçamentária:	24200024	COORDENADORIA DE POLÍTICAS E ATENÇÃO À SAÚDE - COPAS				
Função.Subfunção.Programa:	10.301.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE				
Ação:	18857	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos na Atenção Primária				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	101.00	0	319.511,00
Ação:	18890	Construção, Reforma e Ampliação na Atenção Primária				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	101.00	0	464.989,00
Ação:	18138	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos da Atenção Secundária e Terciária				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	101.00	0	1.384.000,00
Ação:	22891	Fortalecimento das Ações de Saúde Mental				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	789.774,22
			Total da Unidade Orçamentária:			2.958.274,22
Unid. Orçamentária:	24200184	HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA - HGF				
Função.Subfunção.Programa:	10.122.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE				
Ação:	22487	Pessoal e Encargos Sociais - Folha Normal				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	291.00	1	9.817.992,85
			Total da Unidade Orçamentária:			9.817.992,85
Unid. Orçamentária:	24200194	HOSPITAL GERAL CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - HGCCO				
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE				
Ação:	22424	Manutenção das Unidades Próprias da SESA				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	5.149.869,45
			Total da Unidade Orçamentária:			5.149.869,45
Unid. Orçamentária:	24200204	HOSPITAL INFANTIL ALBERT SABIN - HIAS				
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE				
Ação:	22424	Manutenção das Unidades Próprias da SESA				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	1.755.163,04
			Total da Unidade Orçamentária:			1.755.163,04
Unid. Orçamentária:	24200214	HOSPITAL DR. CARLOS ALBERTO DE STUDART GOMES - HM				
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE				
Ação:	22424	Manutenção das Unidades Próprias da SESA				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	12.040.665,04
			Total da Unidade Orçamentária:			12.040.665,04
Unid. Orçamentária:	24200314	CENTRAL DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA - LACEN				
Função.Subfunção.Programa:	10.304.056	VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
Ação:	22517	Pessoal e Encargos Sociais para Vigilância Sanitária - Folha Normal				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	291.00	1	400.000,00
Ação:	22528	Manutenção da Rede de Laboratórios de Saúde Pública				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	680.386,85
			Total da Unidade Orçamentária:			1.080.386,85
Unid. Orçamentária:	24200324	CENTRO INTEGRADO DE DIABETES E HIPERTENSÃO (CIDH)				
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE				
Ação:	22424	Manutenção das Unidades Próprias da SESA				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	110.000,00
			Total da Unidade Orçamentária:			110.000,00
Unid. Orçamentária:	24200364	INSTITUTO DE PREVENÇÃO DO CÂNCER DO CEARÁ - IPC				
Função.Subfunção.Programa:	10.122.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE				
Ação:	22487	Pessoal e Encargos Sociais - Folha Normal				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor





## ANULAÇÃO DE CRÉDITO ORDINÁRIO – INDIRETAS

			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	291.00	1	346.799,13
Ação:	Região:		Despesa	Fonte	Tipo	Valor
22424	03	Manutenção das Unidades Próprias da SESA GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	400.000,00
			Total da Unidade Orçamentária:			746.799,13
Unid. Orçamentária:	24200414	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE (CESAU)				
Função.Subfunção.Programa:	10.122.055	FORTALECIMENTO DA GESTÃO, PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO SUS				
Ação:	22751	Desenvolvimento da Participação Cidadã nos Conselhos de Saúde				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	51.714,75
			Total da Unidade Orçamentária:			51.714,75
Unid. Orçamentária:	24200424	CENTROS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO CEARÁ - HEMOCE				
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE				
Ação:	22477	Funcionamento e Melhoria da Hemorrede				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	270.00	1	15.000,00
			Total da Unidade Orçamentária:			15.000,00
Unid. Orçamentária:	24200444	COORDENADORIA DE REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA - CORAC				
Função.Subfunção.Programa:	10.122.055	FORTALECIMENTO DA GESTÃO, PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO SUS				
Ação:	22541	Regulação, Avaliação, Auditoria e Controle do SUS				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	200.000,00
Função.Subfunção.Programa:	10.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADA				
Ação:	22074	Pessoal e Encargos Sociais Folha Normal - FUNDES				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	291.00	1	150.000,00
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE				
Ação:	22558	Assistência Ambulatorial e Hospitalar de Média e Alta Complexidade (MAC) aos Usuários do SUS				
Região:	02	CENTRO SUL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	300.000,00
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	200.000,00
Região:	04	LITORAL LESTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	170.000,00
Região:	05	LITORAL NORTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	200.000,00
Região:	07	MACIÇO DO BATURITÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	500.000,00
Região:	08	SERRA DA IBIAPABA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	700.000,00
Região:	09	SERTÃO CENTRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	200.000,00
Região:	10	SERTÃO DE CANINDÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	100.000,00
Região:	12	SERTÃO DOS CRATEÚS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	100.000,00
Região:	13	SERTÃO DOS INHAMUNS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	100.000,00
Região:	14	VALE DO JAGUARIBE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	200.000,00
Ação:	22559	Fortalecimento da Rede de Captação e Distribuição de Órgãos				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	100.000,00
			Total da Unidade Orçamentária:			3.220.000,00
Unid. Orçamentária:	24200464	1º COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - FORTALEZA				
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE				
Ação:	22471	Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio				
Região:	04	LITORAL LESTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	500.000,00
			Total da Unidade Orçamentária:			500.000,00
Unid. Orçamentária:	24200474	2º COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - CAUCAIA				
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE				
Ação:	22471	Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	463.080,00
			Total da Unidade Orçamentária:			463.080,00
Unid. Orçamentária:	24200484	3º COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - MARACANAÚ				
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE				
Ação:	22471	Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	167.000,00
			Total da Unidade Orçamentária:			167.000,00
Unid. Orçamentária:	24200494	4º COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - BATURITÉ				
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE				
Ação:	22471	Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio				
Região:	07	MACIÇO DO BATURITÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	196.080,00
			Total da Unidade Orçamentária:			196.080,00
Unid. Orçamentária:	24200504	5º COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - CANINDÉ				
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE				
Ação:	22471	Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio				
Região:	10	SERTÃO DE CANINDÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	196.080,00
			Total da Unidade Orçamentária:			196.080,00
Unid. Orçamentária:	24200514	6º COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - ITAPIOCA				
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE				



## ANULAÇÃO DE CRÉDITO ORDINÁRIO – INDIRETAS

Ação:	22471	Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio						
Região:	06	LITORAL OESTE/VALE DO CURU	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		117.680,00	
			Total da Unidade Orçamentária:				117.680,00	
Unid. Orçamentária:	24200524	7ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - ARACATI						
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE						
Ação:	22471	Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio						
Região:	04	LITORAL LESTE	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		142.600,00	
			Total da Unidade Orçamentária:				142.600,00	
Unid. Orçamentária:	24200534	8ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - QUIXADÁ						
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE						
Ação:	22471	Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio						
Região:	09	SERTÃO CENTRAL	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		167.000,00	
			Total da Unidade Orçamentária:				167.000,00	
Unid. Orçamentária:	24200544	9ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - RUSSAS						
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE						
Ação:	22471	Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio						
Região:	14	VALE DO JAGUARIBE	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		171.680,00	
			Total da Unidade Orçamentária:				171.680,00	
Unid. Orçamentária:	24200554	10ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - LIMOEIRO DO NORTE						
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE						
Ação:	22471	Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio						
Região:	14	VALE DO JAGUARIBE	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		117.680,00	
			Total da Unidade Orçamentária:				117.680,00	
Unid. Orçamentária:	24200564	11ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - SOBRAL						
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE						
Ação:	22471	Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio						
Região:	11	SERTÃO DE SOBRAL	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		142.080,00	
			Total da Unidade Orçamentária:				142.080,00	
Unid. Orçamentária:	24200574	12ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - ACARAÚ						
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE						
Ação:	22471	Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio						
Região:	05	LITORAL NORTE	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		196.080,00	
			Total da Unidade Orçamentária:				196.080,00	
Unid. Orçamentária:	24200584	13ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - TIANGUÁ						
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE						
Ação:	22471	Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio						
Região:	08	SERRA DA IBIAPABA	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		220.302,02	
			Total da Unidade Orçamentária:				220.302,02	
Unid. Orçamentária:	24200594	14ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - TAUÁ						
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE						
Ação:	22471	Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio						
Região:	13	SERTÃO DOS INHAMUNS	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		119.280,10	
			Total da Unidade Orçamentária:				119.280,10	
Unid. Orçamentária:	24200604	15ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - CRATEÚS						
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE						
Ação:	22471	Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio						
Região:	12	SERTÃO DOS CRATEÚS	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		239.280,00	
			Total da Unidade Orçamentária:				239.280,00	
Unid. Orçamentária:	24200614	16ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - CAMOCIM						
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE						
Ação:	22471	Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio						
Região:	05	LITORAL NORTE	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		239.280,00	
			Total da Unidade Orçamentária:				239.280,00	
Unid. Orçamentária:	24200624	17ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - ICÓ						
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE						
Ação:	22471	Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio						
Região:	02	CENTRO SUL	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		337.200,00	
			Total da Unidade Orçamentária:				337.200,00	
Unid. Orçamentária:	24200634	18ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - IGUAU						
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE						
Ação:	22471	Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio						
Região:	02	CENTRO SUL	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		337.200,00	
			Total da Unidade Orçamentária:				337.200,00	
Unid. Orçamentária:	24200644	19ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - BREJO SANTO						
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE						
Ação:	22471	Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio						
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		256.761,57	
			Total da Unidade Orçamentária:				256.761,57	
Unid. Orçamentária:	24200654	20ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - CRATO						
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE						
Ação:	22471	Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio						
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		292.849,85	
			Total da Unidade Orçamentária:				292.849,85	



## ANULAÇÃO DE CRÉDITO ORDINÁRIO – INDIRETAS

Unid. Orçamentária:	24200664	21ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - JUAZEIRO DO NORTE					
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE					
Ação:	22471	Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio					
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	252.800,00	
			Total da Unidade Orçamentária:			252.800,00	
Unid. Orçamentária:	24200784	SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU					
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE					
Ação:	18449	Ampliação e Estruturação Física e Tecnológica para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência					
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			INVESTIMENTOS	101.00	0	74.976,22	
			Total da Unidade Orçamentária:			74.976,22	
Unid. Orçamentária:	24200804	SUPERINTENDÊNCIA DE APOIO À GESTÃO DA REDE DE UNIDADES DE SAÚDE					
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE					
Ação:	22561	Manutenção do Hospital Regional do Sertão Central Executado por Meio de Contrato de Gestão					
Região:	09	SERTÃO CENTRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	101.00	0	2.921.208,80	
Ação:	22749	Fortalecimento da Gestão da Estrutura nas Unidades de Saúde					
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	25.803.221,25	
			Total da Unidade Orçamentária:			28.724.430,05	
Unid. Orçamentária:	24200814	ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA					
Função.Subfunção.Programa:	10.128.076	GESTÃO DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SAÚDE					
Ação:	21978	Desenvolvimento de Projetos Educacionais no Âmbito da Vigilância à Saúde/ESP					
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	159,26	
Ação:	22866	Desenvolvimento de Projetos Educacionais na Área de Educação Profissional em Saúde					
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	8.966,72	
Região:	06	LITORAL OESTE/VALE DO CURU	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	35.923,00	
Região:	07	MACIÇO DO BATURITÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	30.000,00	
Região:	08	SERRA DA IBIAPABA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	10.676,00	
Região:	11	SERTÃO DE SOBRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	10.000,00	
Região:	12	SERTÃO DOS CRATEÚS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	87.747,78	
Ação:	22884	Capacitação de Membros dos Conselhos de Saúde e Comunidade					
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	5.000,00	
			Total da Unidade Orçamentária:			188.472,76	
			Total do Órgão:			70.805.737,90	
			Total da Secretaria:			70.805.737,90	
Secretaria:	29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS					
Órgão:	29200007	FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS					
Unid. Orçamentária:	29200007	FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS					
Função.Subfunção.Programa:	18.542.018	CLIMATOLOGIA, MEIO AMBIENTE E ENERGIAS RENOVÁVEIS					
Ação:	22614	Suporte aos Estudos e Sistemas de Informações Hidroagrometeorológicas					
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	288.89	1	167.884,10	
			Total da Unidade Orçamentária:			167.884,10	
			Total do Órgão:			167.884,10	
			Total da Secretaria:			167.884,10	
Secretaria:	31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR					
Órgão:	31200005	FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO					
Unid. Orçamentária:	31200005	FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO					
Função.Subfunção.Programa:	19.571.061	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DA DIFUSÃO TECNOLÓGICA, E DA CULTURA DE INOVAÇÃO					
Ação:	18139	Modernização da Infraestrutura Física de Institutos e Fundações do Estado do Ceará					
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			INVESTIMENTOS	100.00	7	350.000,00	
Ação:	22474	Suporte às Ações Finalísticas da FUNCAP					
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	276.00	1	126.000,00	
			Total da Unidade Orçamentária:			476.000,00	
			Total do Órgão:			476.000,00	
			Total da Secretaria:			476.000,00	
Secretaria:	46000000	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO					
Órgão:	46200001	INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ					
Unid. Orçamentária:	46200001	INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ					
Função.Subfunção.Programa:	04.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEPLAG E VINCULADAS					
Ação:	22246	Pessoal e Encargos Sociais Folha Complementar - ISSEC					
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100.00	0	15.000,00	
			Total da Unidade Orçamentária:			15.000,00	
			Total do Órgão:			15.000,00	
			Total da Secretaria:			15.000,00	
Secretaria:	47000000	SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
Órgão:	47200002	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Unid. Orçamentária:	47200002	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Função.Subfunção.Programa:	08.242.080	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA					
Ação:	18860	Apoio à Implementação de Políticas Públicas para Inserção Social e Acessibilidade					
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	62.644,91	
			Total da Unidade Orçamentária:			62.644,91	
			Total do Órgão:			62.644,91	
			Total da Secretaria:			62.644,91	
			Total do Movimento:			71.992.966,91	



## ANEXO III A QUE SE REFERE O ART.1º DO DECRETO Nº32.198 DE 20 DE ABRIL DE 2017

## CRÉDITO SUPLEMENTAR – DIRETAS

Secretaria:	02000000	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO						
Órgão:	02000000	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO						
Unid. Orçamentária:	02100001	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO						
Função.Subfunção.Programa:	01.032.014	CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL						
Ação:	18490	Fortalecimento Institucional do TCE no Âmbito do PforR						
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			INVESTIMENTOS	248.48	1	180.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:			180.000,00		
			Total do Órgão:			180.000,00		
			Total da Secretaria:			180.000,00		
Secretaria:	03000000	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS						
Órgão:	03000000	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS						
Unid. Orçamentária:	03100001	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS						
Função.Subfunção.Programa:	01.126.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO TCM						
Ação:	21803	Manutenção e Funcionamento de TI - TCM						
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	14.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:			14.000,00		
			Total do Órgão:			14.000,00		
			Total da Secretaria:			14.000,00		
Secretaria:	10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL						
Órgão:	10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL						
Unid. Orçamentária:	10100001	GABINETE DO SECRETÁRIO						
Função.Subfunção.Programa:	06.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SSPDS E VINCULADAS						
Ação:	21874	Manutenção e Funcionamento Administrativo - SSPDS						
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	50.000,00		
Região:	11	SERTÃO DE SOBRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	50.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:			100.000,00		
			Total do Órgão:			100.000,00		
Órgão:	10100003	POLÍCIA MILITAR						
Unid. Orçamentária:	10100003	POLÍCIA MILITAR						
Função.Subfunção.Programa:	06.122.003	SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA						
Ação:	18055	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos da Polícia Militar						
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	1.094.288,00		
			Total da Unidade Orçamentária:			1.094.288,00		
			Total do Órgão:			1.094.288,00		
			Total da Secretaria:			1.194.288,00		
Secretaria:	13000000	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO						
Órgão:	13000000	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO						
Unid. Orçamentária:	13100001	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO						
Função.Subfunção.Programa:	03.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA PGE E VINCULADA						
Ação:	17544	Promoção do Desenvolvimento Institucional - PGE						
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	300.00	0	65.000,00		
Ação:	21936	Pessoal e Encargos Sociais Folha Complementar - PGE						
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100.00	0	911.893,94		
			Total da Unidade Orçamentária:			976.893,94		
			Total do Órgão:			976.893,94		
			Total da Secretaria:			976.893,94		
Secretaria:	17000000	CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO						
Órgão:	17000000	CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO						
Unid. Orçamentária:	17100001	CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO						
Função.Subfunção.Programa:	12.126.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO CEE						
Ação:	17589	Aquisição e Implantação de Sistemas de TI - CEE						
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	3.456,40		
Função.Subfunção.Programa:	12.128.079	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO						
Ação:	18424	Melhoria das relações com as instituições que contribuem para o aperfeiçoamento do sistema de ensino						
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	4.268,00		
Região:	06	LITORAL OESTE/VALE DO CURU	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	12.841,00		
Região:	08	SERRA DA IBIAPABA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	6.677,50		
Região:	09	SERTÃO CENTRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	20.007,50		
Região:	10	SERTÃO DE CANINDÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	13.330,00		
Região:	11	SERTÃO DE SOBRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	5.723,50		
Região:	12	SERTÃO DOS CRATEÚS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	5.246,50		
			Total da Unidade Orçamentária:			71.550,40		
			Total do Órgão:			71.550,40		
			Total da Secretaria:			71.550,40		
Secretaria:	18000000	SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA						
Órgão:	18000000	SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA						
Unid. Orçamentária:	18100004	COORDENADORIA DO SISTEMA PENAL						
Função.Subfunção.Programa:	14.122.004	INFRAESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO						
Ação:	18029	Aquisição de Móveis, Equipamentos e Veículos para Unidades do Sistema Penitenciário						
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			INVESTIMENTOS	282.82	1	1.068.639,79		





## CRÉDITO SUPLEMENTAR – DIRETAS

			Total da Unidade Orçamentária:			1.068.639,79
			Total do Órgão:			1.068.639,79
			Total da Secretaria:			1.068.639,79
Secretaria:	21000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO				
Órgão:	21000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO				
Unid. Orçamentária:	21100021	COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR				
Função.Subfunção.Programa:	20.607.029	DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR				
Ação:	18184	Implantação de Projetos Produtivos em Assentamentos da Reforma Agrária				
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	282.82	1	18.544,97
Região:	02	CENTRO SUL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	282.82	1	9.336,42
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	282.82	1	1.286.065,17
Região:	04	LITORAL LESTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	282.82	1	232.864,11
Região:	07	MACIÇO DO BATURITÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	282.82	1	313.452,42
Região:	09	SERTÃO CENTRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	282.82	1	167.808,01
Região:	10	SERTÃO DE CANINDÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	282.82	1	187.539,75
Região:	12	SERTÃO DOS CRATEÚS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	282.82	1	1.630.205,18
Ação:	18527	Apoio a Implantação de Projetos Produtivos de Irrigação.				
Região:	09	SERTÃO CENTRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	101.00	0	90.000,00
Ação:	22598	Manutenção dos Postos de Classificação Vegetal				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	100.00	0	50.000,00
						Total da Unidade Orçamentária:
						3.985.816,03
Unid. Orçamentária:	21100022	COORDENADORIA DE APOIO ÀS CADEIAS PRODUTIVAS DA PECUÁRIA				
Função.Subfunção.Programa:	20.608.029	DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR				
Ação:	18555	Implantação, Reforma e Ampliação de Estruturas Físicas de Apoio às Cadeias Produtivas da Pecuária.				
Região:	05	LITORAL NORTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	101.00	0	225.000,00
						Total da Unidade Orçamentária:
						225.000,00
Unid. Orçamentária:	21100026	COORDENADORIA DE PROGRAMAS E PROJETOS ESPECIAIS				
Função.Subfunção.Programa:	20.606.031	INCLUSÃO ECONÔMICA E ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL				
Ação:	18309	PDPC/PPF- Comp. II - Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental				
Região:	06	LITORAL OESTE/VALE DO CURU	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	110.00	6	36.000,00
Região:	13	SERTÃO DOS INHAMUNS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	110.00	6	60.000,00
Ação:	18330	PDPC/PPF - Comp. I - Desenvolvimento de Capacidades				
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	110.00	6	166.000,00
Região:	11	SERTÃO DE SOBRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	110.00	6	11.000,00
Região:	13	SERTÃO DOS INHAMUNS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	110.00	6	21.000,00
						Total da Unidade Orçamentária:
						294.000,00
						Total do Órgão:
						4.504.816,03
						Total da Secretaria:
						4.504.816,03
Secretaria:	22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO				
Órgão:	22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO				
Unid. Orçamentária:	22100022	GABINETE DO SECRETÁRIO				
Função.Subfunção.Programa:	12.126.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEDUC E VINCULADA				
Ação:	17655	Aquisição e Implantação de Sistemas de TI - SEDUC				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	207.00	1	100.000,00
Função.Subfunção.Programa:	12.361.006	INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO				
Ação:	18669	Desenvolvimento das Ações da Educação Indígena, Quilombola e do Campo				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	207.00	1	300.000,00
Ação:	18671	Desenvolvimento de Projetos de Educação Inclusiva e Promoção da Igualdade				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	207.00	1	80.000,00
Função.Subfunção.Programa:	12.362.023	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA				
Ação:	18828	Expansão da Infraestrutura das Escolas de Ensino Médio - Readequação				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	100.00	0	439.000,00
Ação:	18829	Expansão e Melhoria do Parque Tecnológico das Escolas Estaduais de Ensino Médio Adequadas - Readequação				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	282.82	1	100.000,00
Função.Subfunção.Programa:	12.363.028	DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ				
Ação:	18836	Reforma do Panorama Artesanal para Implantação da Escola de Hotelaria e Gastronomia do Ceará				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	2	2.544.576,39
Função.Subfunção.Programa:	12.367.006	INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO				
Ação:	18665	Desenvolvimento das Ações da Educação Especial				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	207.00	1	50.000,00
						Total da Unidade Orçamentária:
						3.613.576,39
						Total do Órgão:
						3.613.576,39
Órgão:	22100050	CENTRO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA DO ESTADO DO CEARÁ				
Unid. Orçamentária:	22100050	CENTRO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA DO ESTADO DO CEARÁ				
Função.Subfunção.Programa:	12.363.023	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA				



## CRÉDITO SUPLEMENTAR – DIRETAS

Ação:	22878	Manutenção do Centro de Educação a Distância						
Região:	11	SERTÃO DE SOBRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	500,00		
			Total da Unidade Orçamentária:			500,00		
			Total do Órgão:			500,00		
			Total da Secretaria:			3.614.076,39		
Secretaria:	29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS						
Órgão:	29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS						
Unid. Orçamentária:	29100002	COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS						
Função.Subfunção.Programa:	18.544.017	GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS						
Ação:	18654	Fortalecimento da Fiscalização dos Recursos Hídricos						
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			INVESTIMENTOS	282.82	1	100.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:			100.000,00		
Unid. Orçamentária:	29100005	COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA DOS RECURSOS HÍDRICOS						
Função.Subfunção.Programa:	17.544.016	OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS						
Ação:	18036	Construção da Adutora de Palmácia						
Região:	07	MACIÇO DO BATURITÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			INVESTIMENTOS	110.00	0	8.292,00		
			INVESTIMENTOS	110.00	7	9.812,90		
Ação:	18037	Construção, Ampliação e Recuperação de Adutoras						
Região:	05	LITORAL NORTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			INVESTIMENTOS	110.00	0	24.921,28		
Ação:	18411	Construção de Sistemas de Abastecimento de Água ao longo dos Trechos I, II e III do Eixão das águas						
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			INVESTIMENTOS	110.00	0	16.567,10		
Ação:	18042	Construção da Barragem Germinal em Palmácia						
Região:	07	MACIÇO DO BATURITÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			INVESTIMENTOS	110.00	0	3.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:			62.593,28		
			Total do Órgão:			162.593,28		
			Total da Secretaria:			162.593,28		
Secretaria:	31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR						
Órgão:	31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR						
Unid. Orçamentária:	31100001	GABINETE DO SECRETÁRIO						
Função.Subfunção.Programa:	12.363.058	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS NÍVEIS: FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, TÉCNICO E TECNOLÓGICO						
Ação:	18717	Revitalização dos Centro Vocacionais Tecnológicos						
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			INVESTIMENTOS	300.00	7	41.050,00		
Região:	02	CENTRO SUL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			INVESTIMENTOS	300.00	7	33.050,00		
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			INVESTIMENTOS	300.00	7	58.537,00		
Região:	08	SERRA DA IBIAPABA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			INVESTIMENTOS	300.00	7	35.050,00		
Região:	09	SERTÃO CENTRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			INVESTIMENTOS	300.00	7	44.181,00		
Região:	14	VALE DO JAGUARIBE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			INVESTIMENTOS	300.00	7	30.632,00		
Função.Subfunção.Programa:	12.364.071	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR						
Ação:	17584	Apoio a Ações de Interiorização da Educação Superior						
Região:	05	LITORAL NORTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			INVESTIMENTOS	300.00	0	250.000,00		
Função.Subfunção.Programa:	19.573.061	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DA DIFUSÃO TECNOLÓGICA, E DA CULTURA DE INOVAÇÃO						
Ação:	18800	Realização de Eventos e Editoração de Periódicos na Área de CT&I						
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	300.00	7	40.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:			532.500,00		
			Total do Órgão:			532.500,00		
			Total da Secretaria:			532.500,00		
Secretaria:	36000000	SECRETARIA DO TURISMO						
Órgão:	36000000	SECRETARIA DO TURISMO						
Unid. Orçamentária:	36100003	DIRETORIA FINANCEIRA						
Função.Subfunção.Programa:	23.695.028	DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO DESTINO TURISTICO CEARÁ						
Ação:	22741	Apoio, Participação e Realização de Eventos de Promoção e Marketing						
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	1.000.000,00		
Ação:	18621	PROINFUR - Infraestrutura Turística: Rodovia						
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			INVESTIMENTOS	100.00	6	1.000.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:			2.000.000,00		
Unid. Orçamentária:	36100004	UNIDADE EXECUTORA ESTADUAL DO PRODETUR						
Função.Subfunção.Programa:	17.695.028	DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO DESTINO TURISTICO CEARÁ						
Ação:	31111	Realização de Serviços Básicos de Saneamento - PRODETUR NACIONAL						
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			INVESTIMENTOS	100.00	5	400.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:			400.000,00		
			Total do Órgão:			2.400.000,00		
			Total da Secretaria:			2.400.000,00		
Secretaria:	40000000	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO						
Órgão:	40000000	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO						
Unid. Orçamentária:	40100001	RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEFAZ						
Função.Subfunção.Programa:	28.841.059	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO						
Ação:	00634	Pagamento da Dívida - Lei 9496						
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor		
			AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	301.00	0	12.343.898,91		
Ação:	00643	Pagamento da Dívida Externa						



## CRÉDITO SUPLEMENTAR – DIRETAS

Região:			Despesa	Fonte	Tipo	Valor
	15	ESTADO DO CEARÁ	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	301.00	0	51.333.078,60
			JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	301.00	0	2.310.564,50
Ação:	00642	Pagamento da Dívida Interna				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	301.00	0	85.931.179,08
			JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	301.00	0	47.861.315,36
			Total da Unidade Orçamentária:			199.780.036,45
			Total do Órgão:			199.780.036,45
			Total da Secretaria:			199.780.036,45
Secretaria:	42000000	SECRETARIA DO ESPORTE				
Órgão:	42000000	SECRETARIA DO ESPORTE				
Unid. Orçamentária:	42100001	SECRETARIA DO ESPORTE				
Função.Subfunção.Programa:	27.811.086	CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO				
Ação:	22962	Gestão e Manutenção do Centro de Formação Olímpica - CFO				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	100.00	0	1.000.000,00
			Total da Unidade Orçamentária:			1.000.000,00
			Total do Órgão:			1.000.000,00
			Total da Secretaria:			1.000.000,00
Secretaria:	43000000	SECRETARIA DAS CIDADES				
Órgão:	43000000	SECRETARIA DAS CIDADES				
Unid. Orçamentária:	43100001	SECRETARIA DAS CIDADES				
Função.Subfunção.Programa:	15.451.010	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA				
Ação:	18322	Melhoria da Infraestrutura Viária Urbana Oriundas de Demandas Municipais				
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	5.542.850,79
Região:	02	CENTRO SUL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	1.608.034,92
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	4.178.274,99
Região:	04	LITORAL LESTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	705.997,13
Região:	05	LITORAL NORTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	5.051.245,99
Região:	06	LITORAL OESTE/VALE DO CURU	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	1.811.647,20
Região:	07	MACIÇO DO BATURITÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	529.533,89
Região:	08	SERRA DA IBIAPABA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	2.783.257,11
Região:	09	SERTÃO CENTRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	1.503.038,53
Região:	10	SERTÃO DE CANINDÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	284.951,25
Região:	11	SERTÃO DE SOBRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	6.665.316,24
Região:	12	SERTÃO DOS CRATEÚS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	2.153.628,22
Região:	13	SERTÃO DOS INHAMUNS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	548.304,12
Região:	14	VALE DO JAGUARIBE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	3.722.926,69
Ação:	18323	Implantação de Infraestrutura Viária Urbana Oriundas de Demandas Municipais				
Região:	07	MACIÇO DO BATURITÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	93.750,00
Região:	08	SERRA DA IBIAPABA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	642.521,37
Região:	12	SERTÃO DOS CRATEÚS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	302.253,72
Função.Subfunção.Programa:	15.451.027	REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS				
Ação:	18337	Obra de Urbanização das Margens de Recursos Hídricos Oriundas de Demandas Municipais				
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	256.478,02
Região:	05	LITORAL NORTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	11.907,38
Região:	10	SERTÃO DE CANINDÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	681.160,81
Região:	12	SERTÃO DOS CRATEÚS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	812.442,96
Função.Subfunção.Programa:	15.451.040	MELHORIA DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS				
Ação:	18341	Ampliação da Oferta de Estruturas Públicas Administrativas Oriundas de Demandas Municipais				
Região:	02	CENTRO SUL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	1.852.500,00
Ação:	18354	Melhoria nas Estruturas Públicas Administrativas Oriundas de Demandas Municipais				
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	25.000,00
Região:	08	SERRA DA IBIAPABA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	232.178,51
Região:	11	SERTÃO DE SOBRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	6.215,95
Região:	13	SERTÃO DOS INHAMUNS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	2.081.448,26
Região:	14	VALE DO JAGUARIBE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	6.416,70
Ação:	18357	Ampliação da Oferta de Estruturas Públicas Oriundas de Demandas Municipais				
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	370.085,00



## CRÉDITO SUPLEMENTAR – DIRETAS

Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	11.601.042,51
Região:	05	LITORAL NORTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	80.657,39
Região:	08	SERRA DA IBIAPABA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	217.587,77
Região:	11	SERTÃO DE SOBRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	1.281.250,00
Região:	13	SERTÃO DOS INHAMUNS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	17.399,02
Ação:	18466	Melhoria nas Estruturas Públicas Oriundas de Demandas Municipais.				
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	37.213,47
Região:	02	CENTRO SUL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	6.052,14
Região:	05	LITORAL NORTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	136.441,66
Região:	06	LITORAL OESTE/VALE DO CURU	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	1.545.501,26
Região:	08	SERRA DA IBIAPABA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	15.000,00
Região:	11	SERTÃO DE SOBRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	1.734.400,94
Região:	12	SERTÃO DOS CRATEÚS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	16.859,44
Região:	14	VALE DO JAGUARIBE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	158.750,00
Ação:	18478	Ampliação da Oferta de Infraestrutura Pública de Convivência Oriundas de Demandas Municipais.				
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	1.206.558,69
Região:	02	CENTRO SUL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	302.007,27
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	1.184.350,62
Região:	04	LITORAL LESTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	1.452.502,91
Região:	05	LITORAL NORTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	557.491,88
Região:	06	LITORAL OESTE/VALE DO CURU	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	199.646,18
Região:	08	SERRA DA IBIAPABA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	478.809,44
Região:	09	SERTÃO CENTRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	143.397,66
Região:	10	SERTÃO DE CANINDÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	162.218,00
Região:	12	SERTÃO DOS CRATEÚS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	66.843,85
Região:	13	SERTÃO DOS INHAMUNS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	958.220,53
Região:	14	VALE DO JAGUARIBE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	561.011,37
Ação:	18652	Melhoria da Infraestrutura Pública de Convivência Oriundas de Demandas Municipais.				
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	364.098,56
Região:	02	CENTRO SUL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	248.488,00
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	598.315,29
Região:	05	LITORAL NORTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	156.250,00
Região:	06	LITORAL OESTE/VALE DO CURU	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	200.000,00
Região:	07	MACIÇO DO BATURITÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	482.658,98
Região:	08	SERRA DA IBIAPABA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	50.000,00
Região:	11	SERTÃO DE SOBRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	707.910,23
Região:	12	SERTÃO DOS CRATEÚS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	137.947,32
Ação:	18655	Melhoria da Infraestrutura Pública de Convivência Oriundas do Governo Estadual.				
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	100.00	7	500.000,00
			INVESTIMENTOS	300.00	7	1.559.133,44
Função.Subfunção.Programa:	15.543.027	REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS				
Ação:	18952	Urbanização de Áreas Subnormais no Âmbito do Programa Pró-Moradia (Projeto Joana D'arc e Projeto Farol Novo)				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	110.00	3	415.000,00
Função.Subfunção.Programa:	16.482.022	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL				
Ação:	18924	Projeto Dendê - Comp I - Construção de Habitações de Interesse Social				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	110.00	3	5.249.527,57
Ação:	18925	Oferta de Moradias de Interesse Social para o Projeto Rio Cocó				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.00	0	200.000,00
Função.Subfunção.Programa:	17.512.025	ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA				
Ação:	18336	Implantação de Drenagem Oriundas de Demandas Municipais				





## CRÉDITO SUPLEMENTAR – DIRETAS

Região:	02	CENTRO SUL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	812.500,00
Ação:	18946	Ampliação do Serviço de Atendimento do Sistema de Esgotamento Sanitário - P4R				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	110.00	0	1.253.772,00
Função.Subfunção.Programa:	17.512.059	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO				
Ação:	00659	Participação Acionária - CAGECE				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVERSÕES FINANCEIRAS	100.00	0	11.771.468,51
Função.Subfunção.Programa:	18.541.064	RESÍDUOS SÓLIDOS				
Ação:	18929	Elaboração de Estudos, Planos e Projetos para Construção de Central de Tratamento de Resíduos e Estações de				
Transbordo						
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	100.00	0	147.000,00
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	23.000,00
			Total da Unidade Orçamentária:			93.461.649,65
			Total do Órgão:			93.461.649,65
			Total da Secretaria:			93.461.649,65
Secretaria:	46000000	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO				
Órgão:	46100003	ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ				
Unid. Orçamentária:	46100003	COORDENADORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA				
Função.Subfunção.Programa:	04.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEPLAG E VINCULADAS				
Ação:	22240	Pessoal e Encargos Sociais Folha Complementar - EGPCE				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100.00	0	22.300,00
			Total da Unidade Orçamentária:			22.300,00
			Total do Órgão:			22.300,00
			Total da Secretaria:			22.300,00
Secretaria:	47000000	SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL				
Órgão:	47000000	SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL				
Unid. Orçamentária:	47100002	COORDENADORIA DE AÇÕES INTERSETORIAIS				
Função.Subfunção.Programa:	08.243.080	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				
Ação:	18385	PROARES III - COMP I - Expansão de Serviços Sociais por Meio dos Planos Participativos Municipais				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	300.00	0	2.000.000,00
			Total da Unidade Orçamentária:			2.000.000,00
			Total do Órgão:			2.000.000,00
			Total da Secretaria:			2.000.000,00
Secretaria:	55000000	SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS				
Órgão:	55000000	SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS				
Unid. Orçamentária:	55100001	SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS				
Função.Subfunção.Programa:	14.301.085	PROTEÇÃO CONTRA O USO PREJUDICIAL DE DROGAS				
Ação:	22675	Apoio ao Desenvolvimento de Projetos/Iniciativas Comunitárias Voltadas para a Promoção da Cidadania e a Prevenção de Uso de Drogas Lícitas e Ilícitas				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.00	0	130.000,00
Região:	11	SERTÃO DE SOBRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.00	0	15.000,00
Região:	14	VALE DO JAGUARIBE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.00	0	15.000,00
			Total da Unidade Orçamentária:			160.000,00
			Total do Órgão:			160.000,00
			Total da Secretaria:			160.000,00
Secretaria:	57000000	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE				
Órgão:	57000000	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE				
Unid. Orçamentária:	57100001	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE				
Função.Subfunção.Programa:	18.541.066	CEARÁ MAIS VERDE				
Ação:	17571	Criação e Implementação de Unidades de Conservação				
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	216.00	1	50.000,00
Região:	04	LITORAL LESTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	216.00	1	50.000,00
Região:	05	LITORAL NORTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	216.00	1	50.000,00
			Total da Unidade Orçamentária:			150.000,00
			Total do Órgão:			150.000,00
			Total da Secretaria:			150.000,00
			Total do Movimento:			311.293.343,93

## ANEXO IV A QUE SE REFERE O ART.1º DO DECRETO Nº32.198 DE 20 DE ABRIL DE 2017

## CRÉDITO SUPLEMENTAR – INDIRETAS

Secretaria:	21000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO				
Órgão:	21200001	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ				
Unid. Orçamentária:	21200001	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ				
Função.Subfunção.Programa:	20.606.029	DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR				
Ação:	18283	Distribuição de Sementes e Mudas e Prestação de ATER aos Agricultores (as) Familiares				
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	10.000,00
Região:	02	CENTRO SUL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	5.000,00
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	31.700,00
Região:	04	LITORAL LESTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	5.000,00
Região:	05	LITORAL NORTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor



## CRÉDITO SUPLEMENTAR – INDIRETAS

Região:	06	LITORAL OESTE/VALE DO CURU	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	8.000,00
			Despesa	Fonte	Tipo	Valor
Região:	07	MACIÇO DO BATURITÉ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	7.000,00
			Despesa	Fonte	Tipo	Valor
Região:	08	SERRA DA IBIAPABA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	7.000,00
			Despesa	Fonte	Tipo	Valor
Região:	09	SERTÃO CENTRAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	7.000,00
			Despesa	Fonte	Tipo	Valor
Região:	10	SERTÃO DE CANINDÉ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	7.000,00
			Despesa	Fonte	Tipo	Valor
Região:	11	SERTÃO DE SOBRAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	10.000,00
			Despesa	Fonte	Tipo	Valor
Região:	12	SERTÃO DOS CRATEÚS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	7.000,00
			Despesa	Fonte	Tipo	Valor
Região:	13	SERTÃO DOS INHAMUNS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	7.000,00
			Despesa	Fonte	Tipo	Valor
Região:	14	VALE DO JAGUARIBE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	10.000,00
			Despesa	Fonte	Tipo	Valor
Função.Subfunção.Programa:	20.606.031	INCLUSÃO ECONÔMICA E ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL				
Ação:	18148	Divulgação e Implantação de Políticas Públicas com Assistência Técnica e Extensão Rural às Famílias em Situação de Extrema Pobreza				
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	7	20.000,00
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	7	300.000,00
Região:	04	LITORAL LESTE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	7	4.500,00
Região:	11	SERTÃO DE SOBRAL	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	7	10.000,00
Região:	14	VALE DO JAGUARIBE	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	7	2.500,00
			Total da Unidade Orçamentária:			465.700,00
			Total do Órgão:			465.700,00
			Total da Secretaria:			465.700,00
Secretaria:	24000000	SECRETARIA DA SAÚDE				
Órgão:	24200004	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE				
Unid. Orçamentária:	24200024	COORDENADORIA DE POLÍTICAS E ATENÇÃO À SAÚDE - COPAS				
Função.Subfunção.Programa:	10.301.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE				
Ação:	18857	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos na Atenção Primária				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	101.00	0	430.000,00
Ação:	31085	Auxílio Financeiro na Atenção Primária				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	101.00	0	2.152.500,00
Ação:	18138	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos da Atenção Secundária e Terciária				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	101.00	0	1.808.000,00
Ação:	18142	Construção, Reforma e Ampliação na Atenção Secundária e Terciária				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	101.00	0	366.274,00
Ação:	31086	Auxílio Financeiro na Atenção Secundária e Terciária				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	101.00	0	800.726,00
			Total da Unidade Orçamentária:			5.557.500,00
Unid. Orçamentária:	24200034	COORDENADORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA - COAFI				
Função.Subfunção.Programa:	10.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADA				
Ação:	22075	Manutenção e Funcionamento Administrativo - FUNDES				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	1.273.447,50
			Total da Unidade Orçamentária:			1.273.447,50
Unid. Orçamentária:	24200194	HOSPITAL GERAL CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - HGCCO				
Função.Subfunção.Programa:	10.305.056	VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
Ação:	18549	Estruturação, Adequação Física e Tecnológica nas Áreas de Vigilância Epidemiológica e Sanitária				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	291.00	1	200.000,00
			Total da Unidade Orçamentária:			200.000,00
Unid. Orçamentária:	24200314	CENTRAL DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA - LACEN				
Função.Subfunção.Programa:	10.304.056	VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
Ação:	22528	Manutenção da Rede de Laboratórios de Saúde Pública				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	270.00	1	15.000,00
			Total da Unidade Orçamentária:			15.000,00
Unid. Orçamentária:	24200354	CENTRO ODONTOLÓGICO TIPO II (CEO - JOAQUIM TAVORA)				
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE				
Ação:	18142	Construção, Reforma e Ampliação na Atenção Secundária e Terciária				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			INVESTIMENTOS	101.00	0	74.976,22
			Total da Unidade Orçamentária:			74.976,22
Unid. Orçamentária:	24200444	COORDENADORIA DE REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA - CORAC				
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE				
Ação:	22558	Assistência Ambulatorial e Hospitalar de Média e Alta Complexidade (MAC) aos Usuários do SUS				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	101.00	0	2.921.208,80
			Total da Unidade Orçamentária:			2.921.208,80
Unid. Orçamentária:	24200474	2ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - CAUCAIA				
Função.Subfunção.Programa:	10.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADA				
Ação:	22075	Manutenção e Funcionamento Administrativo - FUNDES				



## CRÉDITO SUPLEMENTAR – INDIRETAS

Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	10.000,00
			Total da Unidade Orçamentária:			10.000,00
Unid. Orçamentária:	24200484	3º COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - MARACANAÚ				
Função.Subfunção.Programa:	10.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADA				
Ação:	22075	Manutenção e Funcionamento Administrativo - FUNDES				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	10.000,00
			Total da Unidade Orçamentária:			10.000,00
Unid. Orçamentária:	24200504	5º COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - CANINDÉ				
Função.Subfunção.Programa:	10.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADA				
Ação:	22075	Manutenção e Funcionamento Administrativo - FUNDES				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	69.868,08
			Total da Unidade Orçamentária:			69.868,08
Unid. Orçamentária:	24200514	6º COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - ITAIPOCA				
Função.Subfunção.Programa:	10.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADA				
Ação:	22075	Manutenção e Funcionamento Administrativo - FUNDES				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	58.698,64
			Total da Unidade Orçamentária:			58.698,64
Unid. Orçamentária:	24200524	7º COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - ARACATI				
Função.Subfunção.Programa:	10.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADA				
Ação:	22075	Manutenção e Funcionamento Administrativo - FUNDES				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	62.867,36
			Total da Unidade Orçamentária:			62.867,36
Unid. Orçamentária:	24200534	8º COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - QUIXADÁ				
Função.Subfunção.Programa:	10.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADA				
Ação:	22075	Manutenção e Funcionamento Administrativo - FUNDES				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	104.771,92
			Total da Unidade Orçamentária:			104.771,92
Unid. Orçamentária:	24200544	9º COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - RUSSAS				
Função.Subfunção.Programa:	10.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADA				
Ação:	22075	Manutenção e Funcionamento Administrativo - FUNDES				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	35.493,28
			Total da Unidade Orçamentária:			35.493,28
Unid. Orçamentária:	24200554	10º COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - LIMOEIRO DO NORTE				
Função.Subfunção.Programa:	10.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADA				
Ação:	22075	Manutenção e Funcionamento Administrativo - FUNDES				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	71.366,56
			Total da Unidade Orçamentária:			71.366,56
Unid. Orçamentária:	24200574	12º COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - ACARAÚ				
Função.Subfunção.Programa:	10.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADA				
Ação:	22075	Manutenção e Funcionamento Administrativo - FUNDES				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	38.386,80
			Total da Unidade Orçamentária:			38.386,80
Unid. Orçamentária:	24200584	13º COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - TIANGUÁ				
Função.Subfunção.Programa:	10.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADA				
Ação:	22075	Manutenção e Funcionamento Administrativo - FUNDES				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	32.283,60
			Total da Unidade Orçamentária:			32.283,60
Unid. Orçamentária:	24200594	14º COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - TAUÁ				
Função.Subfunção.Programa:	10.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADA				
Ação:	22075	Manutenção e Funcionamento Administrativo - FUNDES				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	70.498,48
			Total da Unidade Orçamentária:			70.498,48
Unid. Orçamentária:	24200604	15º COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - CRATEÚS				
Função.Subfunção.Programa:	10.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADA				
Ação:	22075	Manutenção e Funcionamento Administrativo - FUNDES				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	88.916,56
			Total da Unidade Orçamentária:			88.916,56
Unid. Orçamentária:	24200614	16º COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - CAMOCIM				
Função.Subfunção.Programa:	10.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADA				
Ação:	22075	Manutenção e Funcionamento Administrativo - FUNDES				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	53.006,88
			Total da Unidade Orçamentária:			53.006,88
Unid. Orçamentária:	24200624	17º COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - ICÓ				
Função.Subfunção.Programa:	10.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADA				
Ação:	22075	Manutenção e Funcionamento Administrativo - FUNDES				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	72.288,40
			Total da Unidade Orçamentária:			72.288,40
Unid. Orçamentária:	24200644	19º COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - BREJO SANTO				
Função.Subfunção.Programa:	10.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADA				
Ação:	22075	Manutenção e Funcionamento Administrativo - FUNDES				
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1	62.829,92
			Total da Unidade Orçamentária:			62.829,92
Unid. Orçamentária:	24200654	20º COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - CRATO				



## CRÉDITO SUPLEMENTAR – INDIRETAS

Função.Subfunção.Programa:	10.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADA						
Ação:	22075	Manutenção e Funcionamento Administrativo - FUNDES						
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		77.950,08	
			Total da Unidade Orçamentária:				77.950,08	
Unid. Orçamentária:	24200664	21ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - JUAZEIRO DO NORTE						
Função.Subfunção.Programa:	10.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADA						
Ação:	22075	Manutenção e Funcionamento Administrativo - FUNDES						
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		61.885,92	
			Total da Unidade Orçamentária:				61.885,92	
Unid. Orçamentária:	24200764	COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO À SAÚDE - COPROM						
Função.Subfunção.Programa:	10.304.056	VIGILÂNCIA EM SAÚDE						
Ação:	18441	Reforma e/ou Ampliação das Áreas de Vigilância Sanitária e Aquisição de Equipamentos						
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			INVESTIMENTOS	291.00	1		750.000,00	
Ação:	18583	Reforma e/ou Ampliação das Áreas de Vigilância em Saúde e Aquisição de Equipamentos						
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			INVESTIMENTOS	291.00	1		1.740.000,00	
			Total da Unidade Orçamentária:				2.490.000,00	
Unid. Orçamentária:	24200804	SUPERINTENDÊNCIA DE APOIO À GESTÃO DA REDE DE UNIDADES DE SAÚDE						
Função.Subfunção.Programa:	10.302.057	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE						
Ação:	22560	Manutenção do Hospital Geral Dr. Waldemar de Alcântara Executado por Meio de Contrato de Gestão						
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		13.703.219,78	
Ação:	22562	Manutenção do Hospital Regional do Cariri Executado por Meio de Contrato de Gestão						
Região:	01	CARIRI	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		11.444.573,98	
Ação:	22563	Manutenção do Hospital Regional Norte Executado por Meio de Contrato de Gestão						
Região:	11	SERTÃO DE SOBRAL	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		25.370.583,11	
Ação:	22566	Manutenção das Unidades de Pronto Atendimento - UPAS Executado por Meio de Contrato de Gestão						
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		9.974.643,27	
			Total da Unidade Orçamentária:				60.493.020,14	
Unid. Orçamentária:	24200814	ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA						
Função.Subfunção.Programa:	10.128.076	GESTÃO DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SAÚDE						
Ação:	22866	Desenvolvimento de Projetos Educacionais na Área de Educação Profissional em Saúde						
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		129.561,50	
Região:	04	LITORAL LESTE	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		29.240,00	
Região:	09	SERTÃO CENTRAL	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		24.512,00	
Ação:	22877	Desenvolvimento de Projetos Educacionais: Residência Multiprofissional						
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	291.00	1		5.159,26	
			Total da Unidade Orçamentária:				188.472,76	
			Total do Órgão:				74.194.737,90	
			Total da Secretaria:				74.194.737,90	
Secretaria:	29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS						
Órgão:	29200007	FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS						
Unid. Orçamentária:	29200007	FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS						
Função.Subfunção.Programa:	18.542.018	CLIMATOLOGIA, MEIO AMBIENTE E ENERGIAS RENOVÁVEIS						
Ação:	18420	Realização e Difusão de Estudos e Pesquisas nas Áreas de Meteorologia, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Energia						
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	288.89	1		167.884,10	
Ação:	18567	Desenvolvimento de Metodologia de Modelagem de Qualidade de Água para os Reservatórios do Estado do Ceará						
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			INVESTIMENTOS	248.48	1		134.033,00	
			Total da Unidade Orçamentária:				301.917,10	
			Total do Órgão:				301.917,10	
			Total da Secretaria:				301.917,10	
Secretaria:	31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR						
Órgão:	31200005	FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO						
Unid. Orçamentária:	31200005	FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO						
Função.Subfunção.Programa:	19.126.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECITECE E VINCULADAS						
Ação:	22154	Manutenção e Funcionamento de TI - FUNCAP						
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0		350.000,00	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	276.00	1		126.000,00	
			Total da Unidade Orçamentária:				476.000,00	
			Total do Órgão:				476.000,00	
			Total da Secretaria:				476.000,00	
Secretaria:	46000000	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO						
Órgão:	46200001	INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ						
Unid. Orçamentária:	46200001	INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ						
Função.Subfunção.Programa:	04.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEPLAG E VINCULADAS						
Ação:	22246	Pessoal e Encargos Sociais Folha Complementar - ISSSEC						
Região:	15	ESTADO DO CEARÁ	Despesa	Fonte	Tipo		Valor	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0		15.000,00	
			Total da Unidade Orçamentária:				15.000,00	
			Total do Órgão:				15.000,00	
			Total da Secretaria:				15.000,00	





## CRÉDITO SUPLEMENTAR – INDIRETAS

Secretaria:	47000000	SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL				
Órgão:	47200002	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Unid. Orçamentária:	47200002	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Função.Subfunção.Programa:	08.242.080	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				
Ação:	18860	Apoio à Implementação de Políticas Públicas para Inserção Social e Acessibilidade				
Região:	07	MACIÇO DO BATURITÉ	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	41.763,27
Região:	12	SERTÃO DOS CRATEÚS	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	20.881,64
			Total da Unidade Orçamentária:			62.644,91
			Total do Órgão:			62.644,91
			Total da Secretaria:			62.644,91
			Total do Movimento:			75.515.999,91

\*\*\* \*\*

## CORRIGENDA

No Decreto Nº32181, de 29 de março de 2017, publicado no Diário Oficial de 29 de março de 2017, em seu Anexo II: **ONDE SE LÊ:**

Secretaria:	53000000	CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO				
Órgão:	53000000	CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO				
Unid. Orçamentária:	53100002	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO				
Função.Subfunção.Programa:	06.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CGD				
Ação:	22310	Manutenção e Funcionamento Administrativo - CGD				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.00.00	0	83.621,91

## LEIA-SE:

Secretaria:	53000000	CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO				
Órgão:	53000000	CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO				
Unid. Orçamentária:	53100002	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO				
Função.Subfunção.Programa:	06.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CGD				
Ação:	22310	Manutenção e Funcionamento Administrativo - CGD				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.00.00	0	62.476,04
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.00.00	0	21.145,87

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 20 de abril de 2017.

Camilo Sobreira de Santana

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Francisco de Queiroz Maia Júnior

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

ANEXO II A QUE SE REFERE O ART.2º DO DECRETO Nº32.181 DE 29.03.2017

## ONDE SE LÊ

Secretaria:	53000000	CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO				
Órgão:	53000000	CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO				
Unid. Orçamentária:	53100002	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO				
Função.Subfunção.Programa:	06.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CGD				
Ação:	22309	Pessoal e Encargos Sociais Folha Normal - CGD				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	101.00	0	566.910,00
Ação:	22310	Manutenção e Funcionamento Administrativo - CGD				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.00	0	83.621,91
			Total da Unidade Orçamentária:			650.531,91
			Total do Órgão:			650.531,91
			Total da Secretaria:			650.531,91

## LEIA-SE:

Secretaria:	53000000	CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO				
Órgão:	53000000	CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO				
Unid. Orçamentária:	53100002	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO				
Função.Subfunção.Programa:	06.122.500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CGD				
Ação:	22309	Pessoal e Encargos Sociais Folha Normal - CGD				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	101.00	0	566.910,00
Ação:	22310	Manutenção e Funcionamento Administrativo - CGD				
Região:	03	GRANDE FORTALEZA	Despesa	Fonte	Tipo	Valor
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES 2	3.00.00	0	62.476,04
NOVA DOTAÇÃO	14319	5310000.06.122.500.22309.03.339037.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 2	1.00.00	0	21.145,87
						83.621,91
			Total da Unidade Orçamentária:			650.531,91
			Total do Órgão:			650.531,91
			Total da Secretaria:			650.531,91

\*\*\* \*\*



## GOVERNADORIA

## GABINETE DO GOVERNADOR

O SECRETÁRIO CHEFE DO GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência que lhe foi outorgada pelo Governador do Estado do Ceará, através do Decreto nº31.769, de 27 de agosto de 2015, publicado no D.O.E., de 28 de agosto de 2015, **RESOLVE AUTORIZAR CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO**, Secretário da Fazenda, matrícula nº300146.1.8, lotado no Gabinete, a **viajar** à cidade de CUIABÁ/MT, no período de 05 a 07 de abril do corrente ano, a fim de participar da 164ª reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, concedendo-lhe 2,5 (duas diárias e meia), no valor unitário de R\$350,48 (trezentos e cinquenta reais e quarenta e oito centavos), totalizando R\$876,20 (oitocentos e setenta e seis reais e vinte centavos) acrescidos de 40%, no valor de R\$350,48 (trezentos e cinquenta reais e quarenta e oito centavos), totalizando R\$1.226,68 (um mil, duzentos e vinte e seis reais e sessenta e oito centavos) mais 01 (uma) ajuda de custo no valor de R\$350,48 (trezentos e cinquenta reais e quarenta e oito centavos), e passagem aérea, para o trecho FORTALEZA/BRASÍLIA/CUIABÁ/BRASÍLIA/FORTALEZA, no valor de R\$2.597,12 (dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e doze centavos), perfazendo um total de R\$4.174,28 (quatro mil, cento e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos), de acordo com o Artigo 3º, alínea B, §1º e 3º do Artigo 4º; artigo 5º e seu §1º, artigos 6º, 8º e 10º, classe I, do Anexo I, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SECRETARIA DA FAZENDA. SECRETARIA DA FAZENDA, em Fortaleza, 04 de abril de 2017.

José Élcio Batista  
SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DO  
GABINETE DO GOVERNADOR

\*\*\* \*\*

O SECRETÁRIO CHEFE DO GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE AUTORIZAR a concessão de passagens aéreas, seguro de viagem, pagamento de diárias e ajuda de custo**, correspondentes à viagem da servidora **LÍVIA RAMALHO ROLIM**, ocupante do cargo de Coordenadora, símbolo DNS-2, matrícula nº300094.1-X, lotada na Secretaria do Turismo a viajar às cidades de Lisboa - Portugal e Holanda - Amsterdã, no período de 12 a 23 de março de 2017, com o objetivo do Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria do Turismo, participar da "Bolsa de Turismo de Lisboa - BTL 2017", organizar a participação do Governo do Estado do Ceará 12º Brazil Network Day, acompanhar o Exmo. Sr. Governador em missão na Holanda e cumprir agenda junto ao Secretário do Turismo para assinatura do memorando de intenções do Porto do Pecém e o Porto de Roterdã, concedendo-lhe 11 (onze) diárias e meia, no valor unitário de R\$1.288,16, (hum mil, duzentos e oitenta e oito reais e dezesseis centavos) totalizando R\$14.813,84, (quatorze mil, oitocentos e treze reais e oitenta e quatro centavos), cálculos efetuados com base na cotação do dólar do dia 08/03/2017, de R\$3,32 (três reais e trinta e dois centavos) mais 02 (duas) ajuda de custo no valor de R\$2.576,32, (dois mil, quinhentos e setenta e seis reais e trinta e dois centavos) e passagem aérea para o trecho Lisboa/Amsterdam/Lisboa no valor de R\$1.487,62, (hum mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e sessenta e dois centavos) e seguro viagem no valor de R\$306,20, (trezentos e seis reais e vinte centavos) perfazendo um total R\$19.183,98, (dezenove mil, cento e oitenta e três reais e noventa e oito centavos) de acordo com o art.1º; alínea b do §1º e §3º do art.4º; art.5º e seu §2º, art.6º e art.10º classe III do anexo II, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 11 de março de 2017.

José Élcio Batista  
SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DO  
GABINETE DO GOVERNADOR  
Francisco de Queiroz Maia Júnior  
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO  
Denise Sá Vieira Carrá  
SECRETÁRIA ADJUNTA DO TURISMO

\*\*\* \*\*

O SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE AUTORIZAR o servidor LUCIO FERREIRA GOMES**, ocupante do cargo de SECRETÁRIO DAS CIDADES, matrícula nº300087.1-5, lotado na Fundação Universidade Vale do Acaraú - UVA, ora a disposição desta Secretaria, a **viajar** à cidade de Sobral (CE), no dia

25 de janeiro de 2017, a fim assinar ordem de serviço do trecho II da avenida Perimetral, concedendo-lhe meia diária, no valor unitário de R\$157,72 (cento e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos), no total de R\$78,86 (setenta e oito reais e oitenta e seis centavos), acrescidos de 20% no valor de R\$15,77 (quinze reais e setenta e sete centavos), no valor total de R\$94,63 (noventa e quatro reais e sessenta e três centavos), de acordo com o artigo 1º; alínea "a", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.8º, art.10 e art.16; classe I do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta de dotação orçamentária da Secretaria das Cidades. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 24 de janeiro de 2017.

José Élcio Batista  
SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DO  
GABINETE DO GOVERNADOR

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

O SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE AUTORIZAR o servidor JESUALDO PEREIRA FARIAS**, ocupante do cargo de SECRETÁRIO DAS CIDADES, matrícula nº300117.1-6, lotado na Universidade Federal do Ceará - UFC, ora a disposição desta Secretaria, a **viajar** à cidade de Juazeiro do Norte (CE), nos dias 10 e 11 de março de 2017, a fim de participar da inauguração da Vila da Música na cidade do Crato, concedendo-lhe uma diária e meia, no valor unitário de R\$157,72 (cento e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos), no total de R\$236,58 (duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e oito centavos), acrescidos de 20% no valor de R\$47,32 (quarenta e sete reais e trinta e dois centavos), totalizando R\$283,90 (duzentos e oitenta e três reais e noventa centavos), passagem aérea para o trecho Fortaleza/Juazeiro do Norte/Fortaleza no valor de R\$686,75 (seiscentos e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos), perfazendo um total de R\$970,65 (novecentos e setenta reais e sessenta e cinco centavos), de acordo com o artigo 1º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.8º; art.10; art.16 classe I do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta de dotação orçamentária da Secretaria das Cidades. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 09 de março de 2017.

José Élcio Batista  
SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DO  
GABINETE DO GOVERNADOR

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

O SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE AUTORIZAR JOSÉ FLÁVIO BARBOSA JUCÁ DE ARAÚJO**, Secretário de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral, a **viajar** a cidade de Porto Velho-RO, no período de 05 a 07 de abril de 2017, a fim de participar na 22ª Reunião Técnica (RTC) do Conselho Nacional de Controle Interno - CONACI, concedendo-lhe duas diárias e meia, no valor unitário de R\$350,48 (trezentos e cinquenta reais e oito centavos), acrescidos de 40% (quarenta por cento), no valor total de R\$1.226,68 (mil duzentos e vinte e seis reais e sessenta e oito centavos), mais uma ajuda de custo no valor de R\$350,48 (trezentos e cinquenta reais e quarenta e oito centavos), e passagem aérea, para o trecho Fort/Brasília/Porto Velho/Fortaleza, no valor de R\$1.727,47 (mil setecentos e vinte sete reais e quarenta e sete centavos), perfazendo um total de R\$3.304,63 (três mil trezentos e quatro reais e sessenta e três centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea, §1º e 3º do art.4º; art.5º e seu §1º; arts.6º, 8º e 10; classe I, do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 30 de março de 2017.

José Élcio Batista  
SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DO  
GABINETE DO GOVERNADOR

\*\*\* \*\*

O SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DO GOVERNADOR, no uso da competência que lhe foi outorgada pelo Governador do Estado do Ceará, através do Decreto nº31.769, de 27 de agosto de 2015, publicado no D.O.E, de 28 de agosto de 2015, **RESOLVE AUTORIZAR FABIANO DOS SANTOS**, SECRETÁRIO DA CULTURA, a **viajar** à cidade de Crato/CE, no período de 27 à 28/03/2017, onde terá participação em mesa do Seminário da UFCA, concedendo-lhe 01 (uma) diária e meia, no valor unitário de R\$157,72 (cento e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos), no valor total de R\$236,58 (duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e oito centavos), e passagem



aérea, para o trecho Fortaleza/Juazeiro do Norte/Fortaleza, no valor de R\$437,55 (quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), perfazendo um total de R\$674,13 (seiscentos e setenta e quatro reais e treze centavos) de acordo com o artigo 1º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10; classe I do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta SECRETARIA. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 25 de março de 2017.

José Elcio Batista  
SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DO  
GABINETE DO GOVERNADOR

\*\*\* \*\*

**PORTARIA GG Nº118/2017 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO GABINETE DO GOVERNADOR**, no uso da competência que lhe foi outorgada pelo Secretário de Estado Chefe do Gabinete do Governador, através da Portaria nº101/2015, de 01 de julho de 2015, publicada no D.O.E, em 02 de julho de 2015, RESOLVE AUTORIZAR, nos termos do inciso I do art.123, da Lei nº9.809, de 18 de dezembro de 1973, a entrega, mediante **SUPRIMENTO DE FUNDOS**, à servidora **LAUDI ALVES DOS ANJOS**, ocupante do cargo de Assessor Técnico, matrícula nº300069.1-7, lotada neste Gabinete, a importância de R\$9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), à conta da Dotação classificada nas Notas de Empenho nºs134 e 135/2017. Ressalta-se que o referido suprimento de fundos será concedido para realizar as despesas decorrentes da designação de colaboradores eventuais, de acordo com o parágrafo único do artigo 2º do Decreto Estadual nº27.561, de 16 de setembro de 2004. A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar a 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do seu recebimento, devendo a despesa ser comprovada 15 (quinze) dias após concluído o prazo da aplicação. GABINETE DO GOVERNADOR, em Fortaleza, 10 de abril de 2017.

Carmen Sílvia de Castro Cavalcante  
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO GABINETE DO GOVERNADOR

\*\*\* \*\*

**PORTARIA GG Nº120/2017 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO GABINETE DO GOVERNADOR**, no uso de suas atribuições delegadas por intermédio da Portaria GG Nº101/2015, de 01 de julho de 2015, publicada no D.O.E de 02 de julho de 2015 e fundamentada na Lei nº13.515/2004, regulamentada pelo Decreto nº31.769/2015, **DESIGNA**, em atendimento aos interesses da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará - SECULT, conforme Processo nº2538378/2017 e Ofício GS Nº305/2017, de 12 de março de 2017, o Senhor **JOSÉ HELDER PINHEIRO ALVES**, para, na qualidade de colaborador eventual, ministrar palestra como convidado na XII Bienal Internacional do Livro do Ceará, que acontecerá em Fortaleza-CE. O deslocamento obedecerá ao trecho: Campina Grande-PB/Fortaleza-CE/João Pessoa-PB, no período de 15 a 18 de abril do ano em curso. Ressalta-se que o referido colaborador não pertence aos quadros de servidores do Poder Executivo Estadual e que não perceberá qualquer tipo de remuneração para esse fim. GABINETE DO GOVERNADOR, em Fortaleza-CE, 12 de abril de 2017.

Carmen Sílvia de Castro Cavalcante  
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO GABINETE DO GOVERNADOR

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº011/2013

I - ESPÉCIE: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº11/2013, firmado entre o Gabinete do Governador e do outro lado, a empresa Braga Servis Comércio e Construções Ltda., para o fim que nele se declara; II - CONTRATANTE: O GABINETE DO GOVERNADOR, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº07.651.302/0001-79; III - ENDEREÇO: com sede no Palácio da Abolição, Av. Barão de Studart, nº505 - Meireles, CEP: 60.120-000, Fortaleza - CE; IV - CONTRATADA: **BRAGA SERVIS COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº09.324.222/0001-34; V - ENDEREÇO: com sede na Av. Antônio Sales, nº2772, Sala 16 - Dionísio Torres, Fortaleza - CE, CEP: 60.135-102, Telefone: 3224.0584; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato de nº11/2013, e com amparo na legalidade do Art.57, da Lei nº8.666/93 e suas alterações; VII - FORO: Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado do Ceará; VIII - OBJETO: Constitui objeto deste presente aditivo a **prorrogação** contratual pelo **prazo** de 12 (doze) meses, a contar de 19 de abril de 2017, com a alocação do valor inicial atualizado para o respectivo período, quanto à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT), para atender as necessidades das áreas de serviços especializados, secretariado, limpeza e conservação, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Edital do

Pregão Presencial nº2012015-GABGOV e na proposta da CONTRATADA; IX - VALOR GLOBAL: Sem alteração do Valor Global; X - DA VIGÊNCIA: prorrogação contratual pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 19 de abril de 2017; XI - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato que não foram expressamente modificadas por este Termo Aditivo; XII - DATA: 12 de abril de 2017; XIII - SIGNATÁRIOS: Carmen Sílvia de Castro Cavalcante, Secretária Executiva do Gabinete do Governador e Lúvia Bastos Macêdo, Representante da BRAGA SERVIS COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA.

Carmen Sílvia de Castro Cavalcante  
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO GABINETE DO GOVERNADOR

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº021/2016

I - ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº021/2016; II - CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, por intermédio do GABINETE DO GOVERNADOR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº07.651.302/0001-79; III - ENDEREÇO: Av. Barão de Studart nº505, bairro Meireles, CEP 60.120-000; IV - CONTRATADA: **JR SERVIÇOS DE TRANSPORTE LTDA-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº08.269.988/0001-09; V - ENDEREÇO: Rua Padre Macedo nº542, sala 06, bairro Centro, CEP 63.700-000; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente termo tem como fundamento o artigo 65, §1º, da Lei Federal nº8.666/1993, com suas alterações; VII - FORO: Município de Fortaleza, estado do Ceará; VIII - OBJETO: Constitui-se objeto do presente termo o **acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor inicial do contrato nº021/2016** de R\$223.000,00 (duzentos e vinte e três mil reais), no valor de R\$55.750,00 (cinquenta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais), totalizando o valor global de R\$278.750,00 (duzentos e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais), em conformidade com o art.65, §1º, da Lei nº8.666/1993 e suas alterações posteriores. Parágrafo Único: O valor global deste Contrato será de R\$278.750,00 (duzentos e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais); IX - VALOR GLOBAL: O valor global deste Contrato será de R\$278.750,00 (duzentos e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais); X - DA VIGÊNCIA: Sem alterações; XI - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições que não foram expressamente alteradas por este termo aditivo; XII - DATA: 17 de abril de 2017; XIII - SIGNATÁRIOS: Carmen Sílvia de Castro Cavalcante - SECRETÁRIA EXECUTIVA DO GABINETE DO GOVERNADOR e Juliana Rosa Álvares - JR SERVIÇOS DE TRANSPORTE LTDA-ME.

Carmen Sílvia de Castro Cavalcante  
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO GABINETE DO GOVERNADOR

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 001/2017

CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, por intermédio do GABINETE DO GOVERNADOR, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº07.651.302/0001-79. CONTRATADA: **GRÁFICA E EDITORA RONDA LTDA.** com sede na rua São Paulo, nº1441, Centro, CEP: 60030-101, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº07.651.003/0001-34. OBJETO: Constitui objeto deste contrato o **serviço de confecção de material gráfico e de divulgação**, para a CEPPIR e para o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (COEPIR) do Estado do Ceará. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº20160020, e seus Anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº8.666/1993, com suas alterações. FORO: Fica eleito o Foro do Município de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa. VIGÊNCIA: O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais), pagos em até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo Gestor da contratação. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recurso Estadual - Fonte 00 Dotação Orçamentária: 11100011.14.422.054.18391.03.339039.1.00.00.7.4; Recurso Federal - Fonte 82 Dotação Orçamentária: 11100011.14.422.054.18391.03.339039.2.82.82.1.4. DATA DA ASSINATURA: 03 de março de 2017. SIGNATÁRIOS: Carmen Sílvia de Castro Cavalcante, Secretária Executiva do Gabinete do Governador e Maria Ivoneide Almeida Lázaro, Representante da Gráfica e Editora Ronda Ltda.

Carmen Sílvia de Castro Cavalcante  
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO GABINETE DO GOVERNADOR

\*\*\* \*\*

#### CORRIGENDA

No Diário Oficial nº061 de 29 de março de 2017., que publicou o Ato de Viagem de Cesar Augusto Ribeiro, Secretário do Desenvolvimento Econômico, matrícula nº300024.1-5, para viajar a cidade de Haia na





Holanda.. **Onde se lê:** no período de 17 a 23 de março de 2017, concedendo seis diárias e meia, no valor unitário de R\$1512,09 (um mil, quinhentos e doze reais e nove centavos) totalizando R\$9.828,55 (nove mil, oitocentos e vinte oito reais e cinquenta e cinco centavos) e mais uma ajuda de custo no valor de R\$1.512,09 (um mil, quinhentos e doze reais e nove centavos) e mais passagem aérea para o trecho FORTALEZA/LISBOA/AMSTERDAM/LISBOA/FORTALEZA no valor de R\$18.127,84 (dezoito mil, e cento e vinte sete reais e oitenta e quatro centavos) perfazendo um total de R\$29.468,48 (vinte e nove mil, e quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos). **Leia-se:** no período de 17 a 23 de março de 2017, concedendo seis diárias e meia, no valor unitário de R\$1.512,09 (um mil, quinhentos e doze reais e nove centavos) totalizando R\$9.828,55 (nove mil, oitocentos e vinte oito reais e cinquenta e cinco centavos) e mais uma ajuda de custo no valor de R\$1.512,09 (um mil, quinhentos e doze reais e nove centavos) e mais passagem aérea para o trecho FORTALEZA-CE/RIO DE JANEIRO-RJ/AMSTERDAM/RIO DE JANEIRO-RJ/FORTALEZA-CE no valor de R\$18.127,84 (dezoito mil, e cento e vinte sete reais e oitenta e quatro centavos) e seguro de viagem no valor de R\$386,74 (trezentos e oitenta e seis reais e setenta e quatro centavos) perfazendo um total de R\$29.855,22 (vinte e nove mil, e oitocentos e cinquenta e cinco reais e vinte e dois centavos). Fortaleza, 30 de março de 2017.

José Elcio Batista

SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DO  
GABINETE DO GOVERNADOR

\*\*\* \*\*

### CASA MILITAR

**PORTARIA DE VIAGEM Nº001/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o militar **PAULO ROBERTO DA SILVA LOURENÇO**, ocupante da graduação de 1º Sargento PM, matrícula nº105.351-1-5, deste Órgão, a **viajar** à cidade de Sobral-Ce, no período de 01 a 02 de janeiro de 2017 a fim de realizar serviços de segurança e proteção de Autoridade, concedendo-lhe o direito à percepção de 01 (uma) e 1/2 (meia) diárias, no valor unitário de R\$61,66 (sessenta e um reais e trinta e três centavos), totalizando R\$110,40 (cento e dez reais e quarenta centavos), dado ao acréscimo de 20% (vinte por cento), conforme Anexo III, a que se refere o Decreto nº30.719, de 25/10/11, bem como de acordo com o artigo 3º; alínea “b”, §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe V do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 11 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº002/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o militar **LEANDRO LIBORIO FREIRE**, ocupante da graduação de Cabo PM, matrícula nº151.778-1-0, deste Órgão, a **viajar** à cidade de Sobral-Ce, no período de 27 a 31 de dezembro de 2016 a fim de realizar serviços de segurança e proteção de Autoridade, concedendo-lhe o direito à percepção

de 04 (quatro) e 1/2 (meia) diárias, no valor unitário de R\$61,33 (sessenta e um reais e trinta e três centavos), totalizando R\$331,18 (trezentos e trinta e um reais e dezoito centavos), dado ao acréscimo de 20% (vinte por cento), conforme Anexo III, a que se refere o Decreto nº30.719, de 25/10/11, bem como de acordo com o artigo 3º; alínea “b”, §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe V do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 11 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº003/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o militar **PAULO ROBERTO DA SILVA LOURENÇO**, ocupante da graduação de 1º Sargento PM, matrícula nº105.351-1-5, deste Órgão, a **viajar** à cidade de Sobral-CE, no período de 06 a 09 de janeiro de 2017 a fim de realizar serviços de segurança e proteção de Autoridade, concedendo-lhe o direito à percepção de 03 (três) e 1/2 (meia) diárias, no valor unitário de R\$61,33 (sessenta e um reais e trinta e três centavos), totalizando R\$257,59 (duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), dado ao acréscimo de 20% (vinte por cento), conforme Anexo III, a que se refere o Decreto nº30.719, de 25/10/11, bem como de acordo com o artigo 3º; alínea “b”, §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe V do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 11 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº004/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o militar **MARCUS VINICIUS MENDES MORENO**, ocupante da graduação de 1º Sargento PM, matrícula nº110.816-1-4, deste Órgão, a **viajar** à cidade de Sobral-Ce, no período de 02 a 05 de janeiro de 2017 a fim de realizar serviços de segurança e proteção de Autoridade, concedendo-lhe o direito à percepção de 03 (três) e 1/2 (meia) diárias, no valor unitário de R\$61,33 (sessenta e um reais e trinta e três centavos), totalizando R\$257,59 (duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), dado ao acréscimo de 20% (vinte por cento), conforme Anexo III, a que se refere o Decreto nº30.719, de 25/10/11, bem como de acordo com o artigo 3º; alínea “b”, §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe V do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 11 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº005/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de realizar serviços de segurança e proteção do Governador do Estado, concedendo-lhes o direito à percepção de 03 (três) e 1/2 (meia) diárias dentro do Estado, de acordo com o artigo 3º; alínea “b”, §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 11 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

#### ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº005/2017-CM DE 11 DE JANEIRO DE 2017

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			TOTAL
						QUANT.	VALOR	ACRÉSCIMO	
Jose Elves Oliveira da Silva	Subtenente PM	075.170-1-7	V	06 a 09/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Icapui/CE	3 e 1/2	61,33	*****	214,66
Francisco Diogo Bezerra Nobre	Soldado PM	303.701-1-2	V	06 a 09/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Icapui/CE	3 e 1/2	61,33	*****	214,66
Jose Fabio Maciel dos Santos	1º Sargento PM	108.140-1-4	V	06 a 09/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Icapui/CE	3 e 1/2	61,33	*****	214,66





NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS QUANT.	VALOR	ACRÉSCIMO	TOTAL
Raimundo Nonato Veras Filho	1º Sargento PM	107.220-1-2	V	06 a 09/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Icapui/CE	3 e 1/2	61,33	*****	214,66
Carlos Clayton de Menezes Braga	2º Sargento PM	125.392-1-5	V	06 a 09/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Icapui/CE	3 e 1/2	61,33	*****	214,66
Jose Carlos F. Augustinho Filho	Cabo PM	300.783-1-4	V	06 a 09/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Icapui/CE	3 e 1/2	61,33	*****	214,66

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº006/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de realizar serviços de segurança e proteção da Primeira Dama do Estado, concedendo-lhes o direito à percepção de 03 (três) e 1/2 (meia) diárias dentro do Estado, de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 11 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº006/2017-CM DE 11 DE JANEIRO DE 2017

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS QUANT.	VALOR	ACRÉSCIMO	TOTAL
Jose Alberto Alves de Castro	1º Sargento PM	100.390-1-0	V	06 a 09/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Icapui/CE	3 e 1/2	61,33	*****	214,66
Jose de Arimateia Silveira Campos	1º Sargento PM	105.931-1-5	V	06 a 09/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Icapui/CE	3 e 1/2	61,33	*****	214,66
Francisco Ednardo Silva Sales	1º Sargento PM	109.848-1-5	V	06 a 09/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Icapui/CE	3 e 1/2	61,33	*****	214,66
Luciano Marinho de Oliveira Junior	2º Sargento PM	125.628-1-0	V	06 a 09/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Icapui/CE	3 e 1/2	61,33	*****	214,66
Andre Luiz Soares Costa	1º Sargento PM	1118.913-1-4	V	06 a 09/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Icapui/CE	3 e 1/2	61,33	*****	214,66
Jonas Oliveira Sampaio Sousa	Cabo PM	301.682-1-6	V	06 a 09/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Icapui/CE	3 e 1/2	61,33	*****	214,66

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº007/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de realizar serviços de segurança e proteção de Autoridade, concedendo-lhes o direito à percepção de 07 (sete) e 1/2 (meia) diárias dentro do Estado, de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 16 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº007/2017-CM DE 16 DE JANEIRO DE 2017

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS QUANT.	VALOR	ACRÉSCIMO	TOTAL
Marcos Carneiro Vieira	Subtenente PM	092.005-1-7	V	06 a 13/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Juazeiro do Norte/CE	7 e 1/2	61,33	20%	551,97
Fernando de Azevedo Lobo	Subtenente PM	043.454-1-X	V	06 a 13/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Juazeiro do Norte/CE	7 e 1/2	61,33	20%	551,97
Francisco Airton Cajueiro Junior	2º Sargento PM	125.657-1-2	V	06 a 13/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Juazeiro do Norte/CE	7 e 1/2	61,33	20%	551,97

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº008/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de realizar serviços de segurança e proteção da Primeira Dama do estado, concedendo-lhes o direito à percepção de 02 (duas) e 1/2 (meia) diárias dentro do Estado, de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 05 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº008/2017-CM DE 05 DE JANEIRO DE 2017

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS QUANT.	VALOR	ACRÉSCIMO	TOTAL
Jose Alberto Alves de Castro	1º Sargento PM	100.390-1-0	V	01 a 03/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Icapui/CE	2 e 1/2	61,33	*****	153,33
Francisco Ednardo Silva Sales	1º Sargento PM	109.848-1-5	V	01 a 03/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Icapui/CE	2 e 1/2	61,33	*****	153,33

\*\*\* \*\*



**PORTARIA DE VIAGEM Nº009/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o militar **JOSE NORMÂNDIO VIEIRA ALVES**, ocupante da graduação de 1º Sargento PM, matrícula nº109.138-1-0, deste Órgão, a **viajar** à cidade de Juazeiro do Norte/CE, no período de 05 a 19 de janeiro de 2017 a fim de realizar serviços de proteção e segurança de Autoridade, concedendo-lhe o direito à percepção de 14 (catorze) e 1/2 (meia) diárias, no valor unitário de R\$61,33 (sessenta e um reais e trinta e três centavos), totalizando R\$1.067,14 (um mil e sessenta e sete reais e catorze centavos), dado ao acréscimo de 20% (vinte por cento), conforme Anexo III, a que se refere o Decreto nº30.719, de 25/10/11, bem como de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe V do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 05 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº010/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de realizar serviço de interesse da Casa Militar do Governo, concedendo-lhes o direito à percepção de 1/2 (meia) diária dentro do Estado, de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 05 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº010/2017-CM DE 05 DE JANEIRO DE 2017

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS QUANT.	VALOR	ACRÉSCIMO	TOTAL
Erande moreira Dia	Subtenente PM	091.980-1-6	V	01/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Sobral/CE	1/2	61,33	20%	36,80
Marcos Antonio Quintela de Moura	1º Sargento PM	105.705-1-4	V	01/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Sobral/CE	1/2	61,33	20%	36,80

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº011/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de realizar serviços de segurança e proteção do Governador do Estado, concedendo-lhes o direito à percepção de 1/2 (meia) diária dentro do Estado, de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 05 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº011/2017-CM DE 05 DE JANEIRO DE 2017

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS QUANT.	VALOR	ACRÉSCIMO	TOTAL
Yago Dias Galvão	Capitão PM	151.237-1-X	III	01/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Sobral/CE	1/2	77,10	20%	46,26
Mauro Sergio Oliveira da Silva	Capitão PM	108.654-1-7	III	01/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Sobral/CE	1/2	77,10	20%	46,26

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº012/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de realizar serviços de segurança e proteção do Governador do Estado, concedendo-lhes o direito à percepção de 1/2 (meia) diária dentro do Estado, de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 05 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº012/2017-CM DE 05 DE JANEIRO DE 2017

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS QUANT.	VALOR	ACRÉSCIMO	TOTAL
Jose Valerio de Almeida Cabral	1º Sargento PM	112.739-1-2	V	01/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Sobral/CE	1/2	61,33	20%	36,80
Jonas Carpegiani da Silva Bastos	3º Sargento PM	134.983-1-8	V	01/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Sobral/CE	1/2	61,33	20%	36,80
Edson Ricardo Alves Rodrigues	3º Sargento PM	134.887-1-1	V	01/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Sobral/CE	1/2	61,33	20%	36,80
Marcios Lima Rodrigues Teles	2º Sargento PM	127.440-1-3	V	01/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Sobral/CE	1/2	61,33	20%	36,80
Washington Aguiar	Soldado PM	588.124-1-2	V	01/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Sobral/CE	1/2	61,33	20%	36,80
Narcelio Rodrigues Linhares	1º Sargento PM	119.009-1-7	V	01/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Sobral/CE	1/2	61,33	20%	36,80
Marcos de Sousa Menezes	Cabo PM	300.564-1-8	V	01/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Sobral/CE	1/2	61,33	20%	36,80
Jose Volnei Pinheiro Filho	1º Sargento PM	110.238-1-9	V	01/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Sobral/CE	1/2	61,33	20%	36,80

\*\*\* \*\*



**PORTARIA DE VIAGEM Nº013/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o militar **EMMANUEL RODRIGUES PEREIRA**, ocupante do posto de 2º Tenente PM, matrícula nº097.056-1-9, deste Órgão, a **viajar** à cidade de Icapuí/CE, no período de 27 de dezembro de 2016 a 03 de janeiro de 2017 a fim de realizar serviços de segurança e proteção do Governador do Estado, concedendo-lhe o direito à percepção de 07 (sete) e 1/2 (meia) diárias, no valor unitário de R\$77,10 (setenta e sete reais e dez centavos), totalizando R\$578,25 (quinhentos e setenta e oito reais e vinte e cinco centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe III do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 05 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº014/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o militar **CRISTIANO CASTRO DE ARAUJO**, ocupante do posto de 2º Tenente PM, matrícula nº104.952-1-0, deste Órgão, a **viajar** à cidade de Icapuí/CE, no período de 30 de dezembro de 2016 a 04 de janeiro de 2017 a fim de realizar serviços de proteção e segurança do Governador do Estado, concedendo-lhe o direito à percepção de 05 (cinco) e 1/2 (meia) diárias, no valor unitário de R\$77,10 (setenta e sete reais e dez centavos), totalizando R\$424,05 (quatrocentos e vinte e quatro reais e

cinco centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe III do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 05 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº015/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o militar **ANTONIO ROBERIO FREIRE**, ocupante da graduação de 1º Sargento PM, matrícula nº109.229-1-7, deste Órgão, a **viajar** à cidade de Massapê/CE, no período de 27 a 31 de dezembro de 2016 a fim de realizar serviço de segurança e proteção de Autoridade, concedendo-lhe o direito à percepção de 04 (quatro) e 1/2 (meia) diárias, no valor unitário de R\$61,33 (sessenta e um reais e trinta e três centavos), totalizando R\$275,98 (duzentos e setenta e cinco reais e noventa e oito centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe V do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 05 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº016/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de realizar serviço de segurança e proteção da Primeira Dama do Estado, concedendo-lhes o direito à percepção de 05 (cinco) e 1/2 (meia) diárias dentro do Estado, de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 05 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº016/2017-CM DE 05 DE JANEIRO DE 2017

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS QUANT.	VALOR	ACRÉSCIMO	TOTAL
Carlos Henrique Rodrigues	2º Sargento PM	127.216-1-7	V	30/12/2016 a 04/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Icapuí/CE	5 e 1/2	61,33	*****	337,31
Bruno Rodrigo P. Marques da Silva	Cabo PM	302.820-1-9	V	30/12/2016 a 04/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Icapuí/CE	5 e 1/2	61,33	*****	337,31

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº017/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de realizar serviços de segurança e proteção da Primeira Dama do Estado, concedendo-lhes o direito à percepção de 07 (sete) e 1/2 (meia) diárias dentro do Estado, de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 05 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº017/2017-CM DE 05 DE JANEIRO DE 2017

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS QUANT.	VALOR	ACRÉSCIMO	TOTAL
Jose Eudes Gomes de Aguiar	1º Sargento PM	109.248-1-2	V	27/12/2016 a 03/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Icapuí/CE	7 e 1/2	61,33	*****	459,97
Jose Roberto de Paiva Santiago	1º Sargento PM	100.783-1-2	V	27/12/2016 a 03/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Icapuí/CE	7 e 1/2	61,33	*****	459,97
Francisco Marcelo Alves Pitombeira	1º Sargento PM	102.355-1-0	V	27/12/2016 a 03/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Icapuí/CE	7 e 1/2	61,33	*****	459,97

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº018/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o militar **MAURO SERGIO OLIVEIRA DA SILVA**, ocupante do posto de Capitão PM, matrícula nº108.654-1-7, deste Órgão, a **viajar** à cidade de Icapuí/CE, no período de 06 a 09 de janeiro de 2017 a fim de realizar serviços de segurança e proteção do Governador do Estado, concedendo-lhe o direito à percepção de 03 (três) e 1/2 (meia) diárias, no valor unitário de R\$77,10 (setenta e sete reais e dez centavos), totalizando R\$269,85 (duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos), de acordo com o artigo



3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe III do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 11 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº019/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a militar **LORENA LUCIA ARAUJO VASCONCELOS**, ocupante do posto de Major PM, matrícula nº111.53-1-1, deste Órgão, a **viajar** à cidade de Icapuí/CE, no período de 06 a 09 de janeiro de 2017 a fim de realizar serviços de segurança e proteção da Primeira Dama do Estado, concedendo-lhe o direito à percepção de 03 (três) e 1/2 (meia) diárias, no valor unitário de R\$77,10 (setenta e sete reais e dez centavos), totalizando R\$269,85 (duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea, §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe III do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 11 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº020/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o militar **SERGIO BRAGA DE SOUSA**, ocupante do posto de Capitão PM, matrícula nº037.514-1-4, deste Órgão, a **viajar** à cidade de Sobral/CE, no período de 27 a 30 de dezembro de 2016 a fim de realizar serviços de segurança e proteção de Autoridade, concedendo-lhe o direito à percepção de 03 (três) e 1/2 (meia) diárias, no valor unitário de R\$77,10 (setenta e sete reais e dez centavos), totalizando R\$323,82 (trezentos e vinte e três reais e oitenta e dois centavos), dado ao acréscimo de 20% (vinte por cento), conforme Anexo III, a que se refere o Decreto nº30.719, de 25/10/11, bem como de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe III do anexo I do Decreto nº30.719, de 25

de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 11 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº021/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o militar **SERGIO BRAGA DE SOUSA**, ocupante do posto de Capitão PM, matrícula nº037.514-1-4, deste Órgão, a **viajar** à cidade de Sobral/CE, no período de 01 a 02 de janeiro de 2017 a fim de realizar serviços de segurança e proteção de Autoridade, concedendo-lhe o direito à percepção de 01 (uma) e 1/2 (meia) diárias, no valor unitário de R\$77,10 (setenta e sete reais e dez centavos), totalizando R\$138,78 (cento e trinta e oito reais e setenta e oito centavos), dado ao acréscimo de 20% (vinte por cento), conforme Anexo III, a que se refere o Decreto nº30.719, de 25/10/11, bem como de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe III do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 11 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº022/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de realizar serviços de segurança e proteção do Governador do Estado, concedendo-lhes o direito à percepção de 05 (cinco) e 1/2 (meia) diárias dentro do Estado, de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 11 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

#### ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº022/2017-CM DE 11 DE JANEIRO DE 2017

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		ACRÉSCIMO	TOTAL
						QUANT.	VALOR		
Gladson Inacio Guedes Pereira	Soldado PM	303.685-1-7	V	30/12/2016 a 04/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Icapuí/CE	5 e 1/2	61,33	*****	337,31
Carlos Antonio de Sousa Mendes	1º Sargento PM	109.918-1-1	V	30/12/2016 a 04/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Icapuí/CE	5 e 1/2	61,33	*****	337,31
Francisco Ricardo Lima Serra	Subtenente PM	092.438-1-X	V	30/12/2016 a 04/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Icapuí/CE	5 e 1/2	61,33	*****	337,31
Antonio Felipe de Borges de Castro	Soldado PM	303.187-1-4	V	30/12/2016 a 04/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Icapuí/CE	5 e 1/2	61,33	*****	337,31

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº023/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o militar **JOSE RICARDO SOARES DOS SANTOS**, ocupante da graduação de 1º Sargento PM, matrícula nº110.092-1-2, deste Órgão, a **viajar** à cidade de Icapuí/CE, no dia 07 de janeiro de 2017 a fim de realizar serviços de segurança e proteção de Autoridade, concedendo-lhe o direito à percepção de 1/2 (meia) diária, no valor unitário de R\$61,33 (sessenta e um reais e trinta e três centavos), totalizando R\$30,67 (trinta reais e sessenta e sete centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe V do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 12 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº024/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o militar **JOSE VOLNEI PINHEIRO FILHO**, ocupante da graduação de 1º Sargento PM, matrícula nº110.238-1-9, deste Órgão, a **viajar** à cidade de Sobral/CE, no período de 11 a 14 de janeiro de 2017 a fim de realizar serviços de segurança e proteção de Autoridade, concedendo-lhe o direito à percepção de 03 (três) e 1/2 (meia) diárias, no valor unitário de R\$61,33 (sessenta e um reais e trinta e três centavos), totalizando R\$257,59 (duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), dado ao acréscimo de 20% (vinte por cento), conforme Anexo III, a que se refere o Decreto nº30.719, de 25/10/11, bem como de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe V do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 12 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*





**PORTARIA DE VIAGEM Nº025/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o militar **ANTONIO GILSON DE SOUSA PAULA**, ocupante do posto de 1º Sargento PM, matrícula nº102.346-1-1, deste Órgão, a **viajar** à cidade de Sobral/CE, no dia 16 de janeiro de 2017 a fim de realizar serviços de segurança e proteção de Autoridade, concedendo-lhe o direito à percepção de 1/2 (meia) diária, no valor unitário de R\$61,33 (sessenta e um reais e trinta e três centavos), totalizando R\$36,80 (trinta e seis reais e oitenta centavos), dado ao acréscimo de 20% (vinte por cento), conforme Anexo III, a que se refere o Decreto nº30.719, de 25/10/11, bem como de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe V do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 17 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº026/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de realizar serviços de segurança e proteção da Vice Governadora do Estado, concedendo-lhes o direito à percepção de 01 (uma) e 1/2 (meia) diárias dentro do Estado, de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 20 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº026/2017-CM DE 20 DE JANEIRO DE 2017

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS QUANT.	VALOR	ACRÉSCIMO	TOTAL
Nazareno Nunes Cordeiro Filho	Major PM	111.088-1-4	V	14 a 15/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Jericoacoara/CE	1 e 1/2	77,10	*****	115,65
Marcio R. Catanho de Sena	2º Tenente PM	033.883-1-X	V	14 a 15/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Jericoacoara/CE	1 e 1/2	77,10	*****	115,65

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº027/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de realizar serviços de segurança e proteção da Vice Governadora do Estado, concedendo-lhes o direito à percepção de 01 (uma) e 1/2 (meia) diárias dentro do Estado, de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 20 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº027/2017-CM DE 20 DE JANEIRO DE 2017

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS QUANT.	VALOR	ACRÉSCIMO	TOTAL
Mauro C.Araujo Montenegro	1º Sargento PM	107.200-1-X	V	16 a 17/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Sobral/CE	1 e 1/2	61,33	20%	110,40
Argeu de Andrade Leite	1º Sargento PM	125.527-1-8	V	16 a 17/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Sobral/CE	1 e 1/2	61,33	20%	110,40

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº028/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de realizar serviços de interesse da Casa Militar do Governo, concedendo-lhes o direito à percepção de 1/2 (meia) diária dentro do Estado, de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 23 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº028/2017-CM DE 23 DE JANEIRO DE 2017

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS QUANT.	VALOR	ACRÉSCIMO	TOTAL
Andre Pinheiro Lima	3º Sargento PM	134.879-1-X	V	19/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Baturité/CE	1/2	61,33	*****	30,67
Jose Robson Moreira Silva	Cabo PM	300.778-1-4	V	19/01/2017	A serviço da Casa Militar no município de Baturité/CE	1/2	61,33	*****	30,67

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº029/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de realizar serviços de interesse da Casa Militar do Governo, concedendo-lhes o direito à percepção de 1/2 (meia) diária dentro do Estado, de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 23 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR

Registre-se e publique-se.



## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº029/2017-CM DE 23 DE JANEIRO DE 2017

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS QUANT.	VALOR	ACRÉSCIMO	TOTAL
Tarcisio Pereira dos Santos Junior	Cabo PM	300.570,1-5	V	2001/2017	A serviço da Casa Militar no município de Baturité/CE	1/2	61,33	*****	30,67
Maria Siberia Lima Sousa	Soldado PM	303.840-1-6	V	2001/2017	A serviço da Casa Militar no município de Baturité/CE	1/2	61,33	*****	30,67

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DE VIAGEM Nº030/2017-CM** - O TENENTE CORONEL PM, SECRETARIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR DO GOVERNO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o militar **CRISTIANO CASTRO DE ARAUJO**, ocupante do posto de 2º Tenente PM, matrícula nº104.952-1-0, deste Órgão, a **viajar** à cidade de Icapuí/CE, no período de 20 a 23 de janeiro de 2017 a fim de realizar serviços de segurança e proteção do Governador do Estado, concedendo-lhe o direito à percepção de 03 (três) e 1/2 (meia) diárias, no valor unitário de R\$77,10 (setenta e sete reais e dez centavos), totalizando R\$269,85 (duzentos e sessenta e nove reais e cinco centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe V do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará. CASA MILITAR DO GOVERNO, em Fortaleza-CE, 24 de janeiro de 2017.

Marcus Reges Pinheiro Rodrigues - Tenente Coronel PM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CASA MILITAR  
Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO****AVISO DE LICITAÇÃO  
ORIGEM STDS****CONCORRÊNCIA PÚBLICA NACIONAL LPN Nº20170004  
IG Nº918008000  
PUBLICAÇÃO Nº2017/05924**

Edital Nº20170004-STDS- Contrato de Empréstimo nº3408/OB-BR. 1. O Governo do Estado do Ceará recebeu um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em várias moedas, relativo ao custo do Programa de Apoio às Reformas Sociais - PROARES III, e pretende **aplicar parte dos recursos desse empréstimo em pagamentos elegíveis nos termos do Contrato para Contratar Instituição de Ensino Superior, Pública ou Privada, Para Realizar Curso de Especialização em Gestão Social em Nível de Pós-Graduação "Latu Sensu"**. 2. O Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, doravante denominado "Contratante", solicita propostas fechadas de Concorrentes elegíveis para a execução dos Serviços referidos no Item 1 acima e descritos nas Especificações Técnicas, 3. A documentação completa relativa à licitação pode ser adquirida gratuitamente pela internet no site [www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br) ou na Comissão Central de Concorrências - CCC, situada na Central de Licitações do Estado do Ceará, com endereço na Av. Dr. José Martins Rodrigues nº150 - Bairro Edson Queiroz, na cidade de Fortaleza - Ceará, Fones: (085) 3459-6374/3459-6376, Fax: (085) 3459-6522, no horário de 8:00 hs às 12:00 hs e de 14:00 hs às 17:30 hs mediante apresentação de um DVD virgem ou Pen drive 4. As propostas deverão ser entregues na Comissão Central de Concorrências - CCC, com endereço na Av. Dr. José Martins Rodrigues nº150 - Bairro Edson Queiroz, na cidade de Fortaleza - Ceará, Fone: (085) 3459-6376, Fax (85) 3459-6522, até às 9h30min do dia 26 de maio de 2017, acompanhada de Garantia de Proposta no valor de R\$42.098,76 (quarenta e dois mil, noventa e oito reais e setenta e seis centavos) e serão abertas imediatamente após, na presença dos interessados que desejarem assistir à abertura. 5. Os Serviços devem ser executados no Local de Execução, conforme descrito no Anexo IV, Escopo dos Serviços e no Anexo III, Dados do Contrato. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 18 de abril de 2017.

Maria Betânia Saboia Costa  
VICE PRESIDENTE DA CCC

\*\*\* \*\*

**AVISO DE LICITAÇÃO  
ORIGEM PGE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº20170005  
IG Nº917917000  
PUBLICAÇÃO Nº2017/03370**

**OBJETO: Serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças originais, genuínas ou legítimas, acessórios e lanternagem, para a frota dos veículos da Procuradoria Geral do**

Estado - PGE, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), através do Nº3262017, até o dia 08/05/2017 às 8h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site [www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br). PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 17 de abril de 2017.

José Edson Bezerra  
PREGOIEIRO

\*\*\* \*\*

**AVISO DE LICITAÇÃO  
ORIGEM COGERH  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº20170009  
PUBLICAÇÃO Nº2017/03428**

**OBJETO: Serviço de Contratação de publicações oficiais, em jornal de grande circulação regional ou nacional, de matérias de interesse da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), através do Nº2682017, até o dia 08/05/2017 às 9h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site [www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br). PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 17 de abril de 2017.**

José Edson Bezerra  
PREGOIEIRO

\*\*\* \*\*

**AVISO DE LICITAÇÃO  
ORIGEM SESA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº20170010  
IG Nº910853000  
PUBLICAÇÃO Nº2016/25224**

**OBJETO: Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de Equipamentos Médico-Hospitalares: Macas Hidráulicas, Vallitech modelo VLT-716, pertencentes ao Hospital de Messejana, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), até o dia 08/05/2017, às 8h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site [www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br). PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 17 de abril de 2017.**

Alexandre Fontenele Bizerril  
PREGOIEIRO

\*\*\* \*\*

**AVISO DE LICITAÇÃO  
ORIGEM SESA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº20170180  
IG Nº905311000  
PUBLICAÇÃO Nº2016/22937**

**OBJETO: Aquisição de Central de Ar-Condicionado com instalação, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), através do Nº1802017, até o dia 05/05/2017 às 8h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site [www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br). PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 17 de abril de 2017.**

Murilo Lobo de Queiroz  
PREGOIEIRO

\*\*\* \*\*



**AVISO DE LICITAÇÃO  
ORIGEM SESA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº20170211  
PUBLICAÇÃO Nº2017/02753**

OBJETO: **Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar (Colchão Pneumático)**, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), através do Nº2112017, até o dia 08/05/2017 às 11h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site [www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br). PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 17 de abril de 2017.

Francisco Wagner de Sousa Veras  
PREGOEIRO

\*\*\* \*\*

**AVISO DE LICITAÇÃO  
ORIGEM SESA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº20170241  
IG Nº906695000  
PUBLICAÇÃO Nº2017/02843**

OBJETO: **Aquisição de Material de Higiene Pessoal**, para um período de 12 meses, para o HSM Prof. Frota Pinto, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), até o dia 05/05/2017, às 8h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site [www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br). PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 17 de abril de 2017.

Murilo Lobo de Queiroz  
PREGOEIRO

\*\*\* \*\*

**AVISO DE LICITAÇÃO  
ORIGEM SESA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº20170251  
IG Nº913776000  
PUBLICAÇÃO Nº2017/00867**

OBJETO: **Serviço de manutenção preventiva e corretiva, com cobertura total de peças de reposição, sem ônus para a contratante, de 02 (dois) elevadores marca Thyssenkrupp instalados no HGF**, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), através do Nº2512017, até o dia 08/05/2017 às 10h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site [www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br). PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 17 de abril de 2017.

Francisco Wagner de Sousa Veras  
PREGOEIRO

\*\*\* \*\*

**AVISO DE LICITAÇÃO  
ORIGEM SESA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº20170276  
PUBLICAÇÃO Nº2017/04130**

OBJETO: **Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Nutrição**, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), através do Nº2762017, até o dia 08/05/2017 às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site [www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br). PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 18 de abril de 2017.

Aurélia Figueiredo Gurgel  
PREGOEIRA

\*\*\* \*\*

**AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO  
ORIGEM SESA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº20170193  
PUBLICAÇÃO Nº2017/02057**

A SECRETARIA DA SAÚDE - SESA, por intermédio da Pregoeira e de membros da equipe de apoio legalmente designados, torna público para conhecimento dos interessados a **REMARCAÇÃO da licitação acima citada**, cujo objeto é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Nutrição (dieta em pó). MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço

[www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), através do Nº1932017, até o dia 08/05/2017 às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site [www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br). PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 18 de abril de 2017.

Valda Farias Magalhães  
PREGOEIRA

\*\*\* \*\*

**AVISO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO  
ORIGEM SESA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº20161257  
PUBLICAÇÃO Nº2016/25161**

A SECRETARIA DA SAÚDE - SESA, por intermédio da Pregoeira e membros da equipe de apoio legalmente designados, comunica o resultado do **Pregão Eletrônico nº20161257**, cujo objeto é Registro de Preço para futuros e eventuais Serviço de Laboratório de Ensaios de Proficiência em Laboratório Clínico, cumpridas todas as formalidades legais, a única licitante interessada foi desclassificada/inabilitada, resultando **FRACASSADA** a licitação. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 17 de abril de 2017.

Clara de Assis Falcão Pereira  
PREGOEIRA

\*\*\* \*\*

**AVISO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO  
ORIGEM CAGECE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº2017.0024  
PUBLICAÇÃO Nº2017/01038**

A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE, por intermédio do Pregoeiro e membros da equipe de apoio legalmente designados comunica o resultado do **Pregão Eletrônico Nº2017.0024**, cujo objeto é o Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de MICROPIPETAS DE ALTA PRECISÃO, cumpridas todas as formalidades legais, não restou proposta aceitável para contratação resultando **FRACASSADA** a licitação. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 17 de abril de 2017.

Robinson de Borba e Veloso  
PREGOEIRO

\*\*\* \*\*

**AVISO DE RETOMADA  
ORIGEM CEGAS  
TOMADA DE PREÇOS - MENOR PREÇO Nº20170001  
PUBLICAÇÃO Nº2017/00742**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DE MATERIAL DE PUBLICIDADE LEGAL, TAIS COMO: EDITAIS, LICENÇAS AMBIENTAIS, ATAS, AVISOS, EXTRATOS E CONVÊNIOS OU CONTRATOS E OUTRO QUALQUER TIPO DE DIVULGAÇÃO EXIGIDO POR LEI, DE INTERESSE DA CEGÁS, EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ (EM CADERNO ESPECIALIZADO EM ANÚNCIOS CLASSIFICADOS)**. A Comissão Especial de Licitação 06, **torna público que a sessão pública para recebimento dos envelopes com os documentos da habilitação e propostas de preços se dará no dia 09 de maio de 2017 às 15:00 horas**, na Central de Licitações, no Centro Administrativo Bárbara de Alencar, na Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150 - Edson Queiroz, Cep: 60811-520, Fortaleza - Ceará. FORNECIMENTO DO EDITAL: na Central de Licitações (endereço acima), munido de um CD virgem ou pela Internet no site [www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br). PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 17 de abril de 2017.

Antônio Anésio de Aguiar Moura  
PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO 06

\*\*\* \*\*

**AVISO DE REVALIDAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE  
PROPOSTAS  
ORIGEM CAGECE  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA NACIONAL Nº20170001  
PUBLICAÇÃO Nº2017/00146**

A COMISSÃO CENTRAL DE CONCORRÊNCIAS, no uso de suas atribuições legais, solicita as empresas participantes da Concorrência Pública Nº20170001, originária da CAGECE, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO NOS SISTEMAS DE ÁGUA E ESGOTO DA UNIDADE DE NEGÓCIO METROPOLITANA SUL (UNMTS), a prorrogação e revalidação**





das propostas, por mais 60 (sessenta) dias, até 29/06/2017 tendo em vista que a expiração do prazo de validade das mesmas acontecerá no próximo dia 30/04/2017. A manifestação de prorrogação e revalidação das propostas deverá ser enviada à Comissão Central de Concorrências, situada na Central de Licitações do Estado do Ceará, no Centro Administrativo Bárbara de Alencar, na Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150, Edson Queiroz até às 17h do dia 02/05/2017. Registre-se, que a referida manifestação poderá ser remetida por e-mail desde que assinado por quem de direito, devidamente comprovado e digitalizado em papel timbrado da licitante. Cabe salientar que a ausência da referida manifestação de prorrogação e revalidação das propostas libera os licitantes dos compromissos assumidos, resultando na exclusão do presente certame licitatório. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 18 de abril de 2017.

Maria Betânia Saboia Costa  
VICE-PRESIDENTA DA CCC

\*\*\* \*\*

### AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ

**PORTARIA Nº40/2017** - O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA ARCE, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **CÁSSIO TERSANDRO DE CASTRO ANDRADE**, ocupante do cargo de analista de regulação, matrícula nº000046-1-8, desta Autarquia, a **viajar** à cidade de Sobral/CE, nos dias 10 a 11 de abril de 2017 a fim de participar de visita técnica referente à regulação do SAAE, concedendo-lhe uma diária e meia, no valor unitário de R\$64,83 (sessenta e quatro reais e oitenta e três centavos acrescidos de 20% do valor da diária), totalizando R\$116,70 (cento e dezesseis reais e setenta centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea a, §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe IV do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Autarquia. AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 11 de abril de 2017.

Hélio Winston Leitão  
PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

### CONTROLADORIA E OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO

**PORTARIA Nº054/2017** - O SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº0874575/2017, com fundamento nos arts.110, I, "a" e 111, Parágrafo Único da Lei nº9.826 de 14 de maio de 1974, resolve **CONCEDER O AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO FUNCIONAL**, com redução de carga-horária, que deverá ser de 04 (quatro) horas às segundas - feira e de 04 (quatro) horas às quartas-feira, totalizando 08 (oito) horas semanais, do servidor **ALEX AGUIAR LINS**, matrícula nº3000091-9, ocupante do cargo de Auditor de Controle Interno, nesta Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, lotado na Coordenadoria de Auditoria Interna Governamental - COAUD, no período de 13/02/2017 até 30/06/2017, nos termos do Art.6º do Decreto Estadual nº25.851/2000. CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL, em Fortaleza, 06 de abril de 2017.

Antonio Marconi Lemos da Silva  
SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA E  
OUVIDORIA GERAL EM EXERCÍCIO

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

### VICE-GOVERNADORIA

### GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

**PORTARIA Nº19/2017** - O SECRETÁRIO CHEFE DO GABINETE DA VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora **GILVANA PONTE LINHARES DA SILVA**, ocupante do cargo de Assessor Especial, matrícula nº300011-1-7, deste Gabinete, a **viajar** à cidade de Sobral - Ce, no dia 1º de abril de 2017, a fim de participar das ações do Ceará Pacífico assessorando a Senhora Vice-Governadora do Estado, concedendo-lhe meia diária, no valor unitário de R\$157,72 (cento e

cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos), totalizando R\$78,86 (setenta e oito reais e oitenta e seis centavos), mais um acréscimo de 20% totalizando R\$94,63 (noventa e quatro reais e sessenta e três centavos) de acordo com o artigo 3º; alínea a, §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; arts.10 e 11, classe Ido anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária do Gabinete da Vice-Governadora do Estado. GABINETE DA VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 31 de março de 2017.

Fernando Antonio Costa de Oliveira  
SECRETÁRIO CHEFE DO GABINETE DA VICE-GOVERNADORA  
Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº20/2017** - O SECRETÁRIO CHEFE DO GABINETE DA VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **JOSE JANDER BENTO CARLOS**, ocupante do cargo de Orientador de Célula, matrícula nº300009-1-9, desta Vice-Governadoria, a **viajar** à cidade de Sobral - Ce, no dia 1º de abril de 2017, a fim de acompanhar a Senhora Vice-Governadora, concedendo-lhe meia diária, no valor unitário de R\$77,10 (setenta e sete reais e dez centavos), totalizando R\$38,55 (trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), mais um acréscimo de 20% no valor total de R\$46,26 (quarenta e seis reais e vinte e seis centavo) de acordo com o artigo 3º; alínea a, §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe III do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária Gabinete da Vice-Governadora. GABINETE DA VICE-GOVERNADORA DO ESTADO, em Fortaleza, 31 de março de 2017.

Fernando Antonio Costa de Oliveira  
SECRETÁRIO CHEFE DO GABINETE DA VICE-GOVERNADORA  
Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº21/2017** - O SECRETÁRIO CHEFE DO GABINETE DA VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora **GILVANA PONTE LINHARES DA SILVA**, ocupante do cargo de Assessor Especial, matrícula nº300011-1-7, deste Gabinete, a **viajar** à cidade de Juazeiro do Norte, no dia 4 de abril de 2017, a fim de participar da apresentação do Ceará Pacífico para os Secretários e Prefeito do Município de Juazeiro do Norte assessorando a Senhora Vice-Governadora do Estado, concedendo-lhe meia diária, no valor unitário de R\$157,72 (cento e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos), totalizando R\$78,86 (setenta e oito reais e oitenta e seis centavos), mais um acréscimo de 20% no valor Total de R\$94,63 (noventa e quatro reais e sessenta e três centavos) de acordo com o artigo 3º; alínea a, §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; arts.10 e 11, classe Ido anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária do Gabinete da Vice-Governadora do Estado. GABINETE DA VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 4 de abril de 2017.

Fernando Antonio Costa de Oliveira  
SECRETÁRIO CHEFE DO GABINETE DA VICE-GOVERNADORA  
Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

### SECRETARIAS E VINCULADAS

### SECRETARIA DA AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA

### AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

**PORTARIA Nº08/2017** - O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ - ADAGRI, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei nº13.496, de 02 de julho de 2004, alterada pela Lei nº14.481, de 08 de outubro de 2009, com fulcro nos termos da Lei nº14.219, de 14 de outubro de 2008, regulamentada pelo Decreto nº30.547, de 24 de maio de 2011, e com base na Portaria ADAGRI nº565/2015, publicada no DOE de 29 de outubro de 2015, RESOLVE CONCEDER aos **SERVIDORES** mencionados no anexo único desta Portaria, **Gratificação** de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária - GDAFA, a ser percebida nos percentuais estabelecidos na planilha em anexo, referente ao semestre compreendido





entre setembro/2015 e fevereiro/2016, sendo o pagamento efetuado conforme determinação da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, procedendo-se às devidas compensações, conforme o caso, com efeitos retroativos ao período específico. AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA, em Fortaleza, 13 de março de 2017.

Vilma Maria Freire dos Anjos  
PRESIDENTE, RESPONDENDO

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA DE Nº08/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017, REFERENTE AO 13º PERÍODO DA GDAFA

	NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MATRÍCULA	CARGO	DATA DA ADMISSÃO	EXERCÍCIO	TOTAL (%)
1	AILTON GADELHA MAIA	169391 10	AGENTE ESTADUAL AGROPECUÁRIO	24/08/09	LIMOEIRO DO NORTE	40
2	AILTON PESSOA LINS	199832 18	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	01/03/12	BREJO SANTO	37,5
3	ALINE CAVALCANTE VIEIRA	169409 17	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	04/09/09	BOA VIAGEM	40
4	ALINE LIMA DE SOUZA	169441 14	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	31/08/09	MARANGUAPE	40
5	ANA GLAUCIA CARNEIRO MELO GONÇALVES	169415 14	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	24/08/09	SEDE	40
6	ANA LUCIA LOPES DO NASCIMENTO	169412 12	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	24/08/09	TIANGUÁ	40
7	ANA VALQUÍRIA VASCONCELOS DA FONSECA BRANDÃO	199870 19	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	05/08/13	SEDE	40
8	ANDRÉA LEITE DE CARVALHO	199801 11	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	10/02/12	SEDE	40
9	ANNIRA AQUINO CORTEZ	169446 10	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	01/09/09	CANINDÉ	40
10	ANTÔNIO DIMAS SIMÃO DE OLIVEIRA	199839 19	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	23/02/12	MARANGUAPE	40
11	ANTÔNIO WILLIAMS LOPES DA SILVA	199841 17	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	05/06/12	PEDRA BRANCA	40
12	APARECIDA SIMONE MARTINS MIRANDA	169445 13	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	01/10/09	SEDE	40
13	ARMANDO CESAR MACEDO SARAIVA	169398 11	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	28/08/09	SEDE	40
14	ARQUELAU NOBRE NOJOSA	169437 11	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	26/08/09	CAUCAIA	40
15	CARLOS ALBERTO DE CASTRO OLIVEIRA	199853 18	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	27/07/12	INDEPENDÊNCIA	40
16	CARLOS DIÓGENES LUCENA FERNANDES	169405 18	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	24/08/09	CRATO	40
17	CARLOS SÉRGIO DE OLIVEIRA	199838 11	AGENTE ESTADUAL AGROPECUÁRIO	13/02/12	JAGUARIBARA	40
18	CÉLIO SOUZA DA ROCHA	169428 12	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	04/02/10	ARACATI	40
19	CÍCERO JOAQUIM DA SILVA	169386 10	AGENTE ESTADUAL AGROPECUÁRIO	24/08/09	BREJO SANTO	40
20	CÍCERO WANDERLÔ CASIMIRO BEZERRA	199854 15	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	29/06/12	ICÓ	40
21	CLARISSA NEUMAN RAMOS CÉSAR	199855 12	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	25/06/12	IPAUMIRIM	40
22	CRISTIANO BENEDITO DA SILVA	169379 16	AGENTE ESTADUAL AGROPECUÁRIO	24/08/09	IGUATU	40
23	DAGOBERTO SAUNDERS DE OLIVEIRA	169396 17	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	02/12/09	SEDE	40
24	DANIEL VICTOR SARAIVA	169390 13	AGENTE ESTADUAL AGROPECUÁRIO	25/08/09	ARACATI	40
25	DANIELE CRISTINA TIMBÓ MAGALHÃES	199802 19	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	27/02/12	SOBRAL	40
26	DANILO LEITE FERNANDES	199799 11	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	13/02/12	CRATO	40
27	DAVI BASTOS CAPISTRANO JUNIOR	169427 15	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	24/08/09	ITAPIPOCA	40
28	DAVID CALDAS VASCONCELOS	016945 02	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	02/09/09	CAUCAIA PARA PINDORETAMA, A PARTIR DE 22/01/16	40
29	DINARA AIRES DANTAS	199803 16	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	13/02/12	RUSSAS	40
30	DIANIRA SOARES GADÉLHA GOUVEIA	199842 14	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	02/04/12	CAUCAIA	40
31	DOUGLAS CARPEGIANY CASTRO SILVA	199848 18	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	02/04/12	LIMOEIRO DO NORTE	40
32	EDUARDO DA CUNHA CORREIA LIMA	169401 19	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	24/08/09	BATURITÉ	40
33	EGNER GONÇALVES DE MEDEIROS	169425 10	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	02/09/09	RUSSAS	26,8
34	ELENIMAR BEZERRA DE CASTRO	169411 15	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	02/09/09	ARACATI	40
35	EUDESON ALMEIDA DOS SANTOS	169447 18	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	02/09/09	CANINDÉ	40
36	EUDESON MAIA DE QUEIROZ JUNIOR	199804 13	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	13/02/12	BOA VIAGEM	40
37	FÁBIO COSTA FARIAS	199806 18	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	10/02/12	LIMOEIRO DO NORTE	40
38	FÁBIO JOSÉ NUNES DE SOUSA	169389 12	AGENTE ESTADUAL AGROPECUÁRIO	02/09/09	QUIXADÁ	40
39	FABRÍCIO FERREIRA LIMA	199807 15	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	13/02/12	ITAPIPOCA PARA MORADA NOVA, A PARTIR DE 15/01/16	40
40	FELIPE FRANCELINO FERREIRA	199808 12	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	13/02/12	CRATO	40
41	FERNANDO ANTONIO CLEISON CRISTINO	169419 13	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	24/08/09	QUIXERAMOBIM	40
42	FERNANDO SERGIO DA JUSTA FEIJÃO	199809 1 X	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	13/02/12	PACAJUS	40
43	FRANCISCO DAS CHAGAS CARDOSO FILHO	199849 15	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	09/04/12	CRATEÚS	37
44	FRANCISCO DE ASSIS DE SOUSA	169387 18	AGENTE ESTADUAL AGROPECUÁRIO	28/08/09	SÃO BENEDITO	40
45	FRANCISCO DE ASSIS LEMOS MAIA	169384 16	AGENTE ESTADUAL AGROPECUÁRIO	08/02/10	MORADA NOVA	40
46	FRANCISCO FABIANO RIBEIRO ROCHA	199845 16	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	02/04/12	CAMPOS SALES	39,9
47	FRANCISCO GLEYBER CARTAXO BASTOS	169406 15	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	24/08/09	SEDE	40
48	FRANCISCO INACIO MARROCOS JÚNIOR	199810 10	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	13/02/12	ARACATI	40
49	FRANCISCO OSCARITO RAMOS	199857 17	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	29/06/12	IGUATU	40
50	FRANCISCO TIAGO MARQUES DE SOUSA	169385 13	AGENTE ESTADUAL AGROPECUÁRIO	24/08/09	ACOPIARA	40
51	FRANCISCO WILAME LOPES DA SILVA	016945 10	AGENTE ESTADUAL AGROPECUÁRIO	01/09/09	ICÓ	40
52	FRANCISCO XAVIER DA SILVA JÚNIOR	199811 18	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	13/02/12	LIMOEIRO DO NORTE	40
53	GABRIEL GUIMARÃES COSTA	199812 15	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	13/02/12	CRATO	40
54	GEORGE CÂNDIDO NOGUEIRA	199813 12	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	22/02/12	MARCO	40
55	GLAUBER GOMES DE OLIVEIRA	169443 19	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	03/09/09	SEDE	25
56	HENDEL PAULA ROCHA	199814 1 X	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	27/02/12	JAGUARIBE	40
57	IGOR GURGEL IBIAPINA	199833 15	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	01/03/12	GRANJA	40
58	IRACELMA JULIAO DE ARRUDA	199815 17	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	13/02/12	SOBRAL	40
59	IRAN ÁGUILA MACIEL	199852 10	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	02/05/12	PINDORETAMA	40
60	JAILSON JOSÉ DA SILVA	016945 29	AGENTE ESTADUAL AGROPECUÁRIO	14/09/09	GRANJA	40
61	JARIER DE OLIVEIRA MORENO	016945 37	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	31/08/09	SOBRAL PARA SEDE, A PARTIR DE 01/09/2015	40
62	JOÃO BATISTA SALMITO ALVES DE ALMEIDA	169448 15	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	21/08/09	PACAJUS	40
63	JOÃO EUDES LOPES MAMEDES	169380 17	AGENTE ESTADUAL AGROPECUÁRIO	24/08/09	MAURITI	40
64	JOÃO PAULO LIMA ALVES	169438 19	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	24/08/09	ITAJAPÉ PARA QUIXADÁ, A PARTIR DE 05/10/2015	40
65	JOAQUIM HELDER TEIXEIRA PINHEIRO	199831 10	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	13/02/12	NOVA OLINDA	40
66	JOSE AMORIM SOBRERA NETO	199816 14	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	10/02/12	SEDE	40
67	JOSÉ DE OLIVEIRA SANTOS	169410 18	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	24/08/09	BREJO SANTO	40
68	JOSÉ ERISVALDO MAIA JUNIOR	169426 18	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	24/08/09	MARANGUAPE	40
69	JOSÉ ERMESON RIBEIRO LEITE	169383 19	AGENTE ESTADUAL AGROPECUÁRIO	24/08/09	BATURITÉ	40
70	JOSÉ NILTON DE ALMEIDA JUNIOR	169430 10	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	02/09/09	MORADA NOVA	40
71	JOYCE DA CUNHA XAVIER NUNES	169393 15	AGENTE ESTADUAL AGROPECUÁRIO	24/08/09	CRATO	40
72	JULIANA CASTELO BRANCO MESQUITA DE ALMEIDA	169424 13	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	01/09/09	LIMOEIRO DO NORTE	40
73	LEVI GONÇALVES MOREIRA	199851 13	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	02/04/12	RUSSAS	40
74	LIDIANE BARBOSA MACHADO	169403 13	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	24/08/09	TIANGUÁ	40
75	LUCIANA MENEZES COSTA	199869 18	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	05/08/13	ITAJAPÉ	37,5
76	LUENNY CARLA SILVA DOS SANTOS CARVALHO DE ARAÚJO	199858 14	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	11/06/12	IGUATU	40
77	LUIZ MATOS BATISTA	199818 19	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	15/02/12	QUIXADÁ	40
78	MANOEL ENEAS DE CARVALHO GONÇALVES	199850 16	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	02/04/12	MARANGUAPE	40
79	MARCELINO MOTA TELES	199859 11	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	05/06/12	SEDE	40
80	MÁRCIA ROCHA TORRES	199860 12	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	22/06/12	SEDE	40



NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MATRÍCULA	CARGO	DATA DA ADMISSÃO	EXERCÍCIO	TOTAL (%)	
81	MARCOS ANTONIO BARBOZA	169449 1 2	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	02/09/09	MAURITI	40
82	MARCOS DANIEL DE SOUSA FERREIRA	199873 1 0	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	05/08/13	NOVARUSSAS	40
83	MARCOS MAURÍCIO DA SILVA OLIVEIRA	199819 1 6	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	13/02/12	CAUCAIA	40
84	MARIA ANDRÉA BORGES CAVALCANTE	169399 1 9	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	01/10/09	SEDE	40
85	MARIA DA CONCEIÇÃO SOUSA SOBRINHA	199834 1 2	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	05/03/12	SÃO BENEDITO	40
86	MARIA LIDIÚNA MAIA DE OLIVEIRA	199820 1 7	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	27/02/12	TIANGUÁ	40
87	MILEIDE DE ARAÚJO GOES	169433 1 2	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	24/08/09	BATURITÉ	40
88	MILTON DE CARVALHO NETO	199821 1 4	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	13/02/12	QUIXADÁ	40
89	MOACIR ANDRADE RABELO FILHO	199822 1 1	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	13/02/12	CAUCAIA	40
90	MÔNICA MARCOS DE ALMEIDA	169417 1 9	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	28/09/09	BATURITÉ	40
91	NEILIANE SANTIAGO SOMBRA BORGES	199823 1 9	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	02/03/12	SEDE	40
92	OSVALDO DAVID DE ALENCAR	169395 1 X	AGENTE ESTADUAL AGROPECUÁRIO	31/08/09	CAMPOS SALES	40
93	OSVALDO PEREIRA DE SOUSA FILHO	199824 1 6	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	16/02/12	COREAÚ	40
94	PATRÍCIA EMÍLIA GOMES FACÓ	169416 1 1	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	24/08/09	MARANGUAPE PARA PACAJUS, A PARTIR DE 22/01/2016	40
95	PATRÍCIA GOMES DE MATOS TEIXEIRA	169429 1 X	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	24/08/09	ITAPIPOCA	40
96	PAULA ANDREIA BEZERRA INSAURRALDE	199825 1 3	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	01/03/12	MARANGUAPE	37,5
97	PAULO ALEXANDRE SOARES MINEIRO	199836 1 7	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	01/03/12	SÃO BENEDITO	40
98	PAULO HENRIQUE PAIXÃO	199862 1 7	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	05/06/12	ACÓPIARA PARA JAGUARIBARA, A PARTIR DE 21/09/15	40
99	PAULO JORGE MATTOS CORRÊA	199826 1 0	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	13/02/12	MARCO	40
100	PAULO ROBERTO DE LIMA CARVALHO	199830 1 3	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	10/02/12	PACAJUS	40
101	PEDRO CHAGAS DE OLIVEIRA NETO	169444 1 6	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	28/08/09	SEDE	40
102	RAIMUNDO MUNIZ DE ANDRADE	199874 1 8	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	05/08/13	IPU	39,5
103	RAYLENE RAMOS MOURA DE ARAÚJO	199844 1 9	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	02/04/12	SEDE	40
104	RENATA DAMASCENO MOURA	169408 1 X	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	02/09/09	LIMOEIRO DO NORTE	40
105	RILDÊNIO RENATO CAVALCANTE	169407 1 2	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	13/10/09	BATURITÉ	40
106	RODOLFO MORICONI FREIRE	199863 1 4	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	02/07/12	ITAPIPOCA	40
107	RODRIGO AUGUSTO ESCOREL EVANGELISTA	199866 1 6	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	09/08/13	TAUÁ	40
108	ROGER HENRIQUE SOUSA DA COSTA	169420 1 4	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	24/08/09	CRATO	40
109	RUI RODRIGUES DE LIMA	169394 1 2	AGENTE ESTADUAL AGROPECUÁRIO	03/09/09	IPAUMIRIM	40
110	SILVÉRIO NETO DE VASCONCELOS MOITA	199828 1 5	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	13/02/12	SÃO BENEDITO	40
111	SÍLVIA LIANE COSTA LIMA DE OLIVEIRA	199864 1 1	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	26/06/12	SEDE	40
112	SIMONE FRANCISCA DE LIRA	169432 1 5	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	24/08/09	BREJO SANTO	40
113	TÂNIA ELIZABETH SAMPAIO OLIVEIRA	199846 1 3	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	02/04/12	SANTA QUITÉRIA	40
114	VANESSA VIEIRA CHAVES	199837 1 4	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	13/02/12	IGUATU	40
115	YUSSEF FEITOSA BEZERRA BRAGA	199847 1 0	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	02/04/12	TAUÁ	40
116	ZILTON SENA FILHO	199829 1 2	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	13/02/12	BATURITÉ	40

AFASTAMENTOS E OUTROS (Afastamentos não previstos no Decreto nº30.547, de 24/05/2011, por isso não farão jus a percepção da GDFA)

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MATRÍCULA	CARGO	DATA DA ADMISSÃO	EXERCÍCIO	OBSERVAÇÕES	
1	RONALDO LIMA MOREIRA BORGES	199827 1 8	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	07/03/12	MARANGUAPE	CEDIDO PARA SECRETARIA DAS CIDADES, A PARTIR DE 01/11/2012
2	MARIA HERMELINE RIBEIRO QUIRINO	169431 1 8	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	02/09/2009	SEDE	LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULAR, A PARTIR DE 01/06/2014
3	RAQUEL SOARES CAVALEIRO DE MACEDO MOREIRA	169423 1 6	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	03/09/2009	PACAJUS	LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULAR, A PARTIR DE 01/09/2014
4	ANDRÉA CRISTINA CAPRIATA SILVA	199867 1 3	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	05/08/13	ICÓ	LICENÇAS MÉDICAS SUPERIORES A 60 DIAS.
5	RAQUELY FERREIRA BRAGA	199868 1 0	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	05/08/13	SOBRAL	LICENÇAS MÉDICAS SUPERIORES A 60 DIAS.
6	SÍLVIA FERNANDA VIEIRA VALE	169439 1 6	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	31/08/09	ARACATI	LICENÇAS MÉDICAS SUPERIORES A 60 DIAS.
7	SUIANY RODRIGUES CÂMARA	199865 1 9	FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO	27/06/12	CRATO	LICENÇAS MÉDICAS SUPERIORES A 60 DIAS.

Neiliane Santiago Sombra Borges  
MEMBRO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO  
Joaquim Sampaio Barros  
MEMBRO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO  
Davi Bastos Capistrano Júnior  
MEMBRO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO  
Vilma Maria Freire dos Anjos  
PRESIDENTE, RESPONDENDO

Fortaleza, 13 de março de 2017.  
Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

## SECRETARIA DAS CIDADES

**PORTARIA Nº056/2017** - O SECRETÁRIO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **EDUARDO FONTES HOTZ**, matrícula nº00210, ocupante do cargo de DIRETOR-PRESIDENTE da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR, a viajar à cidade do Rio de Janeiro - RJ, no período de 04.04.2017 a 05.04.2017, ASSESSORANDO o Secretário da Infraestrutura em reuniões na sede do BNDES, para tratar de assuntos relativos ao financiamento da Linha Leste do Metrô de Fortaleza, concedendo-lhe 1,5 (uma e meia) diária, no valor unitário de R\$350,48 (trezentos e cinquenta reais e quarenta e oito centavos) acrescidos de 50% (cinquenta por cento), no valor total de R\$788,58 (setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), mais 01 (uma) ajuda de custo no valor de R\$525,72 (quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos), e passagens aéreas, para o trecho Fortaleza/Rio de Janeiro/Fortaleza, no valor de R\$584,89 (quinhentos e oitenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), perfazendo o valor total de R\$1.899,19 (hum mil oitocentos e noventa e nove reais e dezenove centavos), de acordo com o artigo 3º, alínea b do Art.4º, §1º, arts.2º, 5º e seu §1º, art's 6º, 10º e 11º; classe I do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, publicado no Diário Oficial do Estado, em 27 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária do METROFOR. SECRETARIA DAS CIDADES, em Fortaleza, 03 de abril de 2017.

Germano Rocha Fonteneles  
SECRETÁRIO ADJUNTO DAS CIDADES

\*\*\* \*\*



## DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

**PORTARIA Nº314/2017** - O DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE EXCLUIR, da Portaria 310/2017**, datada de 10 de março de 2017 e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará de 29 de março de 2017, a partir de 12/03/2017, os **SERVIDORES** relacionados no Anexo único desta Portaria, a qual autorizou os servidores comporem comissão de Exames de Habilitação Volante na cidade de Sobral no período de 10 de março à 13 de março de 2017, devendo fazer a devolução de suas diárias. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza, 13 de março de 2017.

Luís Fernando Simões da Silva  
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Registre-se e publique-se.

## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº314/2017 DE 13 DE MARÇO DE 2017

NOME	CARGO	CLASSE	ROTEIRO	PERÍODO	QUANT. DIÁRIAS	UNIT.	VALOR	ACRÉS%	TOTAL
ANTONIO NILSON DE LIMA	FISCAL TRANSITO	V	SOBRAL/CE	12/03/2017 à 13/03/2017	2,0	61,33	122,66	20	147,19
DAVID GOMES MENDONCA	FISCAL TRANSITO	V	SOBRAL/CE	12/03/2017 à 13/03/2017	2,0	61,33	122,66	20	147,19
EDITE GONCALVES LACERDA	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	V	SOBRAL/CE	12/03/2017 à 13/03/2017	2,0	61,33	122,66	20	147,19
FRANCISCO JOSE MONTEIRO	MOTORISTA.	V	SOBRAL/CE	12/03/2017 à 13/03/2017	2,0	61,33	122,66	20	147,19
JOAO DINANCES DE ANDRADE	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	V	SOBRAL/CE	12/03/2017 à 13/03/2017	2,0	61,33	122,66	20	147,19
JOSE DO NASCIMENTO SARAIVA	OFICIAL DE MANUTENCAO	V	SOBRAL/CE	12/03/2017 à 13/03/2017	2,0	61,33	122,66	20	147,19
JOSE WANDEMBERG CHAVES	MOTORISTA.	V	SOBRAL/CE	12/03/2017 à 13/03/2017	2,0	61,33	122,66	20	147,19
MAIA									
MANUEL MESSIAS DE SALES	DESENHISTA	V	SOBRAL/CE	12/03/2017 à 13/03/2017	2,0	61,33	122,66	20	147,19
PAULO ROBERTO PEREIRA	MOTORISTA.	V	SOBRAL/CE	12/03/2017 à 13/03/2017	2,0	61,33	122,66	20	147,19

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº324/2017** - O DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN, no uso de suas atribuições legais em especial a competência deferida na Portaria nº469/2015, de 13 de abril de 2015; **RESOLVE CONCEDER** aos **SERVIDORES** constantes da Portaria nº198/2017, a qual designa-os para comporem A COMISSÃO DE EXAME DE LEGISLAÇÃO, na cidade de Crato, **GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇOS EXECUTADOS** nas bases descritas no anexo único desta portaria, de conformidade com os turnos trabalhados no período de 16/02/2017 a 24/02/2017, de acordo com o relatório de frequência, devendo a despesa correr por conta da verba 33901400.70 atividade 08200003.04.122.400.40000 desta Autarquia. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza, 14 de março de 2017.

Luís Fernando Simões da Silva  
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Registre-se e publique-se.

## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº324/2017 DE 14 DE MARÇO DE 2017

NOME	FUNÇÃO	VL. UNIT.	VL. EXTRA	UNIT. EXTRA	TURNOS	TURNOS EXTRA	TOTAL
FRANCISCO GRACINDO FERNANDES	Coordenador	50,00	80,00	7	0	350,00	
FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA	Membro	40,00	60,00	7	0	280,00	
TOTAL						630,00	

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº352/2017** - O DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN, no uso de suas atribuições legais em especial a competência deferida na Portaria nº469/2015, de 13 de abril de 2015; **RESOLVE DESIGNAR**, os **SERVIDORES** relacionados no Anexo único desta Portaria, para **comporem as COMISSÕES DE EXAMES - ESPECIAL**, durante o período de 18/03/2017 a 18/03/2017, nos locais e horários consignados no aludido anexo, conceder nos termos da Lei nº12.965, de 22 de novembro de 1999, e alterada pelas leis nº15491, de 27 de dezembro de 2013. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza, 16 de março de 2017.

Luís Fernando Simões da Silva  
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Registre-se e publique-se.

## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº352/2017 DE 16 DE MARÇO DE 2017

NOME	FUNÇÃO	HORÁRIO	ATIVIDADE	LOCAL
GEORGIA SAMARA RODRIGUES SARAIVA	Coordenador	08:00 às 17:00	Comissão Especial/Rio-Mar	Fortaleza
MARIA LIDUINA DE SOUZA	Membro	08:00 às 17:00	Comissão Especial/Rio-Mar	Fortaleza

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº407/2017** - O DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN, no uso de suas atribuições legais em especial a competência deferida na Portaria nº469/2015, de 13 de abril de 2015; **RESOLVE CONCEDER** aos **SERVIDORES** constantes da Portaria nº352/2017, a qual designa-os para comporem A COMISSÃO ESPECIAL, **GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇOS EXECUTADOS** nas bases descritas no anexo único desta portaria, de conformidade com os turnos trabalhados no período de 18/03/2017 a 18/03/2017, de acordo com o relatório de frequência, devendo a despesa correr por conta da verba 33901400.70 atividade 08200003.04.122.400.40000 desta Autarquia. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza, 29 de março de 2017.

Luís Fernando Simões da Silva  
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Registre-se e publique-se.



## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº407/2017 DE 29 DE MARÇO DE 2017

NOME	FUNÇÃO	VL. UNIT.	VL. UNIT. EXTRA	TURNOS	TURNOS EXTRA	TOTAL
GEORGIA SAMARA RODRIGUES SARAIVA	Coordenador	60,00	90,00	0	3	270,00
MARIA LIDUINA DE SOUZA	Membro	50,00	80,00	0	3	240,00
<b>TOTAL</b>						<b>510,00</b>

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº408/2017** - O DIRETOR ADMINISTRATIVO- FINANCEIRO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN, no uso de suas atribuições legais em especial a competência deferida na Portaria nº469/2015, de 13 de abril de 2015; RESOLVE CONCEDER aos **SERVIDORES** constantes da Portaria nº210/2017, a qual designa-os para comporem A COMISSÃO DE EXAME DE LEGISLAÇÃO, na cidade de Itapipoca, **GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇOS EXECUTADOS** nas bases descritas no anexo único desta portaria, de conformidade com os turnos trabalhados no período de 16/02/2017 a 28/02/2017, de acordo com o relatório de frequência, devendo a despesa correr por conta da verba 33901400.70 atividade 08200003.04.122.400.40000 desta Autarquia. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza, 30 de março de 2017.

Luís Fernando Simões da Silva  
DIRETOR ADMINISTRATIVO- FINANCEIRO

Registre-se e publique-se.

## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº408/2017 DE 30 DE MARÇO DE 2017

NOME	FUNÇÃO	VL. UNIT.	VL. UNIT. EXTRA	TURNOS	TURNOS EXTRA	TOTAL
MARIA LANDIM DA CRUZ	Coordenador	50,00	80,00	7	0	350,00
PAULO SERSIO CORREIA DE OLIVEIRA	Membro	40,00	60,00	7	0	280,00
<b>TOTAL</b>						<b>630,00</b>

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº430/2017** - O DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN, no uso de suas atribuições legais em especial a competência deferida na Portaria nº469/2015, de 13 de abril de 2015; RESOLVE DESIGNAR, os **SERVIDORES** relacionados no Anexo único desta Portaria, para **comporem as COMISSÕES DE EXAMES - LEGISLAÇÃO**, durante o período de 03/04/2017 a 28/04/2017, nos locais e horários consignados no aludido anexo, conceder nos termos da Lei nº12.965, de 22 de novembro de 1999, e alterada pelas leis nº15491, de 27 de dezembro de 2013. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza, 31 de março de 2017.

Luís Fernando Simões da Silva  
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Registre-se e publique-se.

## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº430/2017 DE 31 DE MARÇO DE 2017

NOME	FUNÇÃO	HORÁRIO	ATIVIDADE	LOCAL
ANA ENILZA DE ARAUJO	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Leg./São Geraldo/Manha	Fortaleza
ANA LUSIA VIEIRA MONTEIRO	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Leg./Sede/Tarde 1	Fortaleza
DENISE BENIGNO SOUSA DE ARAUJO	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Leg./Sede/Manhã 1	Fortaleza
DEUSILA SOUZA DE ALMEIDA	Coordenador	13:00 às 17:00	Comissão Leg./Messej-VaptVupt/Tarde	Fortaleza
EMILIANA TERCEIRO DE SOUSA	Suplente	13:00 às 17:00	Comissão Leg./Sede/Tarde 1	Fortaleza
EVANDRO SILVA CAPIBARIBE	Suplente	13:00 às 17:00	Comissão Leg./Messej-VaptVupt/Tarde	Fortaleza
FRANCISCA CLEBIA CARNEIRO MARTINS	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Leg./Messej-VaptVupt/Tarde	Fortaleza
FRANCISCA DE ARAUJO MAGALHAES	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Leg./Sede/Manhã 1	Fortaleza
HELIO GADELHA DA ROCHA FRANCO	Coordenador	13:00 às 17:00	Comissão Leg./São Geraldo/Tarde	Fortaleza
IRAN COSTA RIBEIRO FILHO	Coordenador	13:00 às 17:00	Comissão Leg./Rio-Mar/Tarde	Fortaleza
IVONEDE DIAS LEMOS	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Leg./Sede/Tarde 1	Fortaleza
LUZIANIA LIMA VASCONCELOS	Coordenador	13:00 às 17:00	Comissão Leg./Sede/Tarde 1	Fortaleza
MARIA CLENIA DE OLIVEIRA	Suplente	13:00 às 17:00	Comissão Leg./São Geraldo/Tarde	Fortaleza
MARIA DAS GRACAS ALENCAR LEITE	Coordenador	08:00 às 12:00	Comissão Leg./São Geraldo/Manha	Fortaleza
MARIA DE FATIMA GUEDES MATOS	Suplente	13:00 às 17:00	Comissão Leg./Sede/Tarde 1	Fortaleza
MARIA ELISA MOREIRA FREIRE SOUZA	Suplente	13:00 às 17:00	Comissão Leg./Sede/Tarde 1	Fortaleza
MARIA LEOPOLDINA CAVALCANTE PINHEIRO	Coordenador	08:00 às 12:00	Comissão Leg./Sede/Manhã 1	Fortaleza
MARIA LIDUINA DE SOUZA	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Leg./Rio-Mar/Tarde	Fortaleza
MARIA LUIZA DE FREITAS LEITE	Suplente	08:00 às 12:00	Comissão Leg./São Geraldo/Manha	Fortaleza
MARTADA SILVA NASCIMENTO	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Leg./Sede/Tarde 1	Fortaleza
MILENE MARIA DE BRITO	Coordenador	08:00 às 12:00	Comissão Leg./Messej-VaptVupt/Manha	Fortaleza
RENATA MARIA XIMENES PESSOA UCHOA	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Leg./Sede/Manhã 1	Fortaleza
ROSE MARY LOPES TAVARES	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Leg./Messej-VaptVupt/Manha	Fortaleza
VITORIA EULINA BASTOS CABRAL	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Leg./São Geraldo/Tarde	Fortaleza

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº431/2017** - O DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN, no uso de suas atribuições legais em especial a competência deferida na Portaria nº469/2015, de 13 de abril de 2015; RESOLVE DESIGNAR, os **SERVIDORES** relacionados no Anexo único desta Portaria, para **comporem as COMISSÕES DE EXAMES - PRÁTICA DE DIREÇÃO**,





durante o período de 03/04/2017 a 12/04/2017, nos locais e horários consignados no aludido anexo, conceder nos termos da Lei nº12.965, de 22 de novembro de 1999, e alterada pelas leis nº15491, de 27 de dezembro de 2013. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza, 31 de março de 2017.

Luís Fernando Simões da Silva  
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº431/2017 DE 31 DE MARÇO DE 2017

NOME	FUNÇÃO	HORÁRIO	ATIVIDADE	LOCAL
ALESSANDRO DA SILVA BEZERRA	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
ALVARO NUNES DE AGUIAR VIANA	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
ANA SUELY CARVALHO PEREIRA	Suplente	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
ANTONIA ALVES DE LIMA	Suplente	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
ANTONIA RODRIGUES COUTINHO LIMA	Suplente	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
ANTONIO ALMIR DE ARAUJO	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
ANTONIO CRAVEIRO MOREIRA	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
ANTONIO EDNO DE OLIVEIRA	Suplente	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
ANTONIO ERIVALDO DE OLIVEIRA	Coordenador	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
ANTONIO NEPOMUCENO DE ANDRADE	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
CASSIA VALERIA DA SILVA DAMASCENO	Suplente	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
DEUTERONOMIO GOMES MARQUES	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
EVALDO GONCALVES SILVA	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
FLORENCIO SOUSA GOUVEIA	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
FRANCIANE AGUIAR ALCANTARA	Suplente	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
FRANCISCO ARAUJO ALBUQUERQUE JUNIOR	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
FRANCISCO CARLOS CANUTO DE SOUSA	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
FRANCISCO ERICSSON ARAUJO CANAFISTULA	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
FRANCISCO LACORDERIO MAIA DE MELO	Coordenador	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
FRANCISCO VALDO PEREIRA	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
HELANO DE SOUSA MOURA	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
HELIO FACANHA DA ROCHA	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
JOAO ALVES DE OLIVEIRA	Suplente	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
JOAO DINANCES DE ANDRADE	Suplente	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
JOSE AIRTON COELHO	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
JOSE GERARDO ALVES CARNEIRO	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
JOSE IVAN AMARANTE DE SANTIAGO FILHO	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
JOSE LUIS VIEIRA DE OLIVEIRA	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
JOSE MARQUES DA SILVA	Suplente	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
JOSE ONIVARDO MOURA	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
JOSE VALTER LANDIM FILHO	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
LEVY MENDES DE PINHO MACHADO	Suplente	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
LIANA OLIVEIRA MENA BARRETO	Coordenador	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
LILIAN FABIOLA CHAVES GONZAGA MOREIRA	Suplente	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
LUCI MARY DAMASCENO	Suplente	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
LUCRECIO SEVERINO OLINDA	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
MAIRY LUCIA MENEZES LIMA DE OLIVEIRA	Presidente	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
MANOEL PAULINO SECUNDINO NETO	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
MARCIO BRAGA MASCARENHAS	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
MARIA DA SILVA MENDONCA	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
MARIA DAS GRACAS MOURA CARDOSO	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
MARIA DE FATIMA DO MONTE OLIVEIRA	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
MARIA DE LOURDES DA SILVA MARINHO	Suplente	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
MARIAIRACY VAZ MARTINS	Suplente	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
MARIA IVONILDE RODRIGUES	Presidente	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
MARIA JOSE BEZERRA DE SANTIAGO	Coordenador	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
MARIA LIDUINA DO NASCIMENTO SOUSA	Suplente	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
MARIA LUCIA SALES DE SOUSA CRISOSTOMO	Suplente	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
MARIA NEUTA DE LIMA FERNANDES SOUZA	Suplente	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
MARIA SILVIA SAMPAIO	Coordenador	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
MARIA VIRLENE TOMAZ GARRIDO BRAGA	Suplente	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
MARIO GLEICK AGUIAR GUIMARAES	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
NAYRA CARMEN SILVA CAVALCANTE LIMA	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
NELSON FERNANDES DE FREITAS	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
NERTAN ALVES DE LIMA	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
OTAVIO CARLOS MOTA DE QUEIROZ	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
PABLO CAVALCANTE VALENTE	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
PATRICK HERLLY SILVA REIS	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
PAULO ERNESTO SARAIVA SERPA	Coordenador	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
THOMAS GERFESON LIMA MILHOME	Membro	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
VANDA MARIA BRAGA GOMES	Suplente	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza
WILLIAM CAETANO DA NOBREGA	Membro	13:00 às 17:00	Comissão Prática/Direção/Tarde	Fortaleza
ZENILDE MORADA LANDIM	Suplente	08:00 às 12:00	Comissão Prática/Direção/Manhã	Fortaleza



**PORTARIA Nº435/2017** - O DIRETOR ADMINISTRATIVO- FINANCEIRO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN, no uso de suas atribuições legais em especial a competência deferida na Portaria nº469/2015, de 13 de abril de 2015; RESOLVE CONCEDER aos **SERVIDORES** constantes da Portaria nº138/2017, a qual designa-os para comporem A COMISSÃO DE EXAME DE LEGISLAÇÃO, na cidade de Limoeiro do Norte, **GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇOS EXECUTADOS** nas bases descritas no anexo único desta portaria, de conformidade com os turnos trabalhados no período de 01/02/2017 a 15/02/2017, de acordo com o relatório de frequência, devendo a despesa correr por conta da verba 33901400.70 atividade 08200003.04.122.400.40000 desta Autarquia. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza, 04 de abril de 2017.

Luís Fernando Simões da Silva  
DIRETOR ADMINISTRATIVO- FINANCEIRO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº435/2017 DE 04 DE ABRIL DE 2017

NOME	FUNÇÃO	VL. UNIT.	VL. UNIT. EXTRA	TURNOS	TURNOS EXTRA	TOTAL
MARIA EDILENE LOBO	Coordenador	50,00	80,00	11	0	550,00
NORMANDY CHAVES MAIA	Membro	40,00	60,00	11	0	440,00
<b>TOTAL</b>						<b>990,00</b>

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº436/2017** - O DIRETOR ADMINISTRATIVO- FINANCEIRO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN, no uso de suas atribuições legais em especial a competência deferida na Portaria nº469/2015, de 13 de abril de 2015; RESOLVE CONCEDER aos **SERVIDORES** constantes da Portaria nº381/2017, a qual designa-os para comporem A COMISSÃO DE EXAMES DE HABILITAÇÃO VOLANTE na cidade de Baturite, **GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇOS EXECUTADOS** nas bases descritas no anexo único desta portaria, de conformidade com os turnos trabalhados no período de 24/03/2017 a 26/03/2017, de acordo com o relatório de frequência, devendo a despesa correr por conta da verba 33901400.70 atividade 08200003.04.122.400.40000 desta Autarquia. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza, 04 de abril de 2017.

Luís Fernando Simões da Silva  
DIRETOR ADMINISTRATIVO- FINANCEIRO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº436/2017 DE 04 DE ABRIL DE 2017

NOME	FUNÇÃO	VL. UNIT.	VL. UNIT. EXTRA	TURNOS	TURNOS EXTRA	TOTAL
ALYSSON ROBERIO DE SOUSA RODRIGUES	Presidente	80,00	120,00	0	3	360,00
ANTONIA RODRIGUES COUTINHO LIMA	Membro	50,00	80,00	0	3	240,00
ANTONIO HUMBERTO SOARES DE FREITAS	Membro	50,00	80,00	0	3	240,00
BERMARY ALVES COSTA DE ARAUJO	Coordenador	60,00	90,00	0	3	270,00
CELIA NEIVA GOMES MARTINS	Membro	50,00	80,00	0	3	240,00
CELSO OSORIO DA SILVA LIMA	Coordenador	60,00	90,00	0	3	270,00
DJACIRA GOMES MENDONCA MARQUES	Membro	50,00	80,00	0	3	240,00
GERALDO ARAUJO DOS SANTOS	Membro	50,00	80,00	0	3	240,00
JOAO PAULO DOS SANTOS CARDOSO VERAS	Membro	50,00	80,00	0	3	240,00
JOAO PEREIRA DA SILVA NETO	Membro	50,00	80,00	0	3	240,00
JOSE EDUARDO FERREIRA SOARES	Membro	50,00	80,00	0	3	240,00
LAIS PINHEIRO DA ROCHA CAROLINO	Membro	50,00	80,00	0	3	240,00
LUIS CLOVIS DOS SANTOS NEPOMUCENO	Membro	50,00	80,00	0	3	240,00
MARIA DO CARMO DE PAULA AVELINO	Membro	50,00	80,00	0	3	240,00
MARIA NEUMA DE OLIVEIRA SOARES	Membro	50,00	80,00	0	3	240,00
PAULO ROBERTO LEITE DA SILVA	Coordenador	60,00	90,00	0	3	270,00
TEREZINHA DE LUNA	Membro	50,00	80,00	0	3	240,00
<b>TOTAL</b>						<b>4.290,00</b>

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº439/2017** - O DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN, no uso de suas atribuições legais em especial a competência deferida na Portaria nº469/2015, de 13 de abril de 2015; RESOLVE CONCEDER aos **SERVIDORES** constantes da Portaria nº267/2017, a qual designa-os para comporem A COMISSÃO DE EXAME DE LEGISLAÇÃO, na cidade de Tianguá, **GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇOS EXECUTADOS** nas bases descritas no anexo único desta portaria, de conformidade com os turnos trabalhados no período de 01/03/2017 a 15/03/2017, de acordo com o relatório de frequência, devendo a despesa correr por conta da verba 33901400.70 atividade 08200003.04.122.400.40000 desta Autarquia. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza, 05 de abril de 2017.

Luís Fernando Simões da Silva  
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº439/2017 DE 05 DE ABRIL DE 2017

NOME	FUNÇÃO	VL. UNIT.	VL. UNIT. EXTRA	TURNOS	TURNOS EXTRA	TOTAL
FRANCISCO CESAR DE SA PRIMO	Membro	40,00	60,00	11	0	440,00
TEOMAR DE SOUSA RAMOS	Coordenador	50,00	80,00	11	0	550,00
<b>TOTAL</b>						<b>990,00</b>

\*\*\* \*\*



**PORTARIA Nº440/2017** - O DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN, no uso de suas atribuições legais em especial a competência deferida na Portaria nº469/2015, de 13 de abril de 2015; RESOLVE CONCEDER aos **SERVIDORES** constantes da Portaria nº340/2017, a qual designa-os para comporem A COMISSÃO DE EXAME DE LEGISLAÇÃO, na cidade de Sobral, **GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇOS EXECUTADOS** nas bases descritas no anexo único desta portaria, de conformidade com os turnos trabalhados no período de 16/03/2017 a 31/03/2017, de acordo com o relatório de frequência, devendo a despesa correr por conta da verba 33901400.70 atividade 08200003.04.122.400.40000 desta Autarquia. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza, 05 de abril de 2017.

Luís Fernando Simões da Silva  
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº440/2017 DE 05 DE ABRIL DE 2017

NOME	FUNÇÃO	VL. UNIT.	VL. UNIT. EXTRA	TURNOS	TURNOS EXTRA	TOTAL
MARIA DE FATIMA HELENA MAIA CHAVES	Coordenador	50,00	80,00	24	0	1.200,00
MARTA GOMES SOMBRA	Membro	40,00	60,00	24	0	960,00
<b>TOTAL</b>						<b>2.160,00</b>

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº446/2017** - O DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, no uso de suas atribuições legais RESOLVE CONCEDER, nos termos do art.16 e seu Parágrafo Único do Decreto nº29.704, de 08 de Abril de 2009, **AUXÍLIO TRANSPORTE** aos **ESTAGIÁRIOS** relacionados no Anexo único desta Portaria. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza, 05 de abril de 2017.

Luís Fernando Simões da Silva  
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº446/2017 DATADA DE 05 DE ABRIL DE 2017

MATR.	NOME	QUANT	MÊS DE REFERÊNCIA	VALOR
300480 1 6	ADRIELE DA SILVA RODRIGUES	42	JUNHO	R\$54,60
300433 1 6	ALAN VERAS DOS SANTOS	24	JUNHO	R\$33,60
300524 1 2	ALANE GUEDES DE SOUSA	42	JUNHO	R\$54,60
300458 1 5	ALEXYA DANISY AMORIM FERREIRA	42	JUNHO	R\$54,60
300432 1 9	AMANDA DA SILVA ALVES	24	JUNHO	R\$33,60
300499 1 8	ANA LARISSA GOMES ARAUJO	42	JUNHO	R\$54,60
300428 1 6	ANDERSON DJAN FERREIRA DA SILVA	42	JUNHO	R\$54,60
300525 1 X	ANDREZA MENEZES DE FREITAS	42	JUNHO	R\$54,60
300479 1 5	ANDERSON FELIPE VIEIRA DE BARROS	42	JUNHO	R\$54,60
300461 1 0	ANTONIO LUCAS FERREIRA FRANÇA	42	JUNHO	R\$54,00
300526 1 7	ANTONIEL RIBEIRO DOS SANTOS	42	JUNHO	R\$54,60
300500 1 0	BRUNA DA SILVA BENICIO	42	JUNHO	R\$54,60
300527 1 4	CARLA BIANCA TABOSA OLIVEIRA	42	JUNHO	R\$54,60
300462 1 8	CARLOS DANIEL GOMES RODRIGUES	42	JUNHO	R\$54,60
300503 1 2	CAROLINE SANTANA ARAÚJO	42	JUNHO	R\$54,60
300501 1 8	CHANDLEY MAIA MATOS	42	JUNHO	R\$54,60
300434 1 3	CHARLENE DE BRITO ABREU	24	JUNHO	R\$33,60
300453 1 9	DANIEL ARAUJO DE QUEIROZ	42	JUNHO	R\$54,60
300435 1 0	DANIEL LOPES PINHEIRO	24	JUNHO	R\$33,60
300463-1-5	DANIEL DA SILVA GOMES	42	JUNHO	R\$54,60
300505 1 7	DANIEL LIMA FURTADO	42	JUNHO	R\$54,60
300436 1 8	DAVID BRAZ BARBOSA	24	JUNHO	R\$33,60
300504 1 X	DIOVANA LARA DO VALE NASCIMENTO	42	JUNHO	R\$54,60
300528 1 1	DOUGLAS OLIVEIRA AMBROZIO	42	JUNHO	R\$54,60
300429 1 3	ELBER DE PAULO	42	JUNHO	R\$54,60
300530 1 X	EMERSON GOMES MOREIRA	42	JUNHO	R\$54,60
300506 1 4	ERICA AGUIAR FARIAS	42	JUNHO	R\$54,60
300529 1 9	ESTHER SANTOS GOMES	42	JUNHO	R\$54,60
300438 1 2	EVERSON WITALO DE OLIVEIRA CHAVES	24	JUNHO	R\$33,60
300439 1 X	FABRICIO DE ALMEIDA QUEIROZ	24	JUNHO	R\$33,60
300464 1 2	FATIMA MARINA DOS SANTOS NASCIMENTO	42	JUNHO	R\$54,60
300465 1 X	FERNANDO DOUGLAS AZEVEDO DA SILVA	42	JUNHO	R\$54,60
300440 1 0	FRANCISCO ERISVALDO VIEIRA GOMES	24	JUNHO	R\$33,60
300481 1 3	FRANCISCO GUILHERME DOS SANTOS MARTINS	42	JUNHO	R\$54,60
300466 1 7	FRANCISCO ÍTALO RODRIGUES DA SILVA	42	JUNHO	R\$54,60
300401 1 2	FRANCISCO WEVERSON SOUSA LIMA	42	JUNHO	R\$54,60
300531 1 7	GABRIEL DE FREITAS LIMA	42	JUNHO	R\$54,60
300508 1 9	GABRIELLY SPINOLA DE SOUZA	42	JUNHO	R\$54,60
300507 1 1	GILVANIA LUCIA SILVA DOS SANTOS	42	JUNHO	R\$54,60
300441 1 8	GRASIELY DE SOUZA BARBOSA	24	JUNHO	R\$33,60
300427 1 9	GABRIEL TORRES PEREIRA	42	JUNHO	R\$54,60
300482 1 0	GUSTAVO DA SILVA FREIRE	42	JUNHO	R\$54,60
300509 1 6	HANIEL HEBER DA SILVA OLIVEIRA	42	JUNHO	R\$54,60
300417 1 2	HEITOR DA SILVA FRANÇA	42	JUNHO	R\$54,60
300483 1 8	ISABELA VIANA DE AGUIAR	42	JUNHO	R\$54,60



MATR.	NOME	QUANT	MÊS DE REFERÊNCIA	VALOR
300532 1 4	ISAC CASSIANO RAMOS DA COSTA	42	JUNHO	R\$54,60
300510 1 7	ISMAR ARAUJO COTA	42	JUNHO	R\$54,60
300431 1 1	JEMIMA DA SILVA DE SOUSA	42	JUNHO	R\$54,60
300454 1 6	JHONATAS SILVA COSTA	42	JUNHO	R\$54,60
300533 1 1	JOYCE KELLY DO NASCIMENTO	42	JUNHO	R\$54,60
300455 1 3	JOSÉ ANGELO DA SILVA NETO	42	JUNHO	R\$54,60
300484 1 5	JOSÉ FELIPE SILVEIRA DE LIMA	42	JUNHO	R\$54,60
300486 1 X	JOSÉ GABRIEL DOS SANTOS PEREIRA	42	JUNHO	R\$54,60
300485 1 2	JOSÉ LAIRTON FERNANDES DA SILVA	42	JUNHO	R\$54,60
300443 1 2	JOSÉ LUCAS PIMENTEL DE FREITAS	42	JUNHO	R\$54,60
300511 1 4	KAUANE DOS SANTOS VITAL	42	JUNHO	R\$54,60
300520 1 3	KERCIANE DE PAILA BARBOZA	42	JUNHO	R\$54,60
300487 1 7	KLISMAN DA SILVA BARBOSA	42	JUNHO	R\$54,60
300488 1 4	LARISSA ALMEIDA MACIEL	42	JUNHO	R\$54,60
300489 1 1	LARISSA PEREIRA FARIAS	42	JUNHO	R\$54,60
300513 1 9	LETICIA ELLEN DA SILVA BEZERRA	42	JUNHO	R\$54,60
300534 1 9	LETICIA ELLEN FREIRE DE SOUZA	42	JUNHO	R\$54,60
300535 1 6	LETICIA KELLY NASCIMENTO DA SILVA	42	JUNHO	R\$54,60
300445 1 7	LILIANE SANTOS ALVES	24	JUNHO	R\$33,60
300444 1 X	LUANA GONÇALVES RIBEIRO	24	JUNHO	R\$33,60
300512 1 1	LUCAS GABRIEL CUNHA OLIVEIRA	42	JUNHO	R\$54,60
300514 1 6	LUCAS MENEZES VASCONCELOS	42	JUNHO	R\$54,60
300519 1 2	LUCAS QUEIROZ DE SOUZA	42	JUNHO	R\$54,60
300421 1 5	LUCAS TADEU GOUVEIA DA SILVA	42	JUNHO	R\$54,60
300536 1 3	LUIS ANTONIO DA SILVA SOARES	42	JUNHO	R\$54,60
300537 1 0	LUIS EVERTON FELIX DO NASCIMENTO	42	JUNHO	R\$54,60
300538 1 8	LEONARDO COSTA ALVES	42	JUNHO	R\$54,60
300539 1 9	LEANDRO CESAR DA SILVA MASCENO	42	JUNHO	R\$54,60
300540 1 6	LEANDRO AVILLAS OLIVEIRA CORREIA	42	JUNHO	R\$54,60
300515 1 3	LUIZ HENRIQUE RIBEIRO DA COSTA	42	JUNHO	R\$54,60
300456 1 0	MARCOS PAULO PEREIRA DA SILVA	42	JUNHO	R\$54,60
300467 1 4	MARIA FERNANDA MONTEIRO DO NASCIMENTO	42	JUNHO	R\$54,60
300430 1 4	MARIA JAQUELINE LIMA DE OLIVEIRA	42	JUNHO	R\$54,60
300516 1 0	MATHEUS MARQUES DA COSTA	42	JUNHO	R\$54,60
300388 1 9	MIKAELE OLIVEIRA LEITE	42	JUNHO	R\$54,60
300447 1 1	MILENA NASCIMENTO FONTELES	42	JUNHO	R\$54,60
300541 1 3	MIRLEANE FIRMINO CAMPOS	42	JUNHO	R\$54,60
300542 1 0	MARCELO ALVES DA SILVA RODRIGUES	42	JUNHO	R\$54,60
300543 1 8	MATEUS BARBOSA GERALDO	42	JUNHO	R\$54,60
300544 1 5	MATEUS CESAR KEUCHER SOUSA NEVES	42	JUNHO	R\$54,60
300517 1 8	NATHALIA COSTA DE ARAUJO	42	JUNHO	R\$54,60
300448 1 9	NICOLAS FREIRE LINHARES	24	JUNHO	R\$33,60
300470 1 X	PAULO RENNAN GOMES LIMA	42	JUNHO	R\$54,60
300490 1 2	PEDRO RODRIGO DE OLIVEIRA	42	JUNHO	R\$54,60
300471 1 7	RAFAEL CLISMAN CAETANO SILVA LIMA	42	JUNHO	R\$54,60
300545 1 2	RAIMUNDO RENATO SILVA ABREU	42	JUNHO	R\$54,60
300451 1 4	RENATA VIRGINIA PORTÁCIO DE QUEIROZ	42	JUNHO	R\$54,60
300546 1 X	REGINA NAYRA ALMEIDA SOARES	42	JUNHO	R\$54,60
300449 1 6	SAMIA MARTINS CARNEIRO	24	JUNHO	R\$33,60
300547 1 7	SANDY SILVA BARROS	42	JUNHO	R\$54,60
300472 1 4	SIDNEY PEREIRA ROCHA	42	JUNHO	R\$54,60
300307 1 0	STENIO WESLEY VASCONCELOS ROCHA	42	JUNHO	R\$54,60
300491 1 X	TALITA BARRETO NUNES	42	JUNHO	R\$54,60
300548 1 4	THALITA RAQUEL SILVA MACIEL	42	JUNHO	R\$54,60
300549 1 1	THAIS DOS SANTOS XAVIER	42	JUNHO	R\$54,60
300473 1 1	THIAGO NOGUEIRA DO NASCIMENTO	42	JUNHO	R\$54,60
300457 1 8	TAYNARA SOUSA MONTEIRO	42	JUNHO	R\$54,60
300450 1 7	VINICIUS CLEMENTE DA COSTA	42	JUNHO	R\$54,60
300492 1 7	VINICIUS LANDER CANDIDO MENEZES	24	JUNHO	R\$33,60
3005500 1 2	VITORIA BARBOSA DO NASCIMENTO	42	JUNHO	R\$54,60
300551 1 X	VITORIA MOURA DE CARVALHO	42	JUNHO	R\$54,60
300552 1 7	VICTOR BRUNO PRAXEDES FERREIRA	42	JUNHO	R\$54,60
300518 1 5	WALLACE DA COSTA SAMPAIO FILHO	42	JUNHO	R\$54,60
300493 1 4	WESLEY MÁRCIO ROCHA BRITO	42	JUNHO	R\$54,60
300474 1 9	WILLAMY VASCONCELOS PONTE	42	JUNHO	R\$54,60
300494 1 1	YASMIN EMANOELA DA SILVA	42	JUNHO	R\$54,60
TOTAL				R\$5.766,00

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº447/2017** - O DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, no uso de suas atribuições legais RESOLVE CONCEDER, nos termos do art.16 e seu Parágrafo Único do Decreto nº29.704, de 08 de Abril de 2009, **AUXÍLIO TRANSPORTE** aos **ESTAGIÁRIOS** relacionados no Anexo único desta Portaria, durante os meses de março e abril/2016 e maio/2017. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, em Fortaleza, 05 de abril de 2017.

Luís Fernando Simões da Silva  
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO





ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº447/2017 DATADA DE 05 DE ABRIL DE 2017

MATR.	NOME	MAR/16	ABR/16	MAI/17	TOTAL	TOTAL
300524 1 2	ANDREZA MENEZES DE FREITAS	10	34	44	88	R\$132,20
300525 1 X	ALANE GUEDES DE SOUSA	10	34	44	88	R\$132,20
300526 1 7	ANTONIEL RIBEIRO DOS SANTOS	10	34	44	88	R\$132,20
300527 1 4	CARLA BIANCA TABOSA OLIVEIRA	10	34	44	88	R\$132,20
300528 1 1	DOUGLAS OLIVEIRA AMBROZIO	10	34	44	88	R\$132,20
300529 1 9	ESTHER SANTOS GOMES	10	34	44	88	R\$132,20
300530 1 X	EMERSON GOMES MOREIRA	10	34	44	88	R\$132,20
300531 1 7	GABRIEL DE FREITAS LIMA	10	34	44	88	R\$132,20
300532 1 4	ISAC CASSIANO RAMOS DA COSTA	10	34	44	88	R\$132,20
300533 1 1	JOYCE KELLY DO NASCIMENTO	10	34	44	88	R\$132,20
300534 1 9	LETICIA ELLEN FREIRE DE SOUSA	10	34	44	88	R\$132,20
300535 1 6	LETICIA KELLY NASCIMENTO DA SILVA	10	34	44	88	R\$132,20
300536 1 3	LUIS ANTONIO DA SILVA SOARES	10	34	44	88	R\$132,20
300537 1 0	LUIS EVERTON FELIX DO NASCIMENTO	10	34	44	88	R\$132,20
300538 1 8	LEONARDO COSTA ALVES	10	34	44	88	R\$132,20
300539 1 5	LEANDRO CESAR DA SILVA MACENO	10	34	44	88	R\$132,20
300540 1 6	LEANDRO AVILLAS OLIVEIRA CORREIA	10	34	44	88	R\$132,20
300541 1 3	MIRLEAE FIRMINO CAMPOS	10	34	44	88	R\$132,20
300542 1 0	MARCELO ALVES DA SILVA RODRIGUES	10	34	44	88	R\$132,20
300543 1 8	MATEUS BARBOSA GERALDO	10	34	44	88	R\$132,20
300544 1 5	MATHEUS CESAR KEUCHER SOUSA NEVES	10	34	44	88	R\$132,20
300545 1 2	RAIMUNDO RENATO SILVA ABREU	10	34	44	88	R\$132,20
300546 1 X	REGINA NAYRA ALMEIDA SOARES	10	34	44	88	R\$132,20
300547 1 7	SANDY SILVA BARROS	10	34	44	88	R\$132,20
300548 1 4	THALITA RAQUEL SILVA MACIEL	10	34	44	88	R\$132,20
300549 1 1	THAIS DOS SANTOS XAVIER	10	34	44	88	R\$132,20
300550 1 2	VITORIA BARBOSA DO NASCIMENTO	10	34	44	88	R\$132,20
300551 1 X	VITORIA MOURA DE CARVALHO	10	34	44	88	R\$132,20
300552 1 7	VICTOR BRUNO PRAXEDES FERREIRA	10	34	44	88	R\$132,20
<b>TOTAL</b>						<b>R\$3.833,80</b>

\*\*\* \*\*

**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ**

**RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO CAGECE  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**  
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ  
AV. DR. LAURO VIEIRA CHAVES, 1030, VILA UNIÃO,  
FORTALEZA – CE, BRASIL

**1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) trabalha com a missão de contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida dos cearenses, por meio de soluções em saneamento básico, com sustentabilidade econômica, social e ambiental. Além disso, a companhia preza pela transparência na apresentação de suas políticas e ações em prol do alcance de sua missão. Desta forma, a Cagece submete à apreciação dos clientes, fornecedores, acionistas e ao mercado em geral o presente relatório da administração exercida durante o ano de 2016.

A Cagece é uma sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria das Cidades, criada pela Lei Nº9.499, de 20 de julho de 1971, e alterada pela Lei 15.348, de 02 de maio de 2013. Com a prestação dos serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento do esgoto, a companhia atende pessoas físicas, entidades comerciais e industriais, organizações não governamentais e órgãos públicos. A companhia atua na melhoria de processos, parcerias e modelos de gestão, além buscar o reconhecimento como empresa de referência nacional no setor de saneamento.

A Cagece está presente em 151 dos 184 municípios do Ceará com serviços de abastecimento de água. São atendidas 306 localidades no total, o que representa 5,57 milhões de habitantes beneficiados, cobrindo 98,23% da população urbana. Na capital, são 2,6 milhões de pessoas atendidas pelo serviço de abastecimento de água, alcançando um índice de 98,66% de cobertura. No interior, são 2,8 milhões de pessoas atendidas, representando 97,88% da população.

Já com os serviços de esgotamento sanitário, a Cagece atende a 74 municípios cearenses, em 87 localidades, beneficiando cerca de 2,29 milhões de habitantes, o que representa 40,51% de cobertura da população atendida pela Cagece. Na capital, o índice de cobertura de esgoto é de 57,85%, equivalente a 1,5 milhão de habitantes, e no interior, o percentual de cobertura dos serviços de esgoto é de 26,43%, sendo 796 mil habitantes beneficiados com sistema de esgotamento sanitário na área de atuação da Cagece.

O ano de 2016 foi marcado pela continuidade da escassez de chuvas, fazendo com que o período de estiagem iniciado em 2012 seja considerado um dos mais prolongados dos últimos 100 anos. Esse cenário implica grandes desafios à manutenção da qualidade na prestação dos serviços de abastecimento de água. Todavia, a Cagece e o Governo do Ceará continuam somando esforços para manter o abastecimento à população cearense e amenizar os efeitos da forte seca. Entre as alternativas adotadas está a preservação de mananciais, com o estímulo à redução do consumo de água potável.

Assim, foi aprovada em 19 de novembro de 2015, através da Resolução Arce nº201, a implantação da Tarifa de Contingência. O mecanismo consiste na cobrança de um valor adicional pelo volume de água que ultrapassar a meta de economia estabelecida para cada cliente nos termos estabelecidos na referida resolução. A aplicação das receitas provenientes da tarifa de contingência visa cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez e investimentos para redução de perdas físicas de água e segurança hídrica, devendo ser extinta tão logo se regularize a situação de escassez.

Para 2017, enquanto se projeta a recuperação dos níveis de reservatórios no Sul e Sudeste, o que se observa em relação ao Centro-Oeste e Nordeste brasileiro, é incerto. No Ceará, os reservatórios encerraram 2016 com menos de 7% de sua capacidade.

Havia a expectativa de conclusão das obras de transposição do rio São Francisco, com previsão de início da operação no segundo semestre de 2016, entretanto, tal previsão não se confirmou. O Governo do Ceará está empenhado para que as obras de transposição do rio São Francisco no trecho do Ceará retomem o quanto antes, fato que renova as expectativas quanto a uma maior segurança no abastecimento de água à população da cearense.

Dessa forma, contribuir para o desenvolvimento do saneamento básico no Ceará, superando os cenários desfavoráveis e avançando rumo à universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, é um compromisso firmado com os cearenses.

**2. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO****2.1 Receita Líquida de Serviços de Água e Esgoto**

No ano de 2016, a Cagece obteve uma receita líquida dos serviços prestados na ordem de R\$1,06 bilhão e em 2015 no valor de R\$833,63 milhões. A Receita Bruta, ou seja, a receita antes da dedução dos impostos, em 2016 foi de R\$869,88 milhões com serviços de abastecimento de água e R\$298,07 milhões com serviços de esgotamento sanitário - em



2015 foi de R\$671,69 milhões com serviços de abastecimento de água e R\$247,85 milhões com serviços de esgotamento sanitário. O crescimento de R\$225,96 milhões (27,11%) em 2016, comparado ao mesmo período de 2015 é justificado pelos seguintes fatos:

- i. Incremento de 26.967 ligações ativas de água (total de 1.640.545 em 2016 e de 1.613.578 em 2015);
- ii. Incremento de 27.580 ligações ativas de esgoto (total de 571.608 em 2016 e de 544.028 em 2015);
- iii. Aplicação de uma revisão extraordinária de preço com média ponderada de 12,9% para todo o Estado, de forma não linear para todas as categorias e faixas de consumo, a partir de 12/2015;
- iv. Aplicação de uma recomposição de preço de 11,96% para todo o Estado, de forma linear para todas as categorias e faixas de consumo, a partir de 04/2016. A recomposição foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Ceará (Arce) e Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (Acfor);
- v. Implantação da Tarifa de Contingência, a partir de 12/2015, correspondente a 120% (cento e vinte por cento) de acréscimo sobre o valor da tarifa normal de água, aplicável à parte do consumo de água potável que exceder o consumo de referência visando à gestão do consumo de água potável em face da situação de escassez de recursos hídricos (foram aplicadas duas alíquotas para tarifa de contingência: meta de redução de consumo de 10% no período de 19/12/2015 a 19/09/2016 e de 20% a partir de 20/09/2016).

Quadro 1 - Receita Líquida de Serviços de Água e Esgoto

Produto	Receita Líquida de Serviços de Água e Esgoto			
	2016	2015	Var. Abs.	Var.%
Receita de Água	869.877	671.686	198.191	29,51%
Receita de Esgoto	298.071	247.849	50.222	20,26%
(-) Pis	(19.316)	(15.316)	(4.000)	26,12%
(-) Cofins	(89.037)	(70.588)	(18.449)	26,14%
<b>Receita Líquida</b>	<b>1.059.595</b>	<b>833.631</b>	<b>225.964</b>	<b>27,11%</b>

## 2.2 Receita e custo de Construção

A receita e o custo de construção em 2016 foi R\$93,84 milhões cada, apresentando uma redução de R\$14,86 milhões (13,67%) em relação ao ano de 2015.

Em conformidade com o pronunciamento nº17 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, a Cagece reconhece na demonstração do resultado as receitas e os custos associados aos contratos de construção, tomando como referência o estágio de execução (stage of completion) da atividade contratual ao término do período de reporte.

## 2.3 Custos e despesas

Os custos dos serviços prestados e as despesas comerciais e administrativas no ano de 2016 totalizaram R\$962,02 milhões, representando um aumento de 8,47% em relação ao ano de 2015.

As principais variações ocorreram nos custos dos serviços prestados e nas despesas comerciais, decorrentes principalmente dos seguintes fatores:

- i. Aumento nos custos de Depreciação e Amortização em virtude da revisão da vida útil, ocorrida em 2015, dos bens registrados no grupo de contas contábeis “Adutoras e Canais”, em atendimento ao CPC 27;
- ii. Aumento na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD devido a:
  - a) Elevada quantidade de faturas em revisão pendentes de pagamento, motivadas principalmente pela implantação da Tarifa de Contingência;
  - b) Redução das ações de cobranças em localidades com desabastecimento de água; e
  - c) Crise econômica e financeira do país que repercutiu no crescimento da inadimplência.

Quadro 2 - Custos e Despesas

Descrição	2016	2015	Var. Abs.	Var.%
Custos dos Serviços Prestados	618.036	547.637	70.399	12,86%
Despesas Comerciais	119.383	96.292	23.091	23,98%
Despesas Administrativas	216.346	236.524	(20.178)	-8,53%
Outras receitas (despesas), líquidas	8.253	6.434	1.819	28,27%
	<b>962.018</b>	<b>886.887</b>	<b>75.131</b>	<b>8,47%</b>

## 2.4 Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou um crescimento de R\$146,90 milhões em 2016. Esse aumento decorre da variação cambial positiva no valor de R\$45,12 milhões ocorrida em 2016 comparada a uma variação cambial negativa no montante de R\$93,82 milhões em 2015.

A variação cambial é registrada em virtude das alterações nas taxas de câmbio que impactam nos saldos passivos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e, conseqüentemente, nas despesas e receitas financeiras.

Quadro 3 - Resultado Financeiro

Descrição	2016	2015	Var. Abs.	Var.%
Receitas Financeiras	117.952	59.750	58.202	97,41%
(-) Despesas financeiras	(74.580)	(163.280)	88.700	-54,32%
	<b>43.372</b>	<b>(103.530)</b>	<b>146.902</b>	<b>-141,89%</b>

## 2.5 Resultado Líquido

O Lucro líquido em 2016 decorre, principalmente, do aumento da Receita Líquida em 27,11%, em contrapartida ao aumento de custos e despesas em 8,47%. Além disso, o resultado financeiro registrou um resultado positivo de R\$43,37 milhões.

Quadro 4 - Resultado líquido

Descrição	2016	2015	Var. Abs.	Var.%
Receita Líquida	1.059.595	833.631	225.964	27,11%
Receita de Construção	93.836	108.699	(14.863)	-13,67%
Custos e despesas	(962.018)	(886.887)	(75.131)	8,47%
Custo de Construção	(93.836)	(108.699)	14.863	-13,67%
Resultado Financeiro	43.372	(103.530)	146.902	-141,89%
Provisão IRPJ/CSLL	(10.666)	27.817	(38.483)	-138,34%
<b>Total</b>	<b>130.283</b>	<b>(128.969)</b>	<b>259.252</b>	<b>-201,02%</b>

## 3. MERCADO E EXPANSÃO

### 3.1. Concessões

A concessão ou permissão para a prestação dos serviços públicos é a forma pela qual o titular destes atribui o exercício de um serviço público a quem se interessa em prestá-lo, sob garantia contratual de um equilíbrio econômico-financeiro, remunerando-se pela própria exploração do serviço por meio de tarifas.

De acordo com o art.175 da Constituição Federal de 1988, a prestação dos serviços públicos, incumbência do Poder Público e pode ser realizada de forma direta ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação dos serviços públicos.

Quanto aos serviços públicos de saneamento básico, considera-se o disposto no art.30, inciso V, da Constituição Federal, em que estabelece que é competência municipal organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local.

Com a instituição da Lei n. 11.107/05, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e da Lei n. 11.445/07, os municípios passam a delegar os serviços via contrato de programa, após os entes federados envolvidos terem firmado um convênio de cooperação ou criado um consócio público.

Atualmente é possível ter diferentes modelos de prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário: prestação pública, pelo município (por meio da administração direta ou indireta), e por uma gestão associada entre entes federados (contratos de programa); a prestação privada (processo de licitação, segundo a Lei n. 8.666/1993); e até mesmo pode-se ter a prestação comunitária (como por exemplo, o modelo do Sistema Integrado de Saneamento Rural - SISAR).

A Cagece atualmente atua em 151 municípios do estado, sendo que destes, 10 são delegações firmadas nos anos 80 e 90, através de decreto e termo de ajuste, 120 são contratos de concessão, 18 são contratos de programa. Operamos em dois (02) municípios com contratos vencidos e um (01) sem contrato.

No ano de 2016, a companhia renovou um contrato – Itapipoca - e avançou nas negociações da concessão de Maracanaú, onde tivemos um importante acordo firmado, definição de um plano de investimento para o município e a encampação do contrato de concessão que o município detinha com uma empresa privada.

### 3.2. Investimentos

Os investimentos realizados pela Cagece contam com recursos próprios, diretamente arrecadados pela companhia, e recursos financeiros provenientes de convênios e termos de cooperação firmados entre a



Cagece e o Governo do Ceará ou firmados entre a União e o Governo do Ceará. Ressalte-se que a Cagece não remunera seus acionistas, reinvestindo seu eventual lucro no desenvolvimento das suas atividades, e também não recebe recursos do Governo do Ceará para o custeio de suas atividades operacionais, o que evidencia sua condição de empresa não dependente. Foi investido no ano de 2016 o equivalente a R\$152.059 milhões em implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Desse montante são destaques a execução das obras de Ampliação do Sistema de Reservação e Macrodistribuição de Água da Região Metropolitana de Fortaleza - Reservatório do Taquarão e Adutoras; Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário das Sub-Bacias do Cocó no município de Fortaleza; Ampliação do Sistema Adutor da Ibiapaba; Serviços de Pressurização através de Captação Flutuante da ETA Gavião; e Execução dos Serviços de Expansão nos Sistemas de Água e Esgoto da Região Metropolitana Norte - UNMTN.

### 3.3. Estrutura tarifária

A estrutura tarifária da Cagece adota diferentes categorias de consumo, com a finalidade de subsidiar a tarifa paga pelos clientes com menor poder aquisitivo e de incentivar o consumo consciente. Dos clientes residenciais, 87,24% consomem até 15m<sup>3</sup> e representam 51,97% do faturamento de água da companhia. A Cagece adota tarifa social para imóveis que obedeçam aos critérios de padrão social de baixa renda. De acordo com dados de 2015 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), a tarifa média adotada pela Cagece está entre as seis menores de serviços de água e esgoto do país. A tarifa praticada pela Cagece é autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce) e pela Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental de Fortaleza (Acfor), conforme determina a legislação vigente. O modelo tarifário leva em consideração os custos dos serviços de água e esgoto, representados pelas despesas de pessoal, energia elétrica, material de manutenção, produtos de tratamento, combustíveis, depreciação e uma parcela para fazer frente aos juros e amortizações de financiamentos.

Em abril de 2016 ocorreu revisão tarifária extraordinária, aplicada sobre as tarifas da Cagece representando um acréscimo linear de 11,96% para os residentes da capital e interior do estado do Ceará. A revisão extraordinária é aplicada quando há risco de desequilíbrio nas contas da Companhia. Esta medida é tomada para que não haja o comprometimento da continuidade da prestação do serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao consumidor. O valor da tarifa média calculado para este período foi de R\$2,41 frente ao custo médio de R\$3,44, o que representa uma defasagem de 29,84%. A estrutura tarifária vigente encontra-se divulgada no site da companhia.

Em função do prolongado período de estiagem, a Cagece aplica desde dezembro de 2015 a Tarifa de Contingência. Essa tarifa extraordinária tem o objetivo de induzir a redução do consumo de água, visando assim evitar o agravamento da situação de escassez nos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF. O valor arrecadado tem destinação específica em investimentos para combater a redução de perdas e garantir a segurança hídrica.

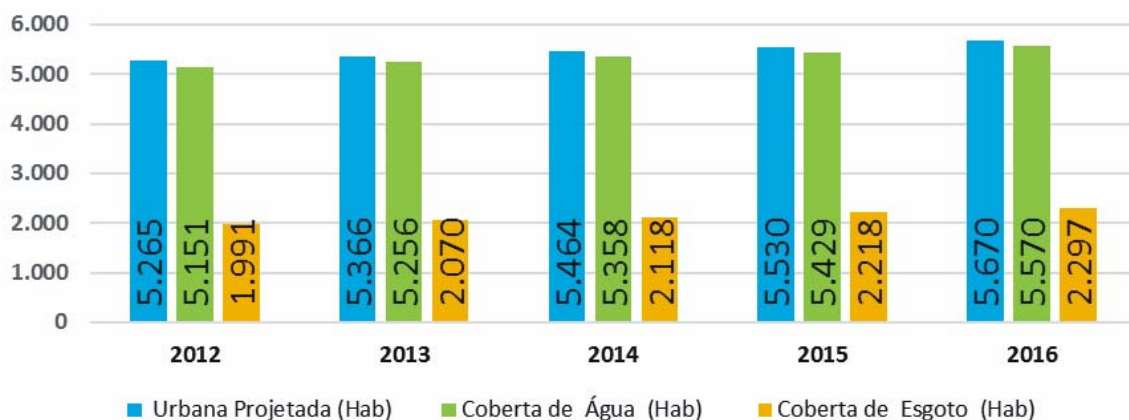
## 4. DESEMPENHO OPERACIONAL

### 4.1. Indicadores de Atendimento

A Cagece alcança 5,57 milhões de habitantes com acesso à rede de abastecimento de água. Esse dado representa 98,23% da população beneficiada na área de atuação da companhia, sendo 1.640.545 ligações de água em situação ativa o que equivale a 4,5 milhões de habitantes (80,05%). Ao todo foram 141.057 novos habitantes beneficiados se comparado os dados de 2016 aos dados de 2015.

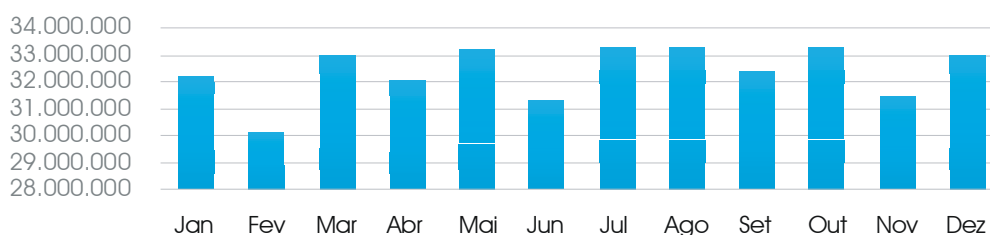
No que diz respeito ao esgotamento sanitário, a Cagece atende cerca de 2,29 milhões de habitantes. O valor representa 40,51% da população com acesso à rede coletora de esgoto na área de atuação da companhia. São 571.608 ligações de esgoto em situação ativa o que equivale a 1,76 milhão de habitantes (31,18%). No total foram 78.550 novos habitantes beneficiados quando comparado os dados de 2016 aos dados de 2015.

Gráfico 1: População coberta de água e esgoto



### 4.2. Volume produzido e fornecimento de água tratada

Gráfico 2 – Volume produzido de água em 2016



O volume de água tratada produzido pela Cagece em 2016 foi de 388,55 milhões de m<sup>3</sup>, sendo 251,86 milhões m<sup>3</sup> para a capital e 136,69 milhões m<sup>3</sup> para o interior.

Em 2016 houve redução de 3,51% em relação ao volume total produzido em 2015, tendo aumento de 0,58% no interior e redução de 5,62% na capital. No interior, o acréscimo pode ser justificado pela perfuração de novos poços em virtude de ações de convivência com a seca adotadas pelo Governo do Ceará.

Na capital, houve redução do volume de água bruta ofertada, devido às estratégias de controle e segurança hídrica adotadas pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh), onde os sistemas produtores da capital, que em 2015 operavam com 9,3m<sup>3</sup>/s, tiveram redução de vazão passando a operar com 8,37m<sup>3</sup>/s em 2016, sendo 7,37m<sup>3</sup>/s na Estação de Tratamento de Água Gavião e 1m<sup>3</sup>/s na Estação de Tratamento de Água Oeste, de acordo com informações do Plano de Segurança Hídrica, 2016.

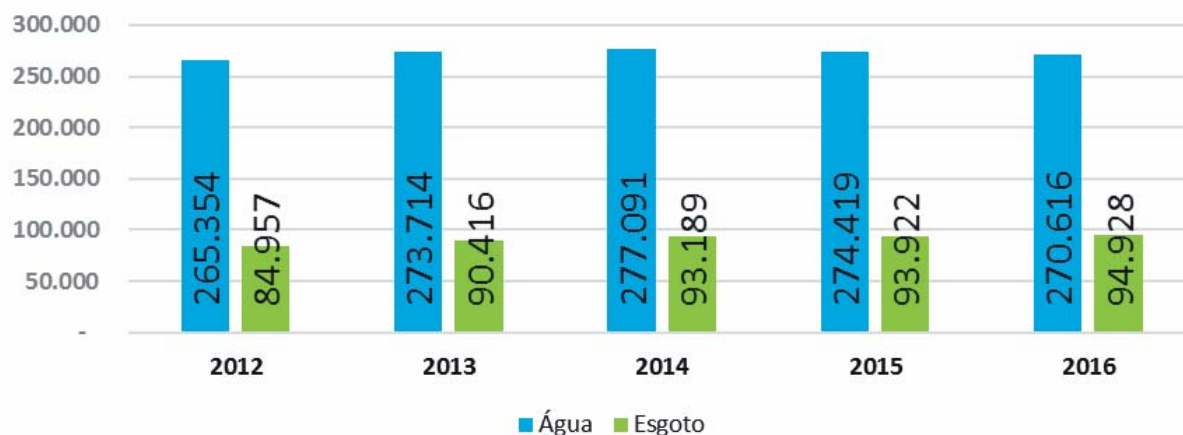
O macrosistema de distribuição de água da Região Metropolitana de Fortaleza é monitorado e operado pelo Centro de Controle Operacional, que

controla os dados de forma automatizada, permitindo intervenções imediatas. Por meio dos computadores do Centro e das Unidades de Transmissão Remota, os técnicos acessam dados como vazão e pressão nas redes, nível dos reservatórios, percentual de cloro, execução de manobras, ligam e desligam elevatórias ou fecham e abrem registros.

#### 4.3. Volume faturado

Embora a receita tenha aumentado em 2016, os volumes faturados tiveram redução de 1,39% para água e aumento de 1,07% para esgoto no período.

Gráfico 3 – Volume faturado de água no período de 2012 a 2016



Fonte: Sistema Empresarial de informação, dez/2016.

## 5. INTERAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Cagece incentiva a mobilização social e o desenvolvimento comunitário por meio de um conjunto de ações socioambientais. A empresa administra ameaças e oportunidades nos municípios com que mantém relação de concessão, contribuindo para a promoção da saúde pública e da melhoria da qualidade de vida da população.

Em 2016, a Cagece atuou no desenvolvimento de iniciativas de responsabilidade social atingindo diferentes públicos da sociedade. Nesse âmbito, destacam-se os seguintes programas:

Quadro 5: Programas

Item	Programa	Foco de atuação	Público alvo	Nº de beneficiados/sensibilizados em 2016
1	Atleta Cidadão	Práticas esportivas e oficinas sociopedagógicas com temas relevantes para a formação cidadã e o estímulo da convivência social.	Crianças e jovens, com faixa etária entre 8 e 20 anos	131
2	Capacitação Profissional e Inclusão Digital	Capacitação gratuita nos cursos de Atendimento ao Cliente, Informática Básica, Excel Avançado, Hardware, Mecânica Básica, Eletricidade Básica, Bombeiro Hidráulico, Higienização de Caixa D'Água e Pintura Industrial	Adolescentes e jovens adultos	962
3	Conhecendo a Nossa Cagece	Visitas guiadas aos principais equipamentos de água e de esgoto operados pela empresa e palestras educativas. Em 2016, o programa atendeu a 1916 pessoas, em 75 eventos desse programa.	Professores, estudantes e grupos da sociedade	1.916
4	Programa Socioambiental de Educação em Saúde (PSAES)	O uso racional da água, o uso adequado do sistema de esgotamento sanitário, a função da rede de drenagem, o destino final dos resíduos sólidos e a sua relação cíclica com o meio ambiente, com especial ênfase na importância da interligação domiciliar ao sistema de coleta de esgoto para a preservação ambiental e promoção da saúde pública.	Imóveis que estão recebendo os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário implantados pela Cagece	75.375
5	Projeto Reciclicidades	Ensino e confecção de peças artesanais, como bolsas, bijuterias, tapetes, almofadas e cestas, com o objetivo de promover a inclusão social e a geração de trabalho e renda.	Comunidades de baixa renda, associações beneficentes cadastradas, grupos religiosos	828
6	Teatro de Fantoches	Apresentações em escolas, instituições e eventos com informações sobre o uso racional da água e da preservação do meio ambiente.	Crianças e adolescentes	42.708
7	Todos pela Água	Alertar a população sobre a atual crise hídrica do estado e sensibilizá-la quanto ao uso da água de modo racional.	Sociedade cearense	313.561





## 6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Cagece é uma empresa de economia mista, com capital aberto e inscrito na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), porém, não negocia ações na bolsa de valores. Sua estrutura de governança corporativa é composta pela Assembléia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Auditoria Interna e Diretoria Executiva. O aprimoramento da governança é garantido por uma estrutura de gestão, práticas e instrumentos que contam com o Estatuto Social da Cagece, os Comitês Internos que apóiam a Diretoria Executiva, e o Código de Ética.

A Cagece vem aplicando as recomendações estabelecidas pelo Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), tendo realizado em 2016 treinamentos sobre o Código de Conduta e Ética da Companhia, por meio de curso para os gestores, auditores e conselheiros sobre a lei 12.486/13, que trata da prevenção e do combate à corrupção na administração pública do país.

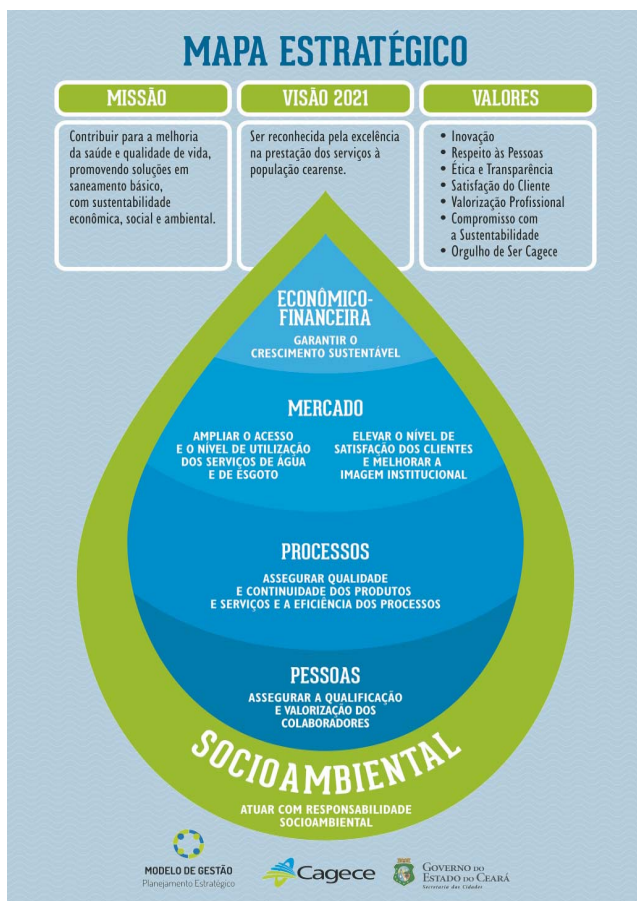
Todas essas as ações foram desenvolvidas para que a Cagece pudesse buscar permanentemente a evolução de seu ambiente de negócios e continuar dirigindo sua estrutura de governança prezando, sobretudo, pela transparência, o tratamento equitativo de seus sócios, a execução da prestação de contas de forma clara, concisa e tempestiva, além da promoção da responsabilidade corporativa.

## 7. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2013-2016

Em 2016, tendo em vista o término da vigência do Plano Estratégico 2013-2016, o Comitê de Assessoramento Estratégico (CAE) concentrou esforços na formulação do Plano de Gestão Estratégica e de Negócio, considerando o horizonte de cinco anos (2017 a 2021), conforme determina à Lei das Estatais (Nº13.303, de 30 de Junho de 2016).

Durante o processo de elaboração do plano foram consideradas as Diretrizes de Governo, os Requisitos das Partes Interessadas, as tendências de mercado e cenários, a análise realizada do ambiente externo (oportunidades e ameaças) e análise do ambiente interno (pontos fortes e pontos fracos). Neste contexto, a companhia também revisou a “Caracterização do Negócio Cagece”, analisando e ajustando o negócio, a missão, a visão e os valores organizacionais da companhia. Neste processo, foram definidas as estratégias e os desdobramentos para viabilizar o alcance da nova visão de futuro que consiste em, até 2021, “ser reconhecida pela excelência na prestação dos serviços à população cearense”, conforme pode ser observado no Mapa Estratégico abaixo:

Figura 1 – Novo Mapa Estratégico



## 8. RECURSOS HUMANOS

A Cagece encerrou o ano de 2016 com 1.315 empregados próprios em seu quadro, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), 3.602 terceirizados, 256 estagiários e 68 jovens aprendizes. Até 2016, ingressaram 420 novos empregados aprovados do concurso público realizado em 2013. O concurso tem validade até 2017.

A companhia busca viabilizar o crescimento profissional por meio de oportunidades e reconhecimento. Anualmente, o corpo funcional tem a possibilidade de promoção pelos esforços empreendidos em mérito corporativo e individual, por meio de avaliações de desempenho, treinamentos comportamentais e técnicos, além de outros critérios de esforço individual.

### 8.1. Segurança, Medicina do Trabalho e Qualidade de Vida

Com o objetivo de proporcionar qualidade de vida aos colaboradores, a Coordenadoria de Segurança, Medicina do Trabalho e Qualidade de Vida, vem desenvolvendo programas, projetos e ações relacionados à segurança, saúde e bem-estar dos empregados de forma contínua, conforme destacado a seguir:

- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) – NR-9;
- O Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) – NR-7;
- Programa Viva;
- SIPAT & SESAT;
- Oficina de Gestante;
- Campanha de Doação de Equipamentos Médicos;
- Convênio com o Fujisan (Banco de Sangue);
- Campanha de Vacinação; e
- Campanha Natal Solidário.

Ao longo de 2016 a Companhia também investiu em uma série de novos programas, projetos e ações, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida no trabalho, dentre as quais destacam-se:

- Programa de Assistência Social ao Colaborador – PASC;
- Programa Mais Saúde nas Empresas - Medicina Preventiva;
- Manual de Segurança e Medicina do Trabalho da Companhia;
- Padronização de Fardamentos e Uniformes Profissionais Cagece;
- Bate-Papo de Segurança e Medicina do Trabalho nas Unidades;
- Elaboração de Projetos de Prevenção e Combate Contra Incêndio e Pânico;
- Educando com Carinho - Programa de Qualidade na Interação Familiar;
- Aconselhamento Psicológico;
- Projeto de Desenvolvimento de Equipes de Trabalho;
- Cartilha de Qualidade de Vida Cagece - Programas e Ações;
- Coluna “VIVA BEM”; e
- Curso de Etiqueta.

### 8.2. Desenvolvimento de Pessoal

Quanto à capacitação e desenvolvimento de pessoas, o Centro de Excelência (Cenex), área especialista vinculada à Diretoria da Presidência, responsável pelas estratégias de desenvolvimento de pessoas e gestão do conhecimento, realizou em 2016 ações de capacitação como forma de garantir o cumprimento do objetivo estratégico relacionado à perspectiva pessoas do mapa estratégico. Em 2016, foram realizadas 6.779 capacitações, totalizando 63.091 horas/aula. Atualmente 27 empregados são beneficiados com o reembolso de 50% das despesas com cursos de línguas, especializações e MBAs, estratégia utilizada pela Cagece para proporcionar aos seus colaboradores uma experiência teórica aliada às práticas de gestão mais modernas.

Quadro 6 - Cumprimento da Matriz de Competências

Indicadores	2014	2015	2016
Horas de Capacitação por Empregado (h)	16,2	13,6	14,8
Capacitação por Empregado	1,8	1,4	1,6
Investimentos por Empregado (R\$)	R\$93,05	R\$80,41	R\$6,35
Investimento por treinamento (R\$)	R\$55,15	R\$58,49	R\$37,90
Total de Capacitações	6.129	4.663	6.779

Fonte: Centro de Excelência – CENEX

## 9. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política da companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência desses profissionais. Esses princípios consistem, de acordo com as normas internacionalmente aceitas, em: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; o auditor não deve exercer funções de gerência de seu cliente; e o auditor não deve promover os interesses de seus clientes.

Em conformidade com o requerido na Instrução CVM nº381, de 14 de janeiro de 2003, a Cagece informa que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a empresa de auditoria Ernst & Young Terco Auditores Independentes não prestou outros serviços que não estejam relacionados à auditoria externa.

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE  
OUTRA FORMA)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.008	7.769
Depósitos vinculados	7	50.044	12.466
Contas a receber de clientes	8	224.898	165.170
Estoques		12.698	11.913
Tributos a recuperar		5.344	7.525
Adiantamentos a empregados		3.633	3.029
		300.625	207.872
<b>Não circulante</b>			
Projeto Alvorada - recursos aplicados	9	174.829	174.829
Projeto KfW II - recursos aplicados	9	42.944	37.332
Termos de cooperação – recursos aplicados	10	72.320	-
Depósitos judiciais	11	18.537	16.967
Depósitos para reinvestimento		7.247	3.268
Depósitos vinculados a garantias	12	12.162	11.369
Ativos financeiros - contratos de concessão	13	174.128	161.330
Outros ativos		10.165	123
Imobilizado	14	41.945	42.626
Intangível	15	2.900.716	2.994.166
		3.454.993	3.442.010
<b>Total do ativo</b>		<b>3.755.618</b>	<b>3.649.882</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE  
OUTRA FORMA)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	16	130.614	127.978
Empréstimos e financiamentos	17	56.100	58.479
Obrigações sociais		28.972	20.595
Incentivo à aposentadoria - PRSP	18	18.741	20.264
Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.899	-
Tributos a recolher		18.695	16.143
Provisão para contingências	19	113.974	61.050
Dividendos a distribuir	23	8.861	-
Outras obrigações		2.167	2.255
		380.023	306.764
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	17	392.559	465.080
Incentivo à aposentadoria - PRSP	18	31.096	51.343
Tributos a recolher		29.731	29.982
Projeto Alvorada - recursos recebidos	9	174.468	174.468
Projeto KfW II - recursos recebidos	9	43.262	27.960
Termos de cooperação - recursos recebidos	10	105.206	50.019
Provisões para contingências	19	11.472	43.968
Provisão atuarial benefício definido – Plano de saúde	21	6.568	-
Garantias contratuais de fornecedores		4.058	3.821
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	218.535	252.691
		1.016.955	1.099.332
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	22	1.743.586	1.743.586
Reserva de lucros	23	75.911	41.715

	Nota	2016	2015
Ajuste de avaliação patrimonial	23	545.711	579.090
Outros resultados abrangentes	21	(6.568)	-
Prejuízos acumulados		-	(120.605)
		2.358.640	2.243.786
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3.755.618</b>	<b>3.649.882</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do resultado**  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2016	2015
<b>Receita líquida de serviços</b>	31	<b>1.153.431</b>	<b>942.330</b>
Custos dos serviços prestados	32	(618.036)	(547.637)
Custos de construção	32	(93.836)	(108.699)
		(711.872)	(656.336)
<b>Lucro bruto</b>		<b>441.559</b>	<b>285.994</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas comerciais	33	(119.383)	(96.292)
Despesas administrativas	34	(216.346)	(236.524)
Outras despesas, líquidas		(8.254)	(6.434)
		(343.983)	(339.250)
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>		<b>97.576</b>	<b>(53.256)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	35	117.952	59.750
Despesas financeiras	35	(74.580)	(163.280)
		43.372	(103.530)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>140.948</b>	<b>(156.786)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	(70.461)	-
Incentivos fiscais de redução do imposto de renda	25	7.129	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	52.667	27.817
		(10.665)	27.817
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período</b>		<b>130.283</b>	<b>(128.969)</b>
<b>Ações em circulação no final do período (em milhares)</b>		<b>167.641</b>	<b>167.641</b>
<b>Resultado por lote de mil ações do capital social no fim do período - R\$</b>		<b>0,78</b>	<b>(0,77)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do resultado abrangente**  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016	2015
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período</b>	<b>130.283</b>	<b>(128.969)</b>
Outros resultados abrangentes	(6.568)	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>123.715</b>	<b>(128.969)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração das mutações no patrimônio líquido**  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Legal	Estatutária	Reserva de lucros		Retenção de lucros	Ajuste de avaliação Patrimonial	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
				Incentivos fiscais						
Em 31 de dezembro de 2014	1.729.403	19.518	22.197	7.014	-	-	712.383	-	(26.583)	2.463.932
Integralização de capital	14.183	-	-	(14.183)	-	-	-	-	-	-
Incentivo fiscal de reinvestimento	-	-	-	7.169	-	-	-	-	-	7.169
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(34.947)	-	-	34.947	-
Baixa de bens reavaliados	-	-	-	-	-	(98.346)	-	-	-	(98.346)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(128.969)	(128.969)
Em 31 de dezembro de 2015	1.743.586	19.518	22.197	-	-	-	579.090	-	(120.605)	2.243.786
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (Nota 23)	-	-	-	-	-	(33.379)	-	-	33.379	-
Reconhecimento perdas atuariais com benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	(6.568)	-	(6.568)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	130.283	130.283
Constituição de reserva legal	-	484	-	-	-	-	-	-	(484)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	-	7.129	-	-	-	-	(7.129)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	26.583	-	-	-	(26.583)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.861)	(8.861)
Em 31 de dezembro de 2016	1.743.586	20.002	22.197	7.129	26.583	545.711	-	(6.568)	-	2.358.640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração dos fluxos de caixa  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		140.948	(156.786)
Depreciação e amortização	14 e 15	138.922	72.051
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	14 e 15	36.282	55.802
Resultado ativos financeiros - contratos de concessão	13	(13.810)	(8.816)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	26.619	9.567
Provisão para contingência	19	18.130	34.267
Provisão incentivo à aposentadoria - PRSP	18	(2.972)	51.299
Ajuste a valor presente - PRSP	18	2.728	(12.858)
Atualização monetária de depósitos judiciais e REFIS		(228)	4.565
Juros e variações monetária e cambial	17	(16.108)	123.153
Provisão/estorno estoques		-	(589)
Rendimento aplicações financeiras		-	(1.986)
Receita financeira dos depósitos vinculados		(3.115)	-
		327.396	169.669
Variações nos ativos e passivos			
Depósitos vinculados a convênios		(36.100)	31.577
Contas a receber de clientes		(86.347)	(22.334)
Estoques		(785)	(1.560)
Tributos a recuperar		(8.594)	14.167
Depósitos para reinvestimento		(3.660)	13.272
Outros ativos		(6.559)	(14.321)
Fornecedores		2.636	44.647
Incentivo à aposentadoria - PRSP	18	(21.526)	(20.950)
Imposto de renda e contribuição social a recolher		(2.166)	-
Tributos a recolher		(306)	(7.658)
Provisão para contingências		-	-
Projetos Alvorada e KfW II		9.690	(7.007)
Convênios - recursos recebidos e aplicados		55.187	14.683
Outros passivos		8.528	1.722
Caixa proveniente das operações		237.394	215.907
Juros pagos	17	(31.593)	(31.166)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(29.981)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		175.820	184.741
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado/intangível	14 e 15	(145.758)	(214.120)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(145.758)	(214.120)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de empréstimos	17	(49.875)	(51.160)
Ingressos de empréstimos	17	16.052	30.562
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(33.823)	(20.598)
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(3.761)	(49.977)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		7.769	57.746
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		4.008	7.769

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do valor adicionado  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas		
Vendas brutas de serviços	1.167.948	919.535
Venda brutas de construções	93.836	108.700
Outras receitas	11.986	1.365
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (constituição)	(26.619)	(9.567)
	1.247.151	1.020.033
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica	(97.915)	(103.387)
Água bruta	(51.014)	(48.469)
Materiais de tratamento	(50.282)	(45.408)
Materiais e serviços de conservação e manutenção dos sistemas	(66.791)	(53.518)
Serviços prestados por terceiros e outros materiais e serviços	(316.726)	(322.303)
Créditos de insumos	40.018	36.720
Custos de construções	(93.836)	(108.699)
	(636.546)	(645.064)
Valor adicionado bruto	610.605	374.969
Depreciação e amortização	(138.922)	(72.051)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	471.683	302.918
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	104.427	50.790
Receita financeira - ativo financeiro	15.112	8.959
	119.539	59.749
Valor adicionado total a distribuir	591.222	362.667

	31/12/2016	31/12/2015
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal em encargos		
Remuneração direta	153.088	139.243
Benefícios	46.079	40.417
FGTS	9.449	8.340
Honorários de diretoria	2.618	2.587
Participação dos empregados nos lucros	7.487	7.583
Planos de aposentadorias e pensão	(7.729)	30.147
	210.992	228.317
Impostos, taxas, contribuições, concessões e agentes reguladores		
Federais	134.177	61.891
Estaduais	1.021	504
Municipais	887	1.547
Agentes reguladores	12.595	10.993
Taxa de concessão da prefeitura de Fortaleza	8.747	7.616
	157.427	82.551
Financiadores		
Juros	24.516	26.892
Outras despesas financeiras	50.064	136.388
Aluguéis	17.940	17.488
	92.520	180.768
Remuneração de capital próprio		
Lucro (prejuízo) acumulados no período	121.422	(128.969)
Dividendos	8.861	-
	130.283	(128.969)
Valor adicionado distribuído	591.222	362.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE ("Companhia" ou "CAGECE") é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado do Ceará, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Doutor Lauro Vieira Chaves, nº1.030, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará. Foi criada pela Lei Estadual nº9.499, de 20 de julho de 1971 com alterações posteriores, e tem por objetivo o serviço público de água e esgotamento sanitário em todo o território do Estado do Ceará, operando diretamente ou por subsidiária, ou por pessoa jurídica mediante contrato, sendo tais serviços regulados na capital do Estado do Ceará pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR, e no interior pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atuava em 151 municípios no Estado do Ceará, em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário. Atualmente a CAGECE está atuando nos municípios de Maracanaú, Baturité e Cariús sem contrato de concessão, tendo em vista que os mesmos estão em processo de renovação.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$79.398 (R\$98.892 em 31 de dezembro de 2015). A Administração da Companhia vem realizando um conjunto de ações reestruturadas, que visam gerar recursos suficientes para honrar os compromissos assumidos. Como parte destas ações destaca-se, principalmente, reajustes na tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que deve gerar equilíbrio econômico-financeiro às operações da Companhia nos próximos períodos. Já como resultado destas ações, a Companhia auferiu um lucro no período de 2016, no montante de R\$130.283, e tem uma geração de caixa proveniente das atividades operacionais, no montante de R\$175.821.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos



financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do exercício.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Administração fez uso da faculdade prevista no item 19 do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, para revisar os valores registrados no ativo financeiro, imobilizado e intangível pelo critério do custo atribuído. Com isso, afastou-se em caráter excepcional a aplicação do item 22 do ICPC 10, primeira parte, e item 31 do CPC 37, especificamente para as demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e somente para os bens integrantes do patrimônio da Companhia em 1º de janeiro 2009.

Essa decisão mostrou-se como sendo a única capaz a corrigir discrepâncias existentes na contabilidade da Companhia, decorrentes do uso do critério do custo histórico para contabilização patrimonial com ausência de suporte documental, o que levou, entre outras medidas, à abstenção de opinião dos auditores independentes da Companhia para os exercícios de 2010, 2011, 2012 e 2013, bem como a dificuldades nos procedimentos tarifários levados a efeito pela autoridade reguladora de água e saneamento do Estado do Ceará.

Além disso, o uso da faculdade do item 19 do CPC 26 também se revelou capaz de solucionar os questionamentos levantados pela CVM no Processo CVM nºRJ-2015-3093, tendo por objetivo adequar as demonstrações contábeis à realidade patrimonial da

Companhia, bem como oferecer informações úteis e fidedignas aos usuários das demonstrações contábeis, nos termos do item 9 do CPC 26. Após o ajuste, refletido nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as movimentações do ativo financeiro, imobilizado e intangível foram realizadas a custo de aquisição, restaurando a normalidade da aplicação das regras contábeis.

A Administração da Companhia elaborou as demonstrações contábeis com todas as informações relevantes que correspondem às utilizadas em sua gestão, e somente elas, estão sendo evidenciadas.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2017.

## 2.2. Conversão de moeda estrangeira

### a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão relacionadas com empréstimos e financiamentos são reconhecidas no resultado do período como receita ou despesa financeira.

As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

## 2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

## 2.4. Instrumentos financeiros

### 2.4.1. Ativos financeiros

#### 2.4.1.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

#### Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Ativos financeiros - Concessão”, “Caixa e equivalentes de caixa” e “Contas a receber de clientes”.

#### 2.4.1.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; nesse último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e análise de fluxos de caixa descontados.





A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

#### 2.4.1.3. Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado  
A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

(i) Dificuldade financeira relevante do devedor;

(ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo (parcelamento), estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

(iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.

O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento classificado como empréstimos e recebíveis tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

#### 2.4.2. Passivos financeiros

##### 2.4.2.1. Classificação

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, incentivo a aposentadoria - PRSP, obrigações com clientes e garantias contratuais de fornecedores.

##### 2.4.2.2. Reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

##### 2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### 2.4.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD” ou impairment).

##### 2.4.5. Ativos financeiros - concessão

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

#### 2.5. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques está avaliado pelo custo médio de aquisição, o qual considera os gastos incorridos na sua aquisição e outros incorridos em trazê-los às suas localizações.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

#### 2.6. Intangível

##### a) Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário de acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão. O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção.

Não obstante, conforme mencionado na Nota 2.1, em caráter excepcional foi adotada a contabilidade pelo custo atribuído para o ativo intangível da Companhia em 1º de janeiro de 2009. A exceção tornou-se necessária para retratar com fidedignidade a situação patrimonial da Companhia e está embasada em mais de 4.500 laudos de avaliação patrimonial elaborados por empresa especializada, a pedido da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE), que é autoridade reguladora responsável pela fiscalização das concessões da Companhia. Após esse ajuste, refletido nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro 2014, a Companhia retornou contabilização regular do intangível ao custo de aquisição e/ou de construção.



O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil-econômica na qual os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue os principais:

	Anos
Adutoras e canais	30 a 60 anos
Edificações	20 a 67 anos
Estações de tratamento	60 a 67 anos
Hidrômetros	10 anos
Ligações	20 a 50 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Poços	60 anos
Redes	30 a 80 anos
Reservatórios	20 a 60 anos

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

b) Direitos de uso - concessão do município

Direitos de uso referem-se a custos incorridos em renovação de concessões públicas, a título de ressarcimento pela Companhia de investimentos na infraestrutura realizados pelos municípios. Os valores registrados no ativo intangível referem-se a ressarcimentos já efetuados pela Companhia às prefeituras como parte do acordo para renovação das concessões de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Esses investimentos não integram a base tarifária da Companhia, contudo representam o investimento realizado pela Companhia para a renovação da concessão.

Esses direitos de uso são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

c) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de um a dez anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos no ativo intangível quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a dez anos.

2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo atribuído até 1º de janeiro de 2009 e histórico como base de valor após essa data, menos depreciação e perdas ao valor recuperável (impairment) acumuladas, se for o caso.

O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local em que esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são registrados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Computadores e periféricos	5 a 10 anos
Edificações	20 a 67 anos
Ferramentas	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados e ajustados, conforme explicado na Nota 3(a).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.8. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e a depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

A Administração definiu como Unidade Geradora de Caixa as atividades da Companhia como um todo por existirem subsídios cruzados entre os serviços de água e esgoto e dentre os municípios em que atua. Subsídios cruzados são representados pelas áreas em que houver conurbação ou integração de sistemas de água e esgoto em operação que justifique a criação de uma Região Metropolitana, Microregiões e Aglomerações.

Na avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através da geração de fluxos de caixa futuros.



## 2.9. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

## 2.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

## 2.11. Provisão para contingências e depósitos judiciais

As provisões para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis, a provisão para contingências é demonstrada líquida dos depósitos judiciais embasados no direito de compensação.

## 2.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do período compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de

imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes, contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis, onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

## 2.13. Benefícios a empregados

## a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia instituiu, em fevereiro de 2004, a Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, com plano de contribuição definida e o objetivo de complementar os benefícios de aposentadoria e pensão pagos pelo sistema de previdência oficial (INSS) através do Plano de Contribuição Variável (PCV), em favor dos seus participantes e respectivos beneficiários. Para isso a Companhia realiza contribuições fixas e mensais à Cageprev, para os empregados participantes do referido plano.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no exercício corrente e anterior. Com relação a planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para a Fundação Cageprev de forma obrigatória e contratual. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado dos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

## b) Benefícios de rescisão - Plano de Reconhecimento do Serviço Prestado (PRSP)

O benefício de rescisão é exigível quando o vínculo empregatício é encerrado pela Companhia antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia não mais puder retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25/IAS 37 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que possuem na data-base em referência o contrato de adesão assinado pelas partes. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

## c) Participação nos resultados - obrigações de benefícios de curto prazo

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver

contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (constructive obligation).

- 2.14. Capital social  
As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo de 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

- 2.15. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo Governo e de que serão auferidas.

Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos exercícios nos quais as despesas foram reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

- 2.16. Receita

- a) Vendas de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas, cujo serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações contábeis, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: (i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada; (ii) o valor pode ser mensurado com segurança; (iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

- b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em

contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

- c) Receitas de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de saneamento deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade-fim da Companhia é o abastecimento de água e esgotamento sanitário; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, o abastecimento de água e esgotamento sanitário; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

- 2.17. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Pronunciamento que visa substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de impairment para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. A norma passa a vigor em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de início de vigência da norma.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Cliente

A IFRS 15 é resultante de um projeto conjunto entre IASB e FASB para convergência da norma para reconhecimento e divulgação das receitas aplicadas a contratos com clientes. Essa norma requer que o reconhecimento de receita se dê de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente, definindo o momento e o montante que refletem a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A Companhia está avaliando os possíveis impactos da aplicação dessa norma e os divulgará para o mercado oportunamente.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. Os principais itens sujeitos a essas estimativas e premissas são:

- a) Vida útil de bens do imobilizado e intangível decorrentes dos investimentos com infraestrutura das concessões, decorrente do curso normal das operações





A vida útil dos ativos da Companhia foi estimada por especialistas com base em laudo técnico. Foi contratada empresa especializada com o objetivo de avaliar e determinar a vida útil dos ativos da Companhia, conforme nota de ativo imobilizado e ativo intangível.

- b) Provisão para incentivo à aposentadoria - PRSP  
O Plano de Reconhecimento dos Serviços Prestados (PRSP) incentiva os empregados com idade superior a 56 anos a se desligarem da Companhia e obterem um benefício de aposentadoria em seu favor. Esses valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos seis anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente a uma taxa de 12,08% a.a. Essa taxa foi calculada com base na taxa WACC (Weighted Average Cost of Capital/Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia da data das demonstrações contábeis. O detalhe do plano está descrito na Nota 18.
- c) Reconhecimento de receita - contratos de construção  
A receita de construção é reconhecida sobre todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos, inclusive os encargos financeiros capitalizados, que segue o método de custo sem adicional de margem de construção.
- d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa  
O critério para estimativa dos créditos de liquidação duvidosa está descrito na Nota 8.
- e) Provisão para contingências e depósitos judiciais  
As provisões para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de arrendamento e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.  
Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.  
As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### 4. Gestão de risco financeiro

##### 4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juros e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Visando estabelecer um processo de gerenciamento de riscos, a Companhia instituiu uma assessoria de controle interno e riscos para estudar a implementação de estrutura e política de gerenciamento de riscos corporativos similar ao que vem sendo adotado pelo mercado. Nesse sentido, aspira implantar uma estrutura baseada em um processo trabalhado por pessoas (Conselho de Administração, diretoria, gestores e funcionários), na identificação de eventos e riscos, buscando dar segurança razoável aos stakeholders e alinhar-se aos objetivos estratégicos existentes.

A implementação dessa prática proporcionará ao Conselho de Administração, como também à Diretoria Colegiada, tornar a atividade de gestão de riscos parte da rotina de tomada de decisões e processos operacionais, buscando uma maior visibilidade, transparência e responsabilidade sobre a gestão.

##### a) Risco de mercado

###### i) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações

nas taxas de câmbio que impactem os saldos passivos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras decorrentes. A Companhia não mantém operações de "hedge" ou "swap", no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, buscando reduzir a exposição em moeda estrangeira.

A exposição de passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015, ao dólar estadunidense, estava assim representada em milhares de reais:

	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos com o BID (Nota 17)	219.729	282.666

##### ii) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía R\$228.930 (R\$240.893 em 31 de dezembro de 2015) (Nota 17) em empréstimos e financiamentos captados a taxa variável de juros (TR) e (TJLP).

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de atualização que afetam as dívidas da Companhia. A análise de sensibilidade de risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros está demonstrada na Nota 4.1 (d).

##### b) Risco de crédito

A Companhia tem os seus créditos segmentados da seguinte forma: particulares, órgãos públicos e serviços indiretos.

Particulares - serviços prestados a clientes pessoas físicas e pessoas jurídicas (comerciais, serviços, industriais etc.).

Órgãos públicos - serviços prestados a órgãos nas esferas: municipal, estadual e federal. No tocante aos órgãos estaduais, o Governo do Estado estabeleceu políticas no sentido de coibir a existência de débitos com a Companhia.

Serviços indiretos - trata-se de serviços relacionados à ligação, corte, religação, acréscimos por impuntualidades, conservação e reparos de hidrômetros, serviços de laboratórios, ampliações, dentre outros.

Amparada pela Lei nº11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, a Companhia, baseada no §2º do inciso V do art.40, pode interromper os serviços quando do inadimplemento do pagamento das tarifas pelo usuário, após o usuário ter sido formalmente notificado em um prazo de 30 dias.

De uma forma geral, a Companhia mitiga seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes muito dispersa e sem concentração definida.

##### c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de duas formas: (i) uma previsão de curtíssimo prazo (até 60 dias) realizada pela Gerência Financeira; e (ii) outra de curto prazo (até 365 dias) realizada pela Gerência de Estudos Estratégicos e de Orçamento, a partir da aprovação do orçamento de caixa da Companhia pela Diretoria Colegiada.

A Gerência Financeira acompanha diariamente as previsões de arrecadação e gastos com despesas, custos e investimentos da Companhia, para assegurar que



tenha caixa suficiente para o cumprimento das obrigações de curtíssimo prazo. Monitora ainda os valores exigidos em garantia e fluxos de recursos exigidos para o cumprimento dos contratos de financiamentos dos investimentos da Companhia, de modo que atenda às cláusulas contratuais nesses quesitos. De forma complementar, a Gerência de Estudos Estratégicos e de Orçamento acompanha diariamente o impacto no orçamento de caixa decorrente das contratações propostas pelas diversas unidades da Companhia para serviços comuns, serviços de engenharia, materiais e obras. Os impactos extraordinários no orçamento são submetidos à aprovação da diretoria, que o fazem a partir da indicação das seguintes fontes de recursos: (1) anulação total ou parcial das dotações (despesas, investimentos, iniciativas previstas); (2) excesso de arrecadação; e (3) operação de crédito (financiamentos).

O excesso de caixa é investido em aplicações de curto prazo, por meio de fundo de investimentos com carteira composta por títulos de renda fixa públicos federais, indexados a CDI/SELIC ou pré-fixados desde que indexados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros não derivativos que são liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Vencimento				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2016					
Empréstimos e financiamentos	56.100	53.073	141.037	198.449	448.659
Fornecedores	130.614	-	-	-	130.614
Incentivo à aposentadoria – PRSP	18.741	23.399	7.665	32	49.837
Obrigações com clientes	2.084	-	-	-	2.084
Em 31 de dezembro de 2015					
Empréstimos e financiamentos	58.479	106.752	199.153	159.175	523.559
Fornecedores	127.978	-	-	-	127.978
Incentivo à aposentadoria – PRSP	20.264	30.190	21.084	9	71.607
Obrigações com clientes	2.164	-	-	-	2.164

- d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM A seguir é apresentado a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais passivos financeiros, convertidos a uma taxa projetada, conforme Nota 28, para a liquidação final de cada contrato, convertido a valor de mercado (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Dada a exposição do passivo financeiro ao risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário I: cotação do dólar em R\$3,2591 em 31 de dezembro de 2016; (ii) cenário II: cotação do dólar, passando para R\$4,0739; e (iii) cenário III, passando a R\$4,8886.

Com relação aos ativos financeiros atrelados ao CDI, o cenário I considerou a manutenção da cotação do CDI em 31 de dezembro de 2016 em 14% a.a. Os demais cenários, II e III, consideram um acréscimo da cotação em 25% (17,5% a.a.) e 50% (21% a.a.), respectivamente.

31/12/2016				
Instrumentos financeiros	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
<b>Ativo financeiro</b>				
Aplicações financeiras em caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a convênios indexados ao CDI				
- Ativo	Alta do indexador	42.749	43.273	43.797
- Impacto no resultado			524	1.048
<b>Passivo financeiro</b>				
Empréstimos e financiamentos				
Caixa Econômica Federal, Secretaria das Cidades, BNDES e BID				
- Passivo	Alta do indexador	448.659	456.444	464.229
- Impacto no resultado			(7.785)	(15.570)
<b>BID</b>				
- Passivo	Alta do US\$	219,374	274.217	329.060
- Impacto no resultado			(54.843)	(109.686)

Os valores expressos acima foram sintetizados. Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

#### 4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31/12/2016	31/12/2015
Total dos empréstimos (Nota 17)	448.659	523.559
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(4.008)	(7.769)
<b>Dívida líquida</b>	<b>444.651</b>	<b>515.790</b>
Total do patrimônio líquido	2.358.640	2.243.786
Total do capital próprio e de terceiros	2.803.291	2.759.576
<b>Índice de alavancagem financeira -%</b>	<b>16</b>	<b>19</b>

#### 4.3. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pela agência internacional de rating Fitch, conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	31/12/2016	31/12/2015
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AAA (bra)	351	7.769
AA+	3.656	-
Outros (*)	1	-
	4.008	7.769

- (\*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pela agência dos ratings utilizada pela Companhia.

Apresentamos a seguir uma tabela com a avaliação de rating das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o exercício:



Fitch	
Banco do Brasil S.A.	AA+ (bra)
Caixa Econômica Federal	AA+ (bra)
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)
Banco Santander Brasil S.A.	AAA (bra)
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)
Banco do Nordeste do Brasil	AA+ (bra)

5. Instrumentos financeiros por categoria

a) 31 de dezembro de 2016

	Empréstimos e recebíveis
Ativo, conforme o balanço patrimonial	
Ativos financeiros - contratos de concessão	174.128
Contas a receber de clientes	224.898
Caixa e equivalentes de caixa	4.008
Depósitos vinculados a convênios	50.044
	453.078

	Outros passivos Financeiros
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Incentivo à aposentadoria - PRSP	49.837
Empréstimos e financiamentos	448.659
Fornecedores	130.614
Obrigações com clientes	2.084
	631.194

## b) 31 de dezembro de 2015

	Empréstimos e recebíveis
Ativo, conforme o balanço patrimonial	
Ativos financeiros - contratos de concessão	161.330
Contas a receber de clientes	165.170
Caixa e equivalentes de caixa	7.769
Depósitos vinculados a convênios	12.466
	346.735

	Outros passivos Financeiros
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Incentivo à aposentadoria - PRSP	71.607
Empréstimos e financiamentos	523.559
Fornecedores	127.978
Obrigações com clientes	2.164
	725.308

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Bancos conta movimento	1.921	990
Bancos conta arrecadação	343	149
Aplicações financeiras	1.744	6.630
	4.008	7.769

As aplicações financeiras decorrem da política de gestão de caixa dos recursos disponíveis e os resgates realizados no período foram utilizados para pagamento de parcelas de empréstimo correspondente aos contratos mantidos junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ao financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Os saldos de aplicações financeiras são compostos como demonstrado abaixo:

	Tipo	Modalidade	Taxa	31/12/2016	31/12/2015
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 10 milhões	Renda Fixa	Cotas diárias	424	112
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 600 mil	Renda Fixa	Cotas diárias	374	2.691
Caixa Econômica Federal	FIC CP Automático	Renda Fixa	Cotas diárias	946	3.410
Caixa Econômica Federal	Mega Referenciado	Referenciada DI	Cotas diárias	-	417
				1.744	6.630

Os saldos de aplicações financeiras estão relacionados a fundos abertos de renda fixa com remuneração diária. Os fundos não são exclusivos da Companhia e a participação dentro do fundo não é significativa. Todas as aplicações financeiras em aberto em 31 de dezembro de 2016 garantem liquidez imediata e são utilizadas para gerenciamento do caixa da Companhia, assim com retorno que varia entre 83,9% a 100,4% do CDI nos últimos 12 meses.

## 7. Depósitos vinculados

	31/12/2016	31/12/2015
Bancos conta vinculada	9.039	7.545
Aplicações financeiras vinculadas	41.005	4.921
	50.044	12.466

Os depósitos bancários vinculados estão representados substancialmente por recursos recebidos através de convênios firmados principalmente com o Governo do Estado do Ceará, para realização de investimentos nos sistemas de água e esgoto nos diversos municípios em que a Companhia atua. Na presente data, R\$35.392 é proveniente da Tarifa de Contingência. Maiores detalhes sobre o funcionamento e os requerimentos para utilização dos recursos provenientes da Tarifa de Contingência podem ser encontrados na Nota 8.

## 8. Contas a receber de clientes

	31/12/2016	31/12/2015
Particulares	252.896	207.073
Órgãos públicos	26.534	19.453
Tarifa de contingência(a)	22.255	-
Serviços indiretos	28.560	23.797
Serviços prestados a faturar	60.305	53.547
	390.550	303.870

	31/12/2016	31/12/2015
Agentes arrecadadores (b)	5.443	3.953
(-) Arrecadação a discriminar (c)	(8.836)	(7.013)
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD (d)	(162.259)	(135.640)
	(165.652)	(138.700)
	224.898	165.170

## Composição das contas a receber de clientes por período de vencimento

	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	170.982	133.426
Vencidos:		
1 a 30 dias	36.138	22.946
31 a 60 dias	17.922	10.692
61 a 90 dias	10.887	6.654
91 a 180 dias	19.182	10.827
mais de 180 dias	135.439	119.325
	390.550	303.870

## (a) Tarifa de contingência

Aprovada pela Resolução nº201, de 19 de novembro de 2015 e alterada pela Resolução nº212, de 17 de agosto de 2016, ambas emitidas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, e Nota Técnica da Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR inscrita sob Processo nº003/15 - SUP, a tarifa de contingência visa reduzir o consumo de água por parte da população face da situação de escassez de recursos hídricos. Sua cobrança iniciou-se em 19 de dezembro de 2015. As bases gerais para cobrança da tarifa de contingência são:

- Estimativa de consumo mensal de referência que corresponde a 90% (noventa por cento) da média de

consumo medido do período de outubro de 2014 a setembro de 2015; A partir de 17 de agosto de 2016, com a publicação da nova resolução da ARCE nº212, o consumo de referência para determinação da média passou a ser de 80% do consumo medido entre outubro de 2014 e setembro de 2015;

- O usuário cujo consumo mensal de água ultrapasse a média de consumo mensal de referência fica sujeito à tarifa de contingência, correspondente a 120% (cento e vinte por cento) de acréscimo sobre o valor da tarifa normal de água, aplicável à parte do consumo de água potável que exceder o consumo de referência.

A utilização dos recursos financeiros provenientes da tarifa de contingência fica condicionada à aprovação pela ARCE dos projetos/investimentos constantes no plano de redução de perdas encaminhado pela CAGECE. Os recursos estão registrados em depósitos vinculados até a aprovação pela ARCE.

- (b) Agentes arrecadadores  
Os valores registrados na conta “Agentes arrecadadores” referem-se aos numerários recebidos dos clientes, pelas instituições financeiras e comerciais e, ainda não repassados à Companhia, em decorrência do tempo de espera firmado nos contratos com essas instituições.
- (c) Arrecadação a discriminar  
Arrecadação a discriminar refere-se a valores recebidos de clientes, cuja baixa da correspondente fatura ainda não foi realizada no sistema comercial da Companhia.
- (d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)  
A Companhia adota como estimativa para cálculo da PCLD, as seguintes regras:
- Clientes com contas a receber vencidas há mais de 180 dias e valor até R\$15;
  - Clientes com contas a receber vencidas há mais de 180 dias e valor superior a R\$15, desde que analisado pela área especialista de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento;
  - Total de faturas, vencidas ou a vencer, dos clientes que encontram-se nos critérios acima; e
  - Análise complementar pela área especialista para avaliação de evidências objetivas de perdas.

A PCLD apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	(135.640)	(126.073)
Constituição	(26.619)	(9.567)
Saldo final	(162.259)	(135.640)

## 9. Projetos

- a) Projeto Alvorada  
O Estado do Ceará, em 16 de abril de 2001, celebrou o Convênio nº005/Seinfra/2001 com a Companhia para implementação de ações previstas no Convênio nº039/2001, firmado entre o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde, e o Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Infraestrutura, tendo como executora a Companhia, objetivando a execução de ações de saneamento básico em 31 municípios do Estado do Ceará.
- Os gastos realizados com a execução desse projeto estão apresentados no ativo não circulante. Em outubro de 2013, o Convênio nº005/Seinfra/2001 teve o seu prazo de finalização prorrogado para 30 de setembro de 2014, em decorrência da postergação do prazo do Convênio nº039/2001 celebrado com a Fundação Nacional de Saúde, melhor comentado a seguir.
- Conforme a Cláusula 15ª do Convênio nº039/2001, “Serão concedidos pela Fundação Nacional de Saúde, após concluído o objeto pactuado no presente convênio, os bens patrimoniais construídos, produzidos ou adquiridos com os recursos transferidos na conformidade com o disposto no item 4 do artigo 15 do Decreto nº99.658/90 e demais normas regulamentares”. Esse projeto tinha previsão de conclusão para o exercício de 2012, contudo, em função de atrasos na execução dos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) de Cariré e do distrito de Inhuçu em São Benedito, em outubro de 2013, este convênio foi

prorrogado para 17 de março de 2014. O referido projeto foi concluído. Atualmente, a Prestação de Contas está em andamento e a CAGECE está aguardando o posicionamento da Secretaria das Cidades sobre como será a integralização no ativo dos bens construídos, conforme Ofício nº594/14/GEAPE ADM/DPC.

O valor constante da conta de ativo, no montante de R\$174.829 (R\$174.829 em 31 de dezembro de 2015), denominada de Projeto Alvorada - recursos aplicados, representa as medições das ações de saneamento básico já realizadas conforme objeto do Convênio, enquanto que na conta de passivo, denominada de Projeto Alvorada - recursos recebidos, no montante de R\$174.468 (R\$174.468 em 31 de dezembro de 2015), registram-se os valores já repassados pelo Ministério da Saúde para pagamento aos fornecedores. A diferença entre essas contas de R\$361 (R\$361 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a valores aplicados com recursos próprios da Companhia e ainda não ressarcidos.

- b) Projeto KfW II  
O Estado do Ceará, em 26 de agosto de 2005, firmou o Convênio nº010/Seinfra/2001 com a Companhia para estabelecer responsabilidades nos repasses dos recursos objeto do contrato de financiamento e “acordo em separado”, firmados em 2005, entre o Governo do Estado do Ceará, na condição de mutuário e o KfW Bankengruppe, tendo como entidade executora a Companhia, com o objetivo de melhorar o saneamento básico em municípios localizados nas regiões de bacias hidrográficas do Médio e Baixo Jaguaribe, Banabuiú, Acaraú, Coreaú e Parnaíba no interior do Estado do Ceará.

Os gastos realizados com a execução desse projeto estão apresentados no ativo não circulante. Esse projeto tinha previsão de conclusão no exercício de 2016, tendo sido aditivado o prazo de finalização do projeto para junho de 2017. Após o encerramento da execução do projeto, será realizada a prestação de contas que, após aprovada, os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário implementados com esses recursos passarão a ser operados e mantidos pelas comunidades dos Sistemas Integrados de Saneamento Rural - SISAR.

O valor constante da conta de ativo, no montante de R\$42.944 (R\$37.332 em 31 de dezembro de 2015), denominada de Projeto KfW II - recursos aplicados, representa as medições das ações de saneamento básico já realizadas, enquanto que na conta de passivo, denominada de Projeto KfW II - recursos recebidos, no montante de R\$43.262 (R\$27.960 em 31 de dezembro de 2015), registram-se os valores já repassados pelo Governo do Estado para pagamento aos fornecedores.

A diferença entre estas contas de R\$318 (R\$9.372 em 31 de dezembro de 2015), refere-se a valores recebidos e ainda não aplicados no projeto, registrados em depósitos vinculados.

## 10. Termos de Cooperação

Referem-se a recursos oriundos de termos de cooperação firmados entre a Companhia e a Secretaria das Cidades.

O objetivo destes termos de cooperação é a cooperação técnica e financeira para ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Os recursos recebidos de termos de cooperação são aplicados em obras especificadas nos próprios termos de cooperação, sendo seus valores, quando recebidos, reconhecidos contabilmente na conta “Termos de Cooperação - recursos recebidos”, no passivo não circulante, e quando aplicados na conta “Termos de Cooperação - recursos aplicados” no ativo não circulante, aguardando encontro de contas.

Os valores desembolsados a título de contrapartida são registrados no Ativo intangível, com aderência ao que define o ICP 01 que estabelece que os investimentos realizados pelo concessionário em construções ou melhorias das infraestruturas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário constituem um direito (autorização) de cobrar dos usuários dos serviços (por meio de tarifa).

De acordo com determinação contida na Instrução Normativa STN nº1, de 15 de janeiro de 1997, os recursos de convênio de cooperação técnica serão mantidos em conta bancária específica e os saques só serão permitidos para pagamento de despesas constantes do programa de trabalho, e os recursos, enquanto não





empregados na sua finalidade, serão aplicados em instituição financeira oficial, nas modalidades legalmente admitidas.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía o montante de R\$72.321 na conta de ativo denominada "Termos de Cooperação - Recursos aplicados" e R\$105.206 na conta de passivo denominada "Termos de Cooperação - Recursos recebidos". A diferença entre essas contas de R\$32.885 está apresentada na conta "Depósitos vinculados".

#### 11. Depósitos judiciais

O critério utilizado para definir os valores que permanecem registrados contabilmente em depósitos judiciais são os valores depositados em juízo, os quais são atualizados monetariamente, e ainda não levantados pela Companhia ou pela parte contrária no processo judicial. A composição dos depósitos judiciais é como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Causas cíveis	11.706	12.652
Contingências vinculadas - cíveis	(126)	(456)
Causas trabalhistas	7.659	7.773
Contingências vinculadas - trabalhistas	(2.385)	(4.448)
Causas tributárias	4.912	4.579
Contingências vinculadas - tributárias	(3.229)	(3.133)
	18.537	16.967

A movimentação dos depósitos judiciais no período está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	12.196	3.325	1.446	16.967
Novos depósitos	447	1.336	-	1.783
Reversões	(2.967)	(2.378)	-	(5.345)
Atualização monetária	1.575	927	332	2.834
Compensação com causas judiciais	329	2.064	(95)	2.298
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	11.580	5.274	1.683	18.537

O detalhamento dos depósitos judiciais classificados em causas tributárias é o seguinte:

Processo nº	Autor	31/12/2016	31/12/2015
2006.81.00.020059-0 (i)	INSS	561	525
0008881-32.2003.4.05.8100/AC 374.877/RESP 1127424 (ii)	INCRA	743	572
2006.81.00.020062-0 (iii)	INSS	254	238
2005.81.00.000465-5 (0000465-07.2005.4.05.8100) (iv)	INSS	103	90
2006.81.00.018905-2 (v)	INSS	22	21
		1.683	1.446

- (i) Ação ordinária promovida contra o INSS, visando extinguir o crédito tributário referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão de: a) suspensão de exigibilidade do crédito tributário na qual exige contribuição previdenciária relativamente à remuneração de contribuintes individuais, segurados empregados, e de cooperados intermediados por cooperativas de trabalho, relativamente ao período de 02/2000 a 11/2003; b) auto de infração no qual exige-se multa decorrente de suposta omissão em relacionar segurados contribuintes individuais em suas folhas de pagamento mensal, relativo ao período de 01/2000 a 03/2004; c) auto de infração no qual exige-se multa decorrente de suposta omissão em informar ao INSS, através de GFIP, fatos geradores de contribuições previdenciárias relativas à contratação de segurados individuais e cooperativas de trabalho, relativo ao período de 01/2000 a 01/2005 e d) multa decorrente de suposta omissão em registrar o pagamento feito a autônomos, contabilizando nas contas "anúncios e editais", "serviços de manutenção de sistemas" e "formação profissional" relativo ao período de 2000 a 2004.
- (ii) Ação ordinária com pedido de depósito, promovida contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em que pede que seja declarada a inexistência de relação tributária que obrigue a autora a recolher a contribuição para o INCRA e o ressarcimento da referida contribuição paga indevidamente.
- (iii) Ação ordinária promovida contra o INSS, visando extinguir o crédito tributário referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão de: a) fornecimento, pela Companhia, de vale-transporte relativo ao período de 11/2003 a 03/2004; b) admissão de estagiários supostamente não cobertos por contrato de seguro contra acidentes pessoais; c) concessão de "antecipações", para pagamento de serviços prestados pela cooperativa UNIMED, que não teriam sido objeto de ressarcimento,

relativo ao período de 01/2000 a 01/2005; d) contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão da "bolsa" paga a estudantes universitários que estagiavam junto aos seus estabelecimentos, os quais foram "reenquadrados" à condição de empregados; e) contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão do fornecimento, de vale transporte aos empregados relativo ao período de 10/2003 a 01/2005; e f) contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão de "adiantamento" representado pelo pagamento, pela Companhia, de serviços prestados pela cooperativa UNIMED aos seus empregados, relativo ao período de 01/2000 a 12/2004.

- (iv) Ação ordinária promovida contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), visando à declaração de inexistência de relação jurídica que obrigue ao pagamento de débitos devidos por terceiro, desconstituindo o crédito tributário, lavradas contra a pessoa jurídica Copal Construtora Paraibana Ltda.
- (v) Ação ordinária promovida contra o INSS, visando extinguir o crédito tributário referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão de: a) suspensão de exigibilidade do crédito tributário na qual exige contribuição previdenciária relativamente à remuneração de contribuintes individuais, segurados empregados, e de cooperados intermediados por cooperativas de trabalho, relativamente ao período de 02/2000 a 11/2003; b) auto de infração no qual exige-se multa decorrente de suposta omissão em relacionar segurados contribuintes individuais em suas folhas de pagamento mensal, relativo ao período de 01/2000 a 03/2004; c) auto de infração no qual exige-se multa decorrente de suposta omissão em informar ao INSS, através de GFIP, fatos geradores de contribuições previdenciárias relativas à contratação de segurados individuais e cooperativas de trabalho, relativo ao período de 01/2000 a 01/2005 e d) multa decorrente de suposta omissão em registrar o pagamento feito a autônomos, contabilizando nas contas "anúncios e editais", "serviços de manutenção de sistemas" e "formação profissional" relativo ao período de 2000 a 2004.

#### 12. Depósitos vinculados a garantias

	31/12/2016	31/12/2015
Banco do Brasil S.A.	9.976	9.404
Caixa Econômica Federal	2.186	1.965
	12.162	11.369

Os depósitos efetuados no Banco do Brasil correspondem a retenções contratuais de fornecedores no valor de R\$5.909 (R\$5.580 em 31 de dezembro de 2015) e conta reserva no valor de R\$4.067 (R\$3.824 em 31 de dezembro de 2015), dada como garantia do cumprimento integral das obrigações presentes e futuras decorrentes do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Aqueles depositados na Caixa Econômica Federal referem-se a aplicações de valores dados como garantias nos contratos de financiamentos junto a essa instituição financeira.

#### 13. Ativos financeiros - contratos de concessão

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR e no interior pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE e são revistas anualmente, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão é classificada como ativo financeiro. Trata-se de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2016, R\$174.128 (R\$161.330 em 31 de dezembro de 2015) como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões. Estes saldos foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital - WACC, atrelados aos respectivos contas a receber. A receita por atualização do ativo financeiro no período findo em 31 de dezembro de 2016 é R\$15.112 (R\$8.960 em 31 de dezembro de 2015), conforme Nota 35.

O ativo financeiro apresenta a seguinte movimentação:

	Capitalização Ativo Financeiro		Atualização do ativo financeiro	Baixas	31/12/2016
	31/12/2015	Financeiro			
Ativo financeiro	161.330	(1.012)	15.112	(1.302)	174.128
	161.330	(1.012)	15.112	(1.302)	174.128

	Capitalização Ativo Financeiro		Atualização do ativo financeiro	Baixas	31/12/2015
	31/12/2014	Financeiro			
Ativo financeiro	166.902	(14.388)	8.960	(144)	161.330
	166.902	(14.388)	8.960	(144)	161.330

A concessão da Companhia não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

Conforme mencionado na Nota 2.1, a Administração optou por adotar o custo atribuído em seus ativos financeiros, imobilizado e intangível, dessa forma deixou de aplicar, em caráter excepcional, o item 22 do ICPC 10 e item 31 do CPC 37. Com isso, conforme requerido pelo CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia demonstra a seguir o comparativo do saldo do ativo financeiro sem o impacto do custo atribuído, bem como o comparativo com os efeitos da opção pela adoção do custo atribuído, que refletem de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia, respeitando a faculdade prevista no item 19 do CPC 26.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a não adoção do custo atribuído, conforme os termos do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, contemplaria os seguintes efeitos, respectivamente:

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2015	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	31/12/2016
Edificações	19.837	-	-	430	(474)	19.793
Computadores e periféricos	2.046	8	(4)	695	(590)	2.155
Máquinas e equipamentos	2.116	10	(92)	598	(618)	2.014
Terrenos	14.809	-	-	-	-	14.809
Móveis e utensílios	3.210	4	(27)	114	(656)	2.645
Instalações	113	-	-	-	(14)	99
Veículos	274	-	-	14	(89)	199
Ferramentas	40	16	-	12	(18)	50
	42.445	38	(123)	1.863	(2.459)	41.764
Imobilizado em andamento	181	-	-	-	-	181
	42.626	38	(123)	1.863	(2.459)	41.945

	31/12/2014	Adição	Baixa	Transferência	Depreciação	31/12/2015
Edificações	20.577	-	-	-	(740)	19.837
Computadores e periféricos	2.191	6	(83)	736	(804)	2.046
Máquinas e equipamentos	2.103	41	(28)	489	(489)	2.116
Terrenos	27.667	-	(12.858)	-	-	14.809
Móveis e utensílios	3.387	126	(128)	518	(693)	3.210
Instalações	124	2	-	-	(13)	113
Veículos	490	-	(49)	-	(167)	274
Ferramentas	37	1	(1)	13	(10)	40
	56.576	176	(13.147)	1.756	(2.916)	42.445
Imobilizado em andamento	179	2	-	-	-	181
	56.755	178	(13.147)	1.756	(2.916)	42.626

Premissas utilizadas para atribuição de valor e avaliação de vida útil

A metodologia de avaliação patrimonial empregada na avaliação foi fundamentada nas determinações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que definem os conceitos, os critérios a serem empregados em trabalhos de avaliação patrimonial, os métodos para determinação dos valores e os graus de fundamentação e precisão das avaliações, dentre outras diretrizes. Conforme preceitua as normas da ABNT, para essa finalidade, foram utilizados os seguintes tipos de valores:

- Valor justo para compra: valor mais provável na negociação de um bem, de forma voluntária e consciente, num período de referência e nas condições de mercado vigentes. Os valores serviram como referência, visto que não foram efetivamente negociados. Esse valor foi determinado a partir do valor de reprodução ou reposição, deduzindo-se a depreciação técnica considerando o estado físico do bem;
- Custo de reedição: valor resultante de um orçamento ou composição do custo de bens idênticos ou equivalente, seguido do cálculo da depreciação técnica considerando o estado físico do bem.

	Ativo financeiro em 31/12/2016	Exclusão dos efeitos do custo atribuído	Saldo sem o efeito do custo atribuído em 31/12/2016
Ativo financeiro	174.128	(42.727)	131.401
	174.128	(42.727)	131.401

	Ativo financeiro em 31/12/2015	Exclusão dos efeitos do custo atribuído	Saldo sem o efeito do custo atribuído em 31/12/2015
Ativo financeiro	161.330	(41.211)	120.119
	161.330	(41.211)	120.119

#### 14. Imobilizado

	Custo	31/12/2016	31/12/2015	
		Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado administrativo				
Edificações	24.660	(4.867)	19.793	19.837
Computadores e periféricos	5.582	(3.427)	2.155	2.046
Máquinas e equipamentos	5.099	(3.085)	2.014	2.116
Terrenos	14.809	-	14.809	14.809
Móveis e utensílios	6.680	(4.035)	2.645	3.210
Instalações	131	(32)	99	113
Veículos	803	(604)	199	274
Ferramentas	111	(61)	50	40
	57.875	(16.111)	41.764	42.445
Imobilizado em andamento	181	-	181	181
	58.056	(16.111)	41.945	42.626



Dentre os diversos métodos previstos nas normas da ABNT, os aplicados foram:

- (i) Método comparativo direto de dados de mercado: o valor do bem é determinado a partir da comparação de outros bens similares, através de seus preços de mercado, tendo em vista as suas características semelhantes;
- (ii) Método evolutivo: consiste em definir o valor total do imóvel através da conjugação de métodos, a partir do valor do terreno, considerados o custo de reprodução das benfeitorias devidamente depreciado e o fator de comercialização, conforme ABNT 14.653-2;
- (iii) Método de custo (comparativo direto e quantificação): o valor dos bens é encontrado através dos custos de reedição e, quando não for possível utilizar o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, realizará a cotação de preços de bens novos iguais ou similares, com aplicação da depreciação.

A escolha do método levou em consideração as características dos bens e as informações.

A vida útil dos ativos da Companhia foram estimadas por técnicos da empresa contratada, juntamente com os técnicos da Companhia que informaram a durabilidade de cada bem. Além disso foram realizadas pesquisas de mercado sobre a vida útil dos bens em empresas semelhantes à Companhia.

Abaixo demonstramos a vida útil antes e após a reavaliação da vida útil de cada grupo de ativos.

	Vida útil Anterior	Vida útil Atual
Computadores e periféricos	5 anos	5 a 10 anos
Edificações	25 anos	20 a 67 anos
Ferramentas	5 anos	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Veículos	5 anos	5 anos

Ressalta-se que a vida útil remanescente corresponde ao período de tempo esperado em que um bem poderá ser utilizado de maneira satisfatória, tanto econômica como funcional.

Premissas utilizadas para atribuição de valor e avaliação de vida útil—Continuação

Os bens registrados no ativo imobilizado da Companhia são depreciados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil-econômica.

Conforme mencionado na Nota 2.1, a Administração optou por adotar o custo atribuído em seus ativos financeiros, imobilizado e intangível, desta forma deixou de aplicar, em caráter excepcional, o item 22 do ICPC 10 e item 31 do CPC 37. Com isso, conforme requerido pelo CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia demonstra a seguir o comparativo do saldo do imobilizado sem o impacto do custo atribuído, bem como o comparativo com os efeitos da opção pela adoção do custo atribuído, que refletem de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia, respeitando a faculdade prevista no item 19 do CPC 26.

O intangível apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2015	Adições (a)	Baixa (b)	Transferência (c)	Reclassificação (d)	Amortização	Ativo financeiro	31/12/2016
Concessão - água e esgoto	2.617.965	752	(18.822)	43.926	-	(136.107)	1.012	2.508.726
Intangível em andamento	373.543	151.307	(17.338)	(45.837)	(72.320)	-	-	389.355
Softwares	1.046	285	-	48	-	(277)	-	1.102
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.448	-	-	-	-	(72)	-	1.376
Outorga - município de Frecheirinha	164	-	-	-	-	(7)	-	157
	2.994.166	152.344	(36.160)	(1.863)	(72.320)	(136.463)	1.012	2.900.716
	31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transferência (c)	Amortização	Ativo financeiro	31/12/2015	
Concessão - água e esgoto	2.769.542	768	(143.496)	45.526	(68.763)	14.388	2.617.965	
Intangível em andamento	251.139	217.983	(48.166)	(47.413)	-	-	373.543	
Softwares	1.207	26	(3)	131	(315)	-	1.046	
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.520	-	-	-	(72)	-	1.448	
Outorga - município de Frecheirinha	173	-	-	-	(9)	-	164	
	3.023.581	218.777	(191.665)	(1.756)	(69.159)	14.388	2.994.166	

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como findo em 31 de dezembro de 2016, a não adoção do custo atribuído, conforme os termos do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, contemplaria os seguintes efeitos, respectivamente:

	Imobilizado líquido em 31/12/2016	Exclusão dos efeitos do custo atribuído	Saldo líquido sem o efeito do custo atribuído em 31/12/2016
Edificações	19.793	(5.750)	14.043
Computadores e periféricos	2.155	(6)	2.149
Máquinas e equipamentos	2.014	(69)	1.945
Terrenos	14.809	-	14.809
Móveis e utensílios	2.645	(44)	2.601
Instalações	99	-	99
Veículos	199	-	199
Ferramentas	50	(2)	48
	41.764	(5.871)	35.893
Imobilizado em andamento	181	-	181
	41.945	(5.871)	36.074
	Imobilizado líquido em 31/12/2015	Exclusão dos efeitos do custo atribuído	Saldo líquido sem o efeito do custo atribuído em 31/12/2015
Edificações	19.837	(5.865)	13.972
Computadores e periféricos	2.046	(12)	2.034
Máquinas e equipamentos	2.116	(65)	2.051
Terrenos	14.809	-	14.809
Móveis e utensílios	3.210	(103)	3.107
Instalações	113	-	113
Veículos	274	-	274
Ferramentas	40	(2)	38
	42.445	(6.047)	36.398
Imobilizado em andamento	181	-	181
	42.626	(6.047)	36.579

15. Intangível

	Custo	31/12/2016 Amortização acumulada	Líquido	31/12/2015 Líquido
Concessão - água e esgoto	3.345.765	(837.039)	2.508.726	2.617.965
Intangível em andamento	389.355	-	389.355	373.543
	3.735.120	(837.039)	2.898.081	2.991.508
Softwares	5.773	(4.671)	1.102	1.046
Outorga - município de Juazeiro do Norte	2.400	(1.024)	1.376	1.448
Outorga - município de Frecheirinha	226	(69)	157	164
	8.399	(5.764)	2.635	2.658
	3.743.519	(842.803)	2.900.716	2.994.166



- (a) As adições ao intangível estão representadas substancialmente pela execução das seguintes obras: (i) Ampliação do Sistema de Reservação e Macrodistribuição de Água da Região Metropolitana Reservatório do Taquarã e Adutoras; (ii) execução das obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário das Sub-Bacias CD-1, CD-2 E CD-3 no município de Fortaleza - CE; (iii) Ampliação do Sistema Adutor da Ibiapaba; (iv) Serviços de Pressurização através de Captação Flutuante da ETA Gavião e (v) Execução dos Serviços de Expansão nos Sistemas de Água e Esgoto da Região Metropolitana Norte - UNMTN. Do total de adições, R\$6.624 é referente à capitalização de juros de empréstimos e financiamentos.
- (b) Em função da Companhia ter adotado como política contábil classificar em intangível em andamento os materiais técnicos que são de comum aplicação, tanto na construção de ativos como na manutenção de redes/sistemas existentes, por representarem o seu maior consumo/aplicação, as baixas ao intangível em andamento estão representadas parte pela aplicação de materiais na manutenção dos ativos da Companhia.
- (c) As transferências no período de doze meses ocorrem entre imobilizado e intangível no valor de R\$1.863.
- (d) Reclassificação para "Convênios - recursos aplicados" referente às obras realizadas com recursos provenientes do Governo do Estado e OGU.

A amortização da infraestrutura necessária para a operação das concessões leva em conta a vida útil dos ativos com base em estimativas feitas por técnicos. Dessa forma, os valores não amortizados dentro da concessão estão sendo considerados como ativo financeiro, em virtude de cláusula indenizatória existente nos contratos de concessão, conforme evidenciado na Nota 13.

A vida útil dos ativos da Companhia foi estimada por técnicos da empresa contratada, juntamente com os técnicos da Companhia que informaram a durabilidade de cada bem. Além disso foram realizadas pesquisas de mercado sobre a vida útil dos bens em empresas semelhantes à Companhia. Conforme mencionado na Nota 2.1, a Administração optou por adotar o custo atribuído em seus ativos financeiros, imobilizado e intangível, dessa forma deixou de aplicar, em caráter excepcional, o item 22 do ICPC 10 e item 31 do CPC 37. Com isso, conforme requerido pelo CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia demonstra a seguir o comparativo do saldo do intangível sem o impacto do custo atribuído, bem como o comparativo com os efeitos da opção pela adoção do custo atribuído, que refletem de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia, respeitando a faculdade prevista no item 19 do CPC 26.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como o período findo em 31 de dezembro de 2016, a não adoção do custo atribuído, conforme os termos do ICPC 10 - interpretação sobre a aplicação inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, contemplaria os seguintes efeitos, respectivamente:

	Intangível líquido em 31/12/2016	Exclusão dos efeitos do custo atribuído	Saldo líquido sem o efeito do custo atribuído em 31/12/2016
Concessão - água e esgoto Intangível em andamento	2.508.726	(778.238)	1.730.488
	389.355	-	389.355
	2.898.081	(778.238)	2.119.843
Softwares	1.102	-	1.102
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.376	-	1.376
Outorga - município de Frecheirinha	157	-	157
	2.635	-	2.635
	2.900.716	(778.238)	2.122.478
	Intangível líquido em 31/12/2015	Exclusão dos efeitos do custo atribuído	Saldo líquido sem o efeito do custo atribuído em 31/12/2015
Concessão - água e esgoto Intangível em andamento	2.617.965	(830.152)	1.787.813
	373.543	-	373.543
	2.991.508	(830.152)	2.161.356
Softwares	1.046	-	1.046
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.448	-	1.448
Outorga - município de Frecheirinha	164	-	164
	2.658	-	2.658
	2.994.166	(830.152)	2.164.014

## 16. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

## 17. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2016	31/12/2015
Moeda nacional		
Caixa Econômica Federal (i)	140.674	141.962
Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará (ii)	1.072	1.808
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (iii)	87.184	97.123
	228.930	240.893
Moeda estrangeira		
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (iv)	219.729	282.666
	448.659	523.559
Circulante	(56.100)	(58.479)
Não circulante	392.559	465.080

## (i) Caixa Econômica Federal

Tratam-se de contratos destinados à ampliação e melhoria da cobertura dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e elaboração de estudos e projetos. Estão sujeitos a encargos financeiros que correspondem a juros de 6% a 8% a.a. acrescidos de variação monetária com base na TR, taxa de risco de crédito de até 2% a.a. e taxa de administração variando de 1% a 2% a.a. O pagamento da última parcela ocorrerá em 2032. Foram oferecidos como garantia a arrecadação decorrente da receita de abastecimento de água e da prestação de serviços de esgotamento sanitário correspondente a cada município favorecido com recurso, no valor da dívida atualizada em cada data-base. No final de 2016 a Cagece fez um FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) tendo como operador a Caixa Econômica Federal, pelo prazo de 60 meses.

## (ii) Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará

Referem-se a convênios celebrados entre a Secretaria das Cidades e a Companhia, para repasses de recursos oriundos de financiamentos obtidos pelo Estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, ficando o Estado responsável pela amortização dos financiamentos, e reembolsado posteriormente pela Companhia nas mesmas condições dos contratos de financiamento entre o Estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, ou seja, encargos financeiros que correspondem a juros de 6,5% a 8% a.a. acrescidos de variação monetária com base na TR, taxa de risco de crédito de 2% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. O vencimento do último contrato será em março de 2021. Nessas operações foram oferecidos como garantia direitos creditórios depositados no Banco do Brasil e ainda bloqueio e repasse dos recursos decorrentes de arrecadação de receitas provenientes do Fundo de Participação do Estado (FPE).

## (iii) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

O Contrato nº10.2.2006.1 destina-se a ampliação da Estação de Tratamento de Água da Zona Oeste (ETA Oeste) e a execução de 11,8 km de adutora de água tratada, na Região Metropolitana de Fortaleza, bem como a ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra da Ibiapaba, no valor total de R\$155.620.

O Contrato nº12.2.0618.1 destina-se à ampliação do Ramal Sul do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra de Ibiapaba (SAA Ibiapaba), no valor total de R\$28.376.

Os encargos financeiros incidirão sobre o principal da dívida com juros de 1,81% a.a., mais Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o Contrato nº10.2.2006.1 e 2,71% a.a., mais Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o Contrato nº12.2.0618.1. O principal da dívida deverá ser pago em 90 prestações mensais sucessivas, tendo vencido a primeira em 15 de agosto de 2013 e a última prestação vencendo em 15 de janeiro de 2021.





Em decorrência dessa operação, a Companhia, dentre outros requisitos previstos no contrato de financiamento, deverá manter índices econômicos financeiros apurados anualmente com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O não cumprimento desses índices por dois semestres consecutivos implica em a Companhia oferecer garantias adicionais à Instituição ou vencimento antecipado da dívida. Na hipótese de descumprimento de qualquer obrigação contratual, por dois semestres consecutivos, a Companhia deverá constituir no prazo de 90 dias, contados da data da comunicação por escrito do BNDES, garantias adicionais, aceitas pelo BNDES.

A CAGECE entrou em default nos covenants financeiros dos empréstimos junto ao BNDES e notificou o Banco Depositário para o estabelecimento de reforço de garantia no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária.

Em 2 de julho de 2015, a CAGECE concluiu o processo de negociação inicial do reforço de garantia, sendo requerido pelo BNDES o aumento em 20% da receita cedida prevista nos referidos Contrato de Cessão Fiduciária, no montante de R\$3.811 (Contrato nº10.2.2006.1) e R\$805 (Contrato nº12.2.0618.1) e saldos finais a serem movimentados como receita cedida de R\$15.244 (Contrato nº10.2.2006.1) e R\$2.380 (Contrato nº12.2.0618.1).

Mesmo após a negociação inicial a Companhia continuou em default nos covenants dos empréstimos. Com isso em 25 fevereiro de 2016, a Administração do BNDES renegociou as penalidades contratuais previstas nos Contratos de Financiamento nos 10.2.2006.1 e 12.2.0618.1, autorizando a suspensão até 31/12/2017 da hipótese de descumprimento de índices econômico-

-financeiros e suas respectivas penalidades contratuais, sobretudo as que se referem ao vencimento antecipado dos contratos.

Durante o período de suspensão, será mantido o reforço de garantia de 20% sobre o valor da receita cedida, previsto como penalidade para a situação de menor risco de crédito. Dessa forma, em decorrência da autorização de suspensão do BNDES, a Companhia concluiu que os referidos contratos poderiam ser registrados no circulante e não circulante de acordo com seu prazo inicial de vencimento, não sendo necessária a sua reclassificação para o circulante.

(iv) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)  
Trata-se de recursos destinados ao projeto SANEAR - II, que tem por objetivo a ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água e implantação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos polos econômicos e turísticos do Estado do Ceará. O valor total do projeto está orçado em US\$ 327.345, sendo 31% desse valor financiado pelo BID e 69% aportados pelo Governo do Estado. Os encargos financeiros são calculados através de taxa variável, com previsão de 5% a.a. e comissão de crédito de 0,25% a.a. sobre o saldo não desembolsável do financiamento. O contrato foi assinado em 22 de outubro de 2004, com carência de cinco anos, para pagamento em 20 anos, em parcelas semestrais.

Os empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte movimentação:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	523.559	447.359
Novas liberações	16.052	30.562
Amortizações	(81.468)	(82.326)
Juros e variações monetárias	29.013	34.139
Transferências intangível – Juros capitalizados	6.624	-
Variação cambial	(45.121)	93.825
Saldo final	448.659	523.559

O montante classificado no passivo não circulante apresenta a seguinte composição por vencimento:

	31/12/2016	31/12/2015
2017	53.073	53.592
2018 - 2020	141.037	158.881
2021 - 2023	76.197	93.431
2024 - 2026	67.285	75.188
2027 - 2029	49.228	74.919
2030 - 2033	5.739	9.069
	392.559	465.080

## 18. Incentivo à aposentadoria - PRSP

### i) Composição

	31/12/2016	31/12/2015
Incentivo à aposentadoria - PRSP	60.941	92.881
Ajuste a valor presente	(11.104)	(21.274)
	49.837	71.607
Circulante	(18.741)	(20.264)
Não circulante	31.096	51.343

### ii) Movimentação

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	71.607	54.116
Pagamentos	(21.526)	(20.950)
Despesa financeira	7.486	8.293
Incrementos/(realizações)	(10.457)	43.006
Ajuste a valor presente	2.728	(12.858)
Saldo final	49.837	71.607

### iii) Cronograma de realização

	31/12/2016	31/12/2015
1 ano	18.741	20.264
Entre 1 e 2 anos	23.399	30.190
Entre 2 e 5 anos	7.665	21.084
Mais de 5 anos	32	69
	49.837	71.607

### a) PRSP

A Companhia implantou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP) através da norma interna SAD - 041 de 25 de abril de 2008, com o objetivo de proporcionar aos empregados da Companhia melhores condições de aposentadoria, recebendo benefícios temporários da Companhia, na forma do contrato de adesão celebrado entre as partes.

O Plano destinava-se aos empregados do quadro próprio, em que após obter a concessão de aposentadoria pelo INSS rescindir o contrato de trabalho com a Companhia, e o ex-empregado assume obrigatoriamente a condição de participante autopatrocinado da Cageprev, e assim fará jus aos benefícios do plano.

Dentre as composições do plano mencionadas na norma, há o pagamento de 10 salários de referência, em 36 parcelas iguais, além de assistência à saúde (médica e odontológica) do empregado e de seus dependentes, mediante continuidade dos planos atuais ou de outros sistemas que vierem a substituí-los, pelo período de seis anos, a partir da data do desligamento do empregado, com pagamento da parte patronal pela Companhia.

Passados 72 meses, os planos de saúde médico e odontológico serão pagos integralmente pelo ex-empregado.

Esses valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos seis anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente a uma taxa de 12,08%, correspondente à taxa WACC (Weighted Average Cost of Capital/Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia da data das demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2016, não foi constituída qualquer obrigação de benefício rescisório PRSP, tendo em vista que em 10 de janeiro de 2014 a Diretoria encerrou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP) constante na SAD - 041 a partir da data-base de 31 de dezembro de 2013.

### b) PRSP II

Em 10 de janeiro de 2014, a Diretoria Colegiada aprovou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP II) através da Norma Interna SAD - 065 (versão 1), com o objetivo de proporcionar aos empregados da Companhia condições de aposentar-se ou mesmo se desligar da Companhia por já se encontrar aposentado, recebendo benefícios financeiros temporários, na forma do requerimento de adesão celebrado entre as partes.

O presente plano destinou-se aos empregados do quadro próprio que atenderam às condições estabelecidas na norma, quais eram: ter idade igual ou superior a 56 anos até 30/04/2014; atender às exigências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quanto à idade e tempo de contribuição



necessários à aposentadoria ou mesmo já ser aposentado pelo INSS; ter ingressado como participante na Fundação Cagece de Previdência Complementar - Cageprev; estar inscrito na Gerência de Pessoas - GEPES para participação no plano, através de requerimento de adesão.

Os empregados que atendessem às seguintes condições poderiam aderir ao PRSP II no período de 3 de fevereiro a 30 de abril de 2014: (i) efetuar o requerimento de adesão até 30/04/2014; (ii) desligar-se da CAGECE, na data estabelecida pela Diretoria, a partir de 30/05/2014; (iii) obterem ou já tiverem obtido a concessão de aposentadoria pelo INSS; e (iv) assumirem obrigatoriamente a condição de participante autopatrocinado da Cageprev, e assim fará jus aos benefícios do plano.

O PRSP II concede os seguintes benefícios: (i) ressarcimento dos gastos com medicamentos de uso contínuo por seis (6) anos; (ii) pagamento de 15 (quinze) salários na rescisão contratual para o PRSP II, pagos em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas; (iii) incentivo financeiro de 30% do salário de referência para os empregados com salário de referência menor ou igual ao piso de INSS dividido por 0,8; (iv) em caso de falecimento do empregado inscrito no Plano, cuja adesão tenha sido deliberada pela Diretoria, será garantido o benefício aos dependentes legais deste; (v) assistência à saúde odontológica e médica (plano enfermária), por 6 (seis) anos para o empregado e 2 (dois) anos para seus dependentes já cadastrados. Ressalte-se que, conforme consta no item 2.4 do SAD em referência, o empregado que não rescindir o contrato de trabalho com a CAGECE na data estabelecida pela Diretoria será excluído do Plano, implicando na perda do benefício.

Os valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos seis anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente, a uma taxa de 12,08%, correspondente à taxa WACC (Weighted Average Cost of Capital/Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia da data das demonstrações contábeis.

#### 19. Provisão para contingências

	31/12/2016	31/12/2015
Causas cíveis	111.005	86.337
Depósito judicial vinculado - cíveis	(126)	(456)
Causas trabalhistas	11.472	11.266
Depósito judicial vinculado - trabalhistas	(2.385)	(4.448)
Causas tributárias	8.709	15.452
Depósito judicial vinculado - tributárias	(3.229)	(3.133)
	125.446	105.018
Circulante	(113.974)	(61.050)
Não circulante	11.472	43.968

A movimentação da provisão no ano está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2014	59.171	11.609	3.649	74.429
Adições	28.520	1.661	-	30.181
Juros	17.787	2.880	10.094	30.761
Baixas	(19.437)	(7.238)	-	(26.675)
Compensação com depósitos judiciais	(160)	(2.094)	(1.424)	(3.678)
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	85.881	6.818	12.319	105.018
Adições	8.744	1.409	-	10.153
Juros	23.867	101	-	23.968
Baixas	(7.943)	(1.305)	(6.743)	(15.991)
Compensação com depósitos judiciais	329	2.064	(95)	2.298
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	110.878	9.087	5.481	125.446

O montante de R\$125.446 decorre, principalmente, de: a) trabalhistas - ação judicial conjunta cobrando pagamento de horas extras e adicional de periculosidade; b) cível - ações judiciais cobrando diferenças de valores em decorrência das desapropriações e execuções das obras do canal do trabalhador; e c) tributárias - processo administrativo de Declaração de Compensação - Dcomp de débitos de PIS dos anos de 2002 e 2003 com crédito de saldo negativo de CSLL de 2001.

As provisões foram constituídas com base nas diversas causas judiciais surgidas no curso normal dos negócios, incluindo

causas cíveis e trabalhistas, e consideradas suficientes pela Companhia para cobrir eventuais desembolsos na hipótese de decisão desfavorável.

Esses valores são contabilizados mensalmente, conforme estimativa da Diretoria Jurídica da Companhia em relação aos processos com expectativa de perda "provável".

A estimativa de perda das causas judiciais e administrativas em andamento, com base no valor da causa, considerado pela Diretoria jurídica da Companhia, com probabilidade de perda possível, totaliza um valor de R\$36.404 (R\$37.270 em 31 de dezembro de 2015).

Por serem considerados com probabilidade de perda possível, não foram provisionados nas demonstrações contábeis. Seguem em destaque os processos de valores relevantes:

Processo nº		Esfera	Natureza	31/12/2016
0211039.14.2013.8.06.0001/0	(i)	Judicial	Cível	3.828
6713.38.2011.8.06.0171/0	(ii)	Judicial	Cível	1.000
387.54.2006.8.06.0101/0	(iii)	Judicial	Cível	1.199
0101878.85.2015.8.06.0167-0	(iv)	Judicial	Cível	1.502
0858261.89.2014.8.06.0001/0	(v)	Judicial	Cível	1.803
8029.57.2012.8.06.0137/0	(vi)	Judicial	Cível	1.000
0044591.85.2012.8.06.0001/0	(vii)	Judicial	Cível	2.684
0832790.71.2014.8.06.0001/0	(viii)	Judicial	Cível	1.927
0838743.16.2014.8.06.0001/0	(ix)	Judicial	Cível	2.476
500372.61.2011.8.06.0001/0	(x)	Judicial	Cível	1.139
Outros				17.846
				36.404

j. Ação cível em que a requerente solicita reconhecimento de débito e reparação de danos por parte da CAGECE em virtude de atrasos no pagamento das medições, não pagamento dos reajustes contratuais previstos, não pagamento de juros e correção monetária, pagamentos feitos em atraso e paralisações nas obras de recuperação da ETE do Residencial Tatu Mundê, implantação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Conjunto Açude da Viúva I e II e do sistema de esgotamento sanitário do Loteamento Urucutuba I e II, no Município de Fortaleza-Ce.

k. Ação cível em que o Município de Tauá solicita que seja reconhecido como de responsabilidade da CAGECE a deficiência no fornecimento de água. Requer assim que a CAGECE seja condenada a pagar indenização pelos danos causados.

l. Ação ordinária promovida contra o Município de Itapipoca, visando extinguir o crédito tributário referente ao ISS do período de agosto de 2001 a julho de 2002 e setembro de 2002 a agosto de 2004.

m. Ação de Execução Fiscal em desfavor da CAGECE, a qual é intimada da execução no valor de R\$2.761.649,88 pela promotora SAAE (Serviços Autônomos de Água e Esgoto de Sobral) referente aos Processos Administrativos nº016/2015, nº017/2015 e nº018/2015. A presente execução é lastreada pela Certidão da Dívida Ativa de natureza não tributária e tributária pelos saldos que se encontram em aberto pelos períodos. Inscrição nº54.768-8 - 12/2008 a 11/2014; Inscrição nº54.958-3 - 08/2006 a 11/2014 e Inscrição nº55.781-1- 04/2009 a 11/2014.

n. Ação cível em que a demandante que foi contratada no dia 03/07/2008 através de contrato para execução de obras e serviços, com fornecimento de equipamentos e materiais para ampliação de esgotamento sanitário da capital na Sub-Bacia SD-06. Declara, ainda, que durante todo o contrato, foram apresentadas 32 faturas, em que nenhuma destas a data do pagamento se deu conforme o contrato. Houve atrasos em algumas faturas em até 11 meses, causando vários danos. Requer, assim, que a CAGECE seja condenada a pagar os valores correspondentes com juros e correção monetária.

o. Ação ordinária alegando a prestação inadequada dos serviços e o descumprimento de cláusulas contratuais concernente à concessão parte da CAGECE.

p. Ação de rescisão contratual referente a serviços de execução do Emissário de Efluentes Industriais a ser implantado no Complexo Industrial do Porto do Pecém por parte da contratada.



- q. Ação civil pública com pedido de liminar objetivando a regularização do abastecimento de água e construção de sistema de esgotamento sanitário no Município de Hidrolândia, bem como a condenação da promovida ao pagamento de indenização por danos materiais e morais à coletividade.
- r. Ação condenatória para readequação de valores relativos a dissídios coletivos de contrato de serviço terceirizado.
- s. Ação de indenização ao proprietário de terreno por danos de desvalorização. O terreno foi adquirido, inicialmente, para ser construído uma estação de tratamento de esgoto, entretanto o terreno está sendo utilizado como poço, sem qualquer tratamento de esgoto.

## 20. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda diferido foi registrado à alíquota de 15%, com o adicional de 10%. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	31/12/2016			31/12/2015		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias						
Provisões para contingências	32.796	11.807	44.603	28.264	10.175	38.439
Provisões para perdas estoques	93	34	127	61	23	84
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.077	2.907	10.984	5.224	1.881	7.105
Prejuízo fiscal e saldo negativo	15.680	5.645	21.325	-	-	-
Total diferido ativo	56.646	20.393	77.039	33.549	12.079	45.628
Diferenças temporárias						
Varição cambial - exclusão regime de caixa	(10.625)	(3.825)	(14.450)	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(206.709)	(74.415)	(281.124)	(219.352)	(78.967)	(298.319)
Total diferido passivo	(217.334)	(78.240)	(295.574)	(219.352)	(78.967)	(298.319)
Total de imposto diferido líquido	(160.688)	(57.847)	(218.535)	(185.803)	(66.888)	(252.691)

## 21. Provisão atuarial benefício definido – Plano de saúde

A Cagece realizou avaliação atuarial anual para mensuração da obrigação de benefícios pós-emprego a seus empregados, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Pela avaliação e conciliação dos ativos e passivos foi verificada a existência de insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego de auxílio-saúde no valor de R\$6.568. Esse resultado foi divulgado em “Outros resultados Abrangentes”.

## 22. Capital social

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, pela emissão de até 50.000.000.000 (cinquenta bilhões) de ações, sendo 1/3 (um terço) desse total em ordinárias, e 2/3 (dois terços) em preferenciais. Caberá ao Conselho de administração indicar o número, a espécie e classe de ações a serem emitidas, respeitando o limite máximo de 2/3 (dois terços) de ações preferenciais, na composição do capital social realizado, o prazo para exercício do direito de preferência e, ainda, o preço de emissão de cada ação e as condições e prazo de integralização.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, porém, gozam de prioridade na distribuição de dividendos, e no reembolso do capital, no caso de dissolução da Companhia, direito à participação proporcional nas bonificações decorrentes de incorporação de reservas ou lucros, participação nos aumentos de capital, em igualdade de condições com os demais acionistas e na capitalização de todas as reservas. Para essas ações são garantidos dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso “I” do artigo 17 da Lei nº6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº10.303/2001.

A composição acionária da Companhia está assim demonstrada (quantidade de ações):

	31/12/2016 e 2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Estado do Ceará	148.702.011	38.515	148.740.526
Município de Fortaleza	18.882.102	-	18.882.102
Outros	294	18.169	18.463
	167.584.407	56.684	167.641.091

O Governo do Estado do Ceará, como acionista controlador, detém 88,59% do capital social votante da Companhia (2015: 88,59%), conforme composição discriminada abaixo (valor do capital):

	31/12/2016 e 2015			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Estado do Ceará	1.536.598	8.067	1.544.665	88,59%
Município de Fortaleza	195.113	-	195.113	11,19%
Outros	3	3.805	3.808	0,22%
	1.731.714	11.872	1.743.586	100,00%

## 23. Reserva de lucros

O montante registrado na conta de “Reserva de lucros” corresponde às reservas legal e estatutária, constituídas conforme Lei das Sociedades Anônimas e Estatuto da Companhia, e de incentivos fiscais, conforme a seguir:

- a) Reserva legal  
A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.
- b) Reserva estatutária  
A reserva estatutária é constituída anualmente como destinação de até 10% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva estatutária tem por fim ser usada para pesquisas e desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.
- c) Reserva de incentivos fiscais  
Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (incluindo pela Lei nº11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.
- Através do Laudo Constitutivo nº0156/2007, a Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE pronunciou-se favoravelmente ao pleito de ampliação de empreendimento de infraestrutura, resultando no incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado com base no lucro da exploração de tratamento e abastecimento de água, e referente à capacidade instalada incentivada de 409.291.728 m<sup>3</sup>/ano, a partir do ano-calendário de 2007, por um prazo de 10 anos, com término no ano-calendário de 2016.



## d) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à adoção de um novo custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados e intangíveis, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por empresa especializada, nos termos do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial.

	Saldo 31/12/2014	Realização	Saldo 31/12/2015	Realização	Saldo 31/12/2016
<b>Ativo não circulante</b>					
Ativo financeiro, imobilizado e intangível	1.079.368	(201.958)	877.410	(50.574)	826.836
<b>Passivo não circulante</b>					
Impostos diferidos	(366.985)	68.665	(298.320)	17.195	(281.125)
<b>Patrimônio líquido</b>					
Ajuste de avaliação patrimonial	712.383	(133.293)	579.090	(33.379)	545.711

## e) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal, bem como dos demais ajustes previstos no artigo 202 da Lei 6.404/76.

	2016	2015
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	130.283	(128.969)
Absorção de prejuízo acumulado	(120.605)	-
Base de cálculo da reserva legal	9.678	(128.969)
Reserva legal (5%)	(484)	-
Reserva de incentivos fiscais	(7.129)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	33.379	34.947
Base de cálculo para os dividendos	35.444	(94.022)
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	8.861	-

## 24. Informações por segmento

A Administração considera a Companhia como sendo uma única unidade geradora de caixa, apresentando também um único segmento operacional, apesar de desenvolver a prestação de serviço de tratamento e o fornecimento de água, a coleta e o tratamento de esgotamento sanitário em municípios localizados no Estado do Ceará, uma vez que:

- Apesar das receitas de água e esgoto serem distintas, pois são faturadas individualmente ao cliente de água e esgoto, apenas água, ou apenas esgoto, os custos correspondentes não podem ser segregados em função da existência de compartilhamento de redes/sistemas entre os municípios (subsídio cruzado);
- A tomada de decisão pelos gestores das operações da Companhia, relacionadas com o seu desempenho operacional, são efetuadas de forma conjunta - água e esgoto;
- Não existem, na presente data, informações financeiras individualizadas disponíveis acerca dos desembolsos de recursos vinculados à prestação de serviço de água e esgotamento sanitário, existindo apenas o controle individualizado pelo setor financeiro da Companhia acerca dos recebíveis oriundos de faturamento de clientes.

## 25. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro (prejuízo) antes do imposto	140.948	(156.786)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	47.922	(53.307)
Despesas indedutíveis	(10.528)	-
Realização do custo atribuído	17.196	18.002
Outras despesas não dedutíveis	882	71
Constituição (reversão) de provisões indedutíveis	6.165	(14.109)
Benefícios Fiscais	(967)	-
Outros itens	9.791	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	70.461	(49.343)
Incentivos fiscais de redução do imposto de renda	(7.129)	-
	63.332	(49.343)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(52.667)	(27.817)
Encargo fiscal	10.665	-
Alíquota efetiva	8%	0%

A alíquota de imposto média em 31 de dezembro de 2016 é de 8% (0% em 31 de dezembro de 2015).

## 26. Partes relacionadas

A Companhia manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

## a) Estado do Ceará

- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador.
- Repasses de recursos recebidos do Governo do Estado do Ceará, decorrentes do financiamento contratado pelo Governo junto à Caixa Econômica Federal, o qual vem sendo pago pela Companhia por força do Convênio celebrado entre a Secretaria das Cidades e a CAGECE (Nota 17.ii).

## b) Município de Fortaleza

- O município de Fortaleza, por meio da Lei Municipal nº8.716, de 6 de junho de 2003, e contrato assinado em 10 de outubro de 2003, concedeu, de forma onerosa e exclusiva, à Companhia, a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 30 anos. Em contrapartida, além dos compromissos de investimentos pactuados, o Estado transferiu ao Governo Municipal 22% de suas ações com direito a voto no momento da assinatura do contrato.
- A Companhia assumiu o compromisso de pagar mensalmente à Prefeitura pelo direito de exploração da concessão, o equivalente a 1,5% sobre o faturamento mensal direto de água e esgoto de Fortaleza. Essa remuneração, no exercício findo em 31 de dezembro 2016, correspondeu a R\$8.747 (R\$7.616 em 31 de dezembro de 2015) e está registrada na rubrica "custos dos serviços prestados da demonstração de resultado".
- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador.
- Cessão de funcionários no qual a Companhia paga aos órgãos do governo municipal pela disponibilização de profissionais. O valor pago corresponde à remuneração do profissional acrescida dos correspondentes encargos sociais.

## 27. Honorários da Administração

A Assembleia Geral ainda não procedeu à aprovação dos honorários da Administração para o ano de 2017, permanecendo até 31 de dezembro de 2016 os mesmos critérios anteriormente aprovados para 2016, sendo a remuneração dos Conselheiros Administrativos e Fiscais, no valor R\$5 mensais para cada Conselheiro, em atendimento à Instrução nº481 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Adicionalmente, a remuneração para os Administradores é de R\$12 mensais aos diretores e de R\$16 mensais ao presidente. O montante de remuneração pago pela Companhia a seus Conselheiros e aos Administradores, no trimestre findo em 31 de dezembro de 2016, totalizou em R\$2.618 (R\$2.587 em 31 de dezembro de 2015), registrado na rubrica "Despesas administrativas da demonstração de resultado".





## 28. Instrumentos financeiros

Considerando os termos da CVM nº550/08, a Companhia procedeu à avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de alto risco.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	31/12/2016 Valor Contábil	Valor justo	31/12/2015 Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Ativos financeiros - contratos de concessão	174.128	174.128	161.330	161.330
Contas a receber de clientes	224.898	224.898	165.170	165.170
Caixa e equivalentes de caixa	4.008	4.008	7.769	7.769
Depósitos vinculados a convênios	50.044	50.044	12.466	12.466
<b>Passivos financeiros</b>				
Incentivo à aposentadoria - PRSP	49.837	49.837	71.607	71.607
Empréstimos e financiamentos	448.659	451.721	523.559	540.658
Fornecedores	130.614	130.614	127.978	127.978
Obrigações com clientes	2.084	2.084	2.164	2.164

## Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (impairment) no caso de contas a receber estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Instituições  
financeiras

	Taxa contratual	Período de meses	Taxa de mercado
Caixa Econômica Federal	Juros de 6,5% a 8% + taxa adm de 1% ou 2% + risco de crédito de 0,3% a 1,7% + atualização monetária FGTS (TR)	4 a 208	9%
Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará	Juros de 6,5% a 8% + 2% taxa adm + 2% risco de crédito	13 a 83	9%
Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES)	i) Juros de 1,81% a.a. + TJLP; ii) 2,71% a.a. + TJLP	73	10,98%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	i) Juros de 3,69% a.a. + 1,15% (spread BID); ii) juros de 0,84% a.a. + 1,15% a.a. (Spread BID) + Mecanismo Unimonetário convertido via Libor	30	4,84% e 2,62%



## 29. Previdência complementar

Em 12 de fevereiro de 2004, a Portaria nº24 da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), órgão vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, autorizou o início das atividades da Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, fundação própria, tendo como única patrocinadora a Companhia.

A Cageprev é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo a constituição e administração de planos privados de benefícios previdenciários suplementares, assemelhado ao da previdência social, em favor de seus participantes e respectivos beneficiários, custeando todos os benefícios na modalidade de contribuição variável (regime financeiro de capitalização) e definida. Em linha com a modalidade definida, a Companhia faz contribuições à Cageprev de forma obrigatória e contratual. Portanto, a Companhia não possui qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou contribuições à Cageprev no montante de R\$2.996 (R\$2.842 em 31 de dezembro de 2015). A Cageprev encerrou 31 de dezembro de 2016 com 1.329 participantes (1.320 em 31 de dezembro de 2015), sendo 1.263 (1.265 em 31 de dezembro de 2015) ativos e 66 (55 em 31 de dezembro de 2015) assistidos e apresentando um patrimônio da ordem de R\$156.109 (R\$131.479 em 31 de dezembro de 2015).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas por empresa de consultoria atuarial, contratada pela Cageprev, a qual emitiu parecer datado de 01 de fevereiro de 2017, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela Administração da Cageprev. As principais premissas atuariais são as seguintes:

	31/12/2016 e 2015
Taxa real anual de juros	5,63% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	1% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	Não há
Tábua de mortalidade geral de válidos	AT-83

## 30. Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado através da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o período. As ações preferenciais possuem direito de 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias.

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Numerador</b>		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	130.239	(128.925)
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	44	(44)
	130.283	(128.969)
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações ordinárias	167.584	167.584
Média ponderada de número de ações preferenciais	57	57
	167.641	167.641
	31/12/2016	31/12/2015
<b>Resultado básico e diluído por ação (em R\$)</b>		
Ação ordinária	0,777	(0,770)
Ação preferencial	0,855	(0,846)

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro (prejuízo) básico e o diluído por ação são iguais.

## 31. Receitas de serviços

	31/12/2016	31/12/2015
Receita de serviços de abastecimento de água	869.877	671.686
Receita de serviços de esgotamento sanitário	298.071	247.849
Receita de construção	93.836	108.699
	1.261.784	1.028.234
Impostos sobre vendas	(108.353)	(85.904)
Receita líquida	1.153.431	942.330

## 32. Custos dos serviços prestados

	31/12/2016	31/12/2015
Insumos	(196.840)	(194.255)
Serviços	(176.886)	(176.592)
Depreciação e amortização	(136.186)	(68.837)
Pessoal	(94.049)	(88.724)
Materiais	(25.427)	(26.176)
Custos gerais	(19.919)	(22.159)
Concessão	(8.747)	(7.616)
Custos operacionais	(658.054)	(584.357)
(-) Créditos de PIS e COFINS	40.018	36.720
Custos operacionais líquidos	(618.036)	(547.637)
Custos de construção	(93.836)	(108.699)
	(711.872)	(656.336)

Serviços compreende os custos com serviços de manutenção e operação do sistema de água e esgoto, serviços prestados por terceiros, serviços técnicos profissionais, serviços de cortes e religações, serviços de vigilância do sistema e demais serviços.

A variação nos custos de Depreciação e Amortização foi em virtude da revisão da vida útil, ocorrida em 2015, dos bens registrados no grupo de contas contábeis "Adutoras e Canais", em atendimento ao CPC 27.

## 33. Despesas comerciais

	31/12/2016	31/12/2015
Serviços	(66.632)	(62.467)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(26.619)	(9.567)
Pessoal	(21.409)	(20.567)
Gerais	(4.723)	(3.690)
	(119.383)	(96.292)

## 34. Despesas administrativas

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	(92.916)	(116.442)
Serviços	(54.477)	(44.797)
Causas judiciais	(18.442)	(35.287)
Gerais	(9.918)	(11.368)
Tributária	(28.077)	(16.850)
Transportes	(7.300)	(6.150)
Depreciação e amortização	(2.598)	(3.043)
Honorários da administração	(2.618)	(2.587)
	(216.346)	(236.524)

A variação nas despesas com pessoal decorre principalmente dos seguintes fatores:

- (i) Plano de incentivo a aposentadoria - PRSP: no período de janeiro a setembro de 2015 ocorreram 23 adesões de colaboradores, enquanto que em 2016 ocorreu apenas uma adesão no mês de maio.

## 35. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.462	8.376
Receita de atualização do ativo financeiro (Nota 13)	15.112	8.960
Juros recebidos de clientes	10.010	8.482
Atualização monetária	4.575	2.722
Juros ativos	1.447	497
Variação cambial ativa	82.346	30.713
	117.952	59.750
Despesas financeiras		
Juros de financiamentos	(24.516)	(26.892)
Incentivo à aposentadoria - PRSP	(7.486)	(8.293)
Atualização monetária	(4.496)	(2.607)
Variação cambial passiva	(37.226)	(124.538)
Outras	(856)	(950)
	(74.580)	(163.280)
	43.372	(103.530)

## 36. Seguros

A Companhia adota política de não contratação de seguros para seus bens.

Fortaleza, 27 de março de 2017.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas

DIRETOR PRESIDENTE

Dario Sidrim Perini

DIRETOR DE GESTÃO CORPORATIVA

Francisco Josinete Souza Araújo

DIRETOR DE OPERAÇÕES

Cláudia Elizângela Caixeta Lima

DIRETORA DE MERCADO E UNIDADE DE NEGÓCIO DA CAPITAL

Helder dos Santos Cortez

DIRETOR DE UNIDADE DE NEGÓCIO DO INTERIOR

José Carlos Lima Asfor

DIRETOR DE ENGENHARIA

Sileno Kleber Guedes Filho

DIRETOR JURÍDICO

Francied Assis de Mesquita Ciriaco

DIRETOR DE PLANEJAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Adalberto Napoleão de Araújo Neto

SUPERINTENDENTE FINANCEIRO E DE ATIVOS

Flávia Liduína Costa Gurgel

GERENTE CONTÁBIL

André Lopes Camurça

CONTADOR – CRC-CE 014344/O-8

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no §1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Fortaleza, 27 de março de 2017.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas

DIRETOR PRESIDENTE

Dario Sidrim Perini

DIRETOR DE GESTÃO CORPORATIVA

Francisco Josinete Souza Araújo

DIRETOR DE OPERAÇÕES

Cláudia Elizângela Caixeta Lima

DIRETORA DE MERCADO E UNIDADE DE NEGÓCIO DA CAPITAL

Helder dos Santos Cortez

DIRETOR DE UNIDADE DE NEGÓCIO DO INTERIOR

Francied Assis de Mesquita Ciriaco

DIRETOR DE PLANEJAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

José Carlos Lima Asfor

DIRETOR DE ENGENHARIA

Sileno Kleber Guedes Filho

DIRETOR JURÍDICO

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE Fortaleza - CE

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada



“Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita a faturar

A receita a faturar corresponde ao fornecimento do serviço de água e esgotamento sanitário, entregue até a data do balanço e ainda não faturada ao consumidor, e é calculada com base na estimativa de consumo dos clientes neste período. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$60.305 mil em 31 de dezembro de 2016 e está divulgado na nota explicativa nº8 às demonstrações contábeis.

O cálculo da receita não faturada é significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às subjetividades atreladas ao processo de estimativa, que requer julgamento por parte da Administração na determinação das premissas utilizadas, principalmente na estimativa de consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Dentre outros procedimentos, avaliamos o desenho e a eficácia dos controles internos sobre o cálculo da receita a faturar, incluindo a compreensão e documentação do processo de estimativa e das premissas utilizadas pela Administração. Efetuamos o recálculo do saldo de receita a faturar em 31 de dezembro de 2016, levando em consideração o número de dias não faturados em relação a data de fechamento do mês e avaliamos se estes saldos não faturados estão consistentes com os saldos faturados no mês subsequente. Adicionalmente, avaliamos a movimentação trimestral da receita a faturar durante o exercício, analisando flutuações que não estejam alinhadas às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento da Companhia e da indústria.

Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada.

Recuperabilidade dos ativos financeiros e intangíveis decorrentes de contratos de concessão

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui saldo de ativos financeiros e ativos intangíveis, decorrentes de contratos de concessão, nos valores de R\$174.128 mil e R\$2.900.716 mil, respectivamente, conforme divulgados nas notas explicativas nº13 e nº15.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores envolvidos, a complexidade e alto grau de subjetividade no processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos financeiros e intangíveis, que é baseado em diversas premissas, tais como: a determinação da unidade geradora de caixa, taxas de desconto, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia para anos futuros. Estas projeções são elaboradas com base em premissas que são afetadas por expectativas futuras em relação as condições econômicas e de mercado.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro da unidade geradora de caixa. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos financeiros e intangíveis decorrentes dos contratos de concessão.

Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Conforme divulgado na nota explicativa 19, a Companhia possui diversos processos fiscais, trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujo valor agregado totaliza R\$36.404 mil, que foram classificados como perda possível e, portanto, sem provisão constituída em 31 de dezembro de 2016.

Algumas leis e regulamentos no Brasil têm graus de complexidade elevados e, portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes relativos aos processos e/ou, em certos casos, aderência às leis e regulamentos requerem julgamento profissional por parte da Administração de Companhia e de seus consultores jurídicos. Devido à relevância, complexidade e grau de julgamento envolvidos neste processo, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes, bem como aqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos. Adicionalmente avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, bem como dados e informações históricas. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas na nota explicativa às demonstrações contábeis mencionada anteriormente.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está consistente com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.





Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 27 de março de 2017.

Ernst & Young  
AUDITORES INDEPENDENTES S.S.  
CRC-2SP015199/F-6  
Carlos Santos Mota Filho  
CONTADOR CRC-PE 020728/O-7-T-CE

#### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no §1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram,

discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, relativamente às demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Fortaleza, 27 de março de 2017.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas  
DIRETOR PRESIDENTE  
Dario Sidrim Perini  
DIRETOR DE GESTÃO CORPORATIVA  
Francisco Josinete Souza Araújo  
DIRETOR DE OPERAÇÕES  
Cláudia Elizângela Caixeta Lima  
DIRETORA DE MERCADO E UNIDADE DE NEGÓCIO DA  
CAPITAL  
Helder dos Santos Cortez  
DIRETOR DE UNIDADE DE NEGÓCIO DO INTERIOR  
Francied Assis de Mesquita Ciriaco  
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS  
José Carlos Lima Asfor  
DIRETOR DE ENGENHARIA  
Sileno Kleber Guedes Filho  
DIRETOR JURÍDICO

#### PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Os membros do Conselho de Administração da Companhia de Água e Esgoto do Ceará-CAGECE, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, Parecer dos Auditores Independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, datado de 27 de março de 2017, e concluíram que estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Fortaleza, 27 de março de 2017.

Jesuvaldo Pereira Farias  
PRESIDENTE  
Neurisangelo Cavalcante de Freitas  
MEMBRO  
Fernando Matos Santana  
MEMBRO  
Manoel Gomes de Farias Neto  
MEMBRO  
Alceu de Castro Galvão Júnior  
MEMBRO  
José Elcio Batista  
MEMBRO

#### PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e Parecer dos Auditores Independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, datado de 27 de março de 2017. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos apresentados pelo representante da auditoria, concluíram que as Demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza, 27 de março de 2017.

Fernando José Alves dos Santos  
CONSELHEIRO EFETIVO  
Bruno César Braga Araripe  
CONSELHEIRO EFETIVO  
Eduardo Fontes Hotz  
CONSELHEIRO EFETIVO  
Ítalo Alves de Andrade  
CONSELHEIRO EFETIVO  
Karla Cardoso de Alencar Forte  
CONSELHEIRA EFETIVA

\*\*\* \*\*





## COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS

**PORTARIA Nº062/2017-DPR** - O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de participar da operação do Metrô de Sobral, concedendo-lhes diárias e passagens terrestres, de acordo com o artigo 3º; alínea b, §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10 do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária do METROFOR. COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, em Fortaleza, 10 de abril de 2017.

Eduardo Fontes Hotz  
DIRETOR-PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº062/2017-DPR DE 10 DE ABRIL DE 2017

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			PASSAGEM	TOTAL
						QUANT.	VALOR	TOTAL		
André Luiz Cavalcante Mota	Assistente Operacional	10240	V	15.04.2017 a 14.05.2017	Fortaleza/Sobral/Fortaleza	29,5	61,33	2.171,09	80,00	2.251,09
Antônio Narciso Monteiro Matos	Auxiliar Operacional	10178	V	15.04.2017 a 14.05.2017	Fortaleza/Sobral/Fortaleza	29,5	61,33	2.171,09	80,00	2.251,09
Raimundo Sérvulo Nogueira de Andrade	Assistente de Segurança	10135	V	15.04.2017 a 14.05.2017	Fortaleza/Sobral/Fortaleza	29,5	61,33	2.171,09	80,00	2.251,09
Edilson Marcos de Araújo Farias	Assistente de Segurança	10149	V	15.04.2017 a 14.05.2017	Fortaleza/Sobral/Fortaleza	29,5	61,33	2.171,09	80,00	2.251,09
João Anchieta da Silva	Assistente de Segurança	10154	V	15.04.2017 a 14.05.2017	Fortaleza/Sobral/Fortaleza	29,5	61,33	2.171,09	80,00	2.251,09
Antônio Gilberto Santos de Oliveira	Assistente de Segurança	10133	V	15.04.2017 a 14.05.2017	Fortaleza/Sobral/Fortaleza	29,5	61,33	2.171,09	80,00	2.251,09
Carlos Sidney Rodrigues Amorim	Assistente de Segurança	10318	V	15.04.2017 a 14.05.2017	Fortaleza/Sobral/Fortaleza	29,5	61,33	2.171,09	80,00	2.251,09

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº063/2017-DPR** - O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, no uso da atribuição que lhe confere no art.78, combinado com o art.120 da Lei Nº9.809 de 18 de dezembro de 1973, RESOLVE AUTORIZAR, nos termos do inciso I do art.123, da citada Lei, e de acordo com o previsto no manual de suprimento de fundos aprovado em Reunião de Diretoria realizada em 27.04.2000, a entrega mediante **SUPRIMENTO DE FUNDOS**, a **ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA**, exercente do Cargo de Analista de Gestão, Nível (N1), da Estrutura Organizacional do METROFOR, matrícula nº10310, lotado na Gerência de Material Rodante e Oficinas - GEMOF, a importância de R\$1.200,00 (hum mil e duzentos reais). Os recursos a serem aplicados correrão por conta de despesas do orçamento do METROFOR, referente ao exercício financeiro de 2017. A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar a 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do seu recebimento, devendo a despesa ser comprovada 15 (quinze) dias após concluído o prazo de aplicação. COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, em Fortaleza, 10 de abril de 2017.

Eduardo Fontes Hotz  
DIRETOR-PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº064/2017-DPR** - O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **PAULO CÉSAR LIMA PARENTE**, ocupante do cargo de Gerente de Tecnologia da Informação, matrícula nº00222, desta Economia Mista, a **viajar** à cidade de Sobral-CE, no período de 10.04.2017 a 12.04.2017, com a finalidade de realizar visita técnica ao Metrô de Sobral, para verificar manutenção dos rádios e sistema de bilhetagem, concedendo-lhe 2,5 (duas e meia) diárias no valor unitário de R\$77,10 (setenta e sete reais e dez centavos), acrescidos de 20% (vinte por cento), no valor total de R\$231,30 (duzentos e trinta e um reais e trinta centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea b do art.4º, §1º, art.5º e seu §1º, art.10º; classe III do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de Outubro de 2011, publicado no Diário Oficial do Estado, em 27 de Outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária do METROFOR. COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, em Fortaleza, 10 de abril de 2017.

Eduardo Fontes Hotz  
DIRETOR-PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº065/2017-DPR** - O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **JOSÉ TUPINAMBÁ CAVALCANTE DE ALMEIDA**, ocupante do cargo de Diretor de Gestão Empresarial, matrícula nº00214, desta Economia Mista, a **viajar** à cidade de Sobral-CE, no dia 12.04.2017, com a finalidade de realizar visita técnica ao Metrô de Sobral, concedendo-lhe 0,5 (meia) diária no valor unitário de R\$77,10 (setenta e sete reais e dez centavos), acrescidos de 20% (vinte por cento), no valor total de R\$46,26 (quarenta e seis reais e vinte e seis centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea a do art.4º, §1º, art.5º e seu §1º, art.10º; classe III do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de Outubro de 2011, publicado no Diário Oficial do Estado, em 27 de Outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária do METROFOR. COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, em Fortaleza, 11 de abril de 2017.

Eduardo Fontes Hotz  
DIRETOR-PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**CNPJ 02.003.575/0001-93**  
**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,  
A Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR, em cumprimento à legislação vigente, submete à apreciação de V.Sas. Demonstrações Contábeis acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2016.

O METROFOR vem realizando sua função institucional, conjugada com as políticas públicas do Governo Estadual, está em permanente busca da formação de um serviço público eficaz, transparente e altamente capacitado.

Celebrado em 27 de junho de 2013, Termo de Compromisso nº001/2013 com a União visando à continuidade da Implantação do Projeto Metrofor – Linha Sul, no montante de R\$99.251.597,53, sendo R\$94.251.597,53 de Recursos da União e R\$5.000.000,00 de Contrapartida do Estado.

Para a conclusão dos sistemas fixos do Projeto da Linha Sul, também foi assinado o Termo de Compromisso nº001/2014, em 19 de setembro de 2014, garantindo o montante de R\$191.800.000,00, sendo R\$150.000.000,00 de Recursos da União e R\$41.800.000,00 de Contrapartida do Governo do Estado do Ceará.

Relativo a Linha Sul, durante o exercício 2016, não houveram repasses do Governo Federal, desta forma, visando a não paralisação das obras e serviços, o Estado do Ceará arcou com as despesas do Termo de Compromisso nº001/2013, uma vez que, a conta específica da União

estava sem recursos desde meados de 2015, os desembolsos se referiram à Obras Civas do Emboque do Túnel da Pe. Cícero, Obras Civas Complementares, Obras Civas de Acessibilidade nas Estações, Sistema de Energia de São Benedito e CCO, Sistema de Bilhetagem Eletrônica e Gerenciamento, totalizando despesas no montante de R\$12.817.680,70 de recursos do Estado por falta de repasse da União e de R\$312.983,20 de contrapartida de recursos do Estado.

Com relação ao Termo de Compromisso nº001/2014, em 2016 foram investidos R\$54.024.233,89, sendo todo o recurso oriundo da União, com repasse ocorrido em exercícios anteriores, investidos no fornecimento de sistemas fixos da Linha Sul.

A operação comercial da Linha Sul do Metrô de Fortaleza teve seu início em 01 de outubro de 2014, no horário de 05h30min as 19h00min, no trecho completo entre o Centro de Manutenção em Vila das Flores-Pacatuba e a Estação Chico da Silva no centro de Fortaleza, tendo sido transportado em 2016 4.516.461 passageiros com média mensal de 451.646 passageiros.

A operação do Sistema de VLTs na Linha Oeste (entre os municípios de Fortaleza e Caucaia), transportou 1.883.253 passageiros em 2016, perfazendo uma média mensal de 156.938 passageiros.

Com relação ao Metrô do Cariri transportamos no ano de 2016, 365.059 passageiros, representando uma média mensal de 33.187 passageiros.

Com relação ao Metrô de Sobral, tem uma extensão de 13,9 km e 12 estações, 1 Oficina, Centro Administrativo e de Controle Operacional, além de 5 VLTs de 2 carros cada, tendo entrado em operação comercial no final de dezembro de 2016 no horário de 05:30 às 19:00h.

Finalizando, agradecemos a todos que direta ou indiretamente contribuíram para o bom desempenho de nossas atividades.

Fortaleza, 31 de Janeiro de 2017

A DIRETORIA

CNPJ 02.003.575/0001-93  
BALANÇO PATRIMONIAL  
Em R\$(Reais)

ATIVO			PASSIVO		
	31.12.2016	31.12.2015		31.12.2016	31.12.2015
ATIVO CIRCULANTE	34.951.248,75	83.561.413,97	PASSIVO CIRCULANTE	10.281.599,23	21.483.082,87
CAIXA E EQUIVALENTES	28.497.054,75	77.503.911,89	Fornecedores Nacionais	6.766.749,18	18.142.354,20
Bancos C/Movimento	67.936,50	100.275,69	Obrigações Trabalhistas	828.616,67	737.347,11
Aplicações Financeiras	28.429.118,25	77.403.636,20	Obrigações Tributárias	1.961.204,99	887.201,13
Credores por Caução	123.727,48	116.668,68			
CRÉDITOS	6.454.194,00	6.057.502,08	Provisões Férias e Encargos	507.184,22	1.560.533,38
Impostos a Recuperar	2.016.722,16	2.193.514,62	Obrigações com Convênios	20.665,40	22.264,54
Adiantamentos	220.109,57	205.778,34	Títulos a Pagar	73.451,29	16.713,83
Contas a Receber	157.018,97	55.332,20			
Almoxarifado	3.951.787,78	3.602.876,92			
Despesas Antecipadas	4.022,00	-			
Devedores Diversos	104.533,52	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	724.402.471,42	737.897.007,78
Créditos de Terceiros	489.675,41	489.675,41			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.867.579.015,92	1.857.457.799,31	Provisões Passivos Contingentes	19.746.402,37	15.290.362,94
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.989.217,92	5.076.435,42	Subvenções para Investimentos	704.166.393,64	722.116.969,43
Depósitos Judiciais	5.989.217,92	5.076.435,42			
INVESTIMENTOS	1.000,00	1.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.167.846.194,02	1.181.639.122,63
IMOBILIZADO	1.829.371.269,75	1.816.009.284,64	Capital Social	1.298.105.000,00	1.298.105.000,00
INTANGÍVEL	27.508,22	27.508,22	Adto p/Futuro Aumento Capital	402.341.450,65	264.884.427,40
DIFERIDO	32.190.020,03	36.343.571,03	(-) Prejuízos Acumulados	(532.600.256,63)	(381.350.304,77)
TOTAL GERAL DO ATIVO	1.902.530.264,67	1.941.019.213,28	TOTAL GERAL DO PASSIVO	1.902.530.264,67	1.941.019.213,28

Fortaleza, 31 de dezembro de 2016.

José Tupinambá Cavalcante de Almeida  
DIRETOR DE GESTÃO EMPRESARIAL  
Eduardo Fontes Hotz  
DIRETOR PRESIDENTE  
José Cid de Menezes  
CONTADOR - CRC-CE 9599/CE

CNPJ 02.003.575/0001-93

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
Em R\$(Reais)

	31.12.2016	31.12.2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	14.140.657,45	11.036.139,50
Receita dos Transportes Ferroviários	14.140.657,45	11.036.139,50
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	(282.813,15)	(220.722,79)
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13.857.844,30	10.815.416,71
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS	(98.895.954,85)	(84.339.370,45)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(85.038.110,55)	(73.523.953,74)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(92.045.826,60)	(89.454.818,19)
Despesas Gerais e Administrativas	(16.965.121,60)	(15.399.664,58)
Despesas Tributárias	(989.690,31)	(470.173,20)
Depreciações e Amortizações	(69.436.875,79)	(69.050.842,14)
Provisões p/Contingências	(4.693.076,36)	(4.534.138,27)
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	864.163,78	(312.411,65)
Receitas Financeiras	903.101,24	464.900,62
Despesas Financeiras	(38.937,46)	(777.312,27)
(+/-) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	24.969.821,51	24.615.276,81
(=) RESULTADO OPERACIONAL	(151.249.951,86)	(138.675.906,77)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(151.249.951,86)	(138.675.906,77)
PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO	(0,12)	(0,11)

Fortaleza, 31 de dezembro de 2016.

José Tupinambá Cavalcante de Almeida  
DIRETOR DE GESTÃO EMPRESARIAL  
Eduardo Fontes Hotz  
DIRETOR PRESIDENTE  
José Cid de Menezes  
CONTADOR - CRC-CE 9599/CE



CNPJ 02.003.575/0001-93

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Atividades Operacionais	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo Líquido	(151.249.951,86)	(138.675.906,77)
Ajustes ao Prejuízo		
Depreciação e Amortização	69.436.875,79	69.050.842,14
Valor residual dos bens baixados	(11.061,03)	-
Provisão de contingências	4.456.039,43	4.416.912,56
Prejuízo Líquido Ajustado	(77.368.097,67)	(65.208.152,07)
Variação nas contas do Ativo e Passivo		
Impostos a recuperar	176.792,46	(2.020.320,66)
Adiantamentos	(14.331,23)	864,83
Contas a receber	(101.686,77)	26.204,60
Estoques	(348.910,86)	(10.297,79)
Despesas antecipadas	(4.022,00)	9.298,43
Devedores diversos	(104.533,52)	160.097,77
Depósitos Judiciais	(912.782,50)	(1.443.417,57)
Fornecedores	(11.375.605,02)	9.448.467,94
Obrigações trabalhistas	91.269,56	(1.122.449,61)
Obrigações tributárias	1.074.003,86	(889.260,62)
Credores por caução	7.058,80	(152.693,01)
Valores a pagar	-	(22.471,76)
Provisões Férias e Encargos	(1.053.349,16)	(161.691,91)
Obrigações com convênios	(1.599,14)	8.912,88
Títulos a pagar	56.737,46	(10.320,04)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(89.879.055,73)	(59.943.811,02)
Atividades de Investimento		
Aquisições e gastos do imobilizado	(78.634.248,87)	(83.154.100,97)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(78.634.248,87)	(83.154.100,97)
Atividades de Financiamento		
Créditos de acionista para futuro aumento de capital	137.457.023,25	124.015.498,33
Subvenções recebidas	(17.950.575,79)	93.650.845,46
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	119.506.447,46	216.222.926,22
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(49.006.857,14)	73.125.014,23
<b>VARIAÇÃO LÍQ.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(49.006.857,14)</b>	<b>73.125.014,23</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	77.503.911,89	4.378.897,66
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do período	28.497.054,75	77.503.911,89

Fortaleza, 31 dezembro de 2016.

José Tupinambá Cavalcante de Almeida  
DIRETOR DE GESTÃO EMPRESARIAL  
Eduardo Fontes Hotz  
DIRETOR PRESIDENTE  
José Cid de Menezes  
CONTADOR – CRC-CE 9599

CNPJ 02.003.575/0001-93

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ITENS	CAPITAL SUBSCRITO/ INTEGRALIZADO	ADIANTAMENTO P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
Saldos em 31.12.2014	1.298.105.000,00	140.868.929,07	(242.674.398,00)	1.196.299.531,07
Créditos de acionistas para futuro aumento de capital	-	124.015.498,33	-	124.015.498,33
Prejuízo do exercício em 31/12/2015	-	-	(138.675.906,77)	(138.675.906,77)
Saldos em 31.12.2015	1.298.105.000,00	264.884.427,40	(381.350.304,77)	1.181.639.122,63
Créditos de acionistas para futuro aumento de capital	-	137.457.023,25	-	137.457.023,25
Prejuízo do exercício em 31/12/2016	-	-	(151.249.951,86)	(151.249.951,86)
Saldos em 31.12.2016	1.298.105.000,00	402.341.450,65	(532.600.256,63)	1.167.846.194,02

Fortaleza, 31 dezembro de 2016.

José Tupinambá Cavalcante de Almeida  
DIRETOR DE GESTÃO EMPRESARIAL  
Eduardo Fontes Hotz  
DIRETOR PRESIDENTE  
José Cid de Menezes  
CONTADOR – CRC-CE 9599



NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EXERCÍCIO 2016

### 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR, foi criada através da Lei Estadual nº12.682 de 02.05.97, alterada pela Lei nº13.410 de 15.12.2003, sob a forma de Sociedade Anônima de Economia Mista, tendo por missão o planejamento, a construção, a implantação, a exploração, a operação e a manutenção de obras e serviços de transporte de passageiros e/ou cargas sobre trilhos ou guiados, no Estado do Ceará e nas áreas vizinhas que possam ser a ele integrados, bem como todas as atividades conexas.

### 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### 2.1 - Base para preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações nas práticas contábeis promovidas pela Lei nº11.638/07 e nº11.941/09, abrangendo os Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Para atender as exigências das práticas contábeis e com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a companhia concluiu que não é aplicável, para o grupo do realizável e exigível a longo prazo, o ajuste a valor presente como para os outros saldos classificados nos ativos e passivos. Desta forma as demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, em geral, como base de valor. Completa que os valores são condizentes com as condições econômicas de mercado e sem riscos nas entidades envolvidas.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas. Com relação à Correção Monetária das Demonstrações Contábeis - De acordo com o art.4º da Lei nº9.249 de 26.11.95, deixou-se de efetuar a correção monetária do Balanço Patrimonial, a partir de 01.01.96.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

### 3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

#### 3.1. Caixa e Equivalentes

Representam as contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, realizáveis em até 90 (noventa) dias e são demonstrados pelo custo mais as atualizações, as quais se aproximam do valor de mercado, devido à natureza de curto prazo dos investimentos.

#### 3.2. Impostos a Recuperar

A Companhia possui valores de natureza tributária passíveis de recuperação tanto por meio de compensação, como por ressarcimento ou simples dedução. São créditos decorrentes de Imposto de Renda incidentes sobre os rendimentos de aplicações financeiras que na apuração do exercício configuram-se como Saldo Negativo do Imposto de Renda.

#### 3.3. Estoques

Os estoques de materiais de consumo (almoarifado) foram avaliados pelos custos médios de aquisição, os quais não superam o preço de venda estimado.

#### 3.4 Investimento

Representa investimento em obra de arte e está registrada pelo custo de aquisição.

#### 3.5. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição e construção, deduzido pela depreciação acumulada. A depreciação foi calculada pelo método linear, com taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens em uso.

#### 3.6. Intangível

O ativo intangível é formado pelo valor da marca, que se encontra registrado e avaliado pelo custo de aquisição.

#### 3.7. Diferido

Representa saldo, do exercício de 2007, de despesas pré-operacionais, caracterizado no conceito de ativo diferido, que não foi possível ser reclassificado no ativo imobilizado. Em conformidade como o

pronunciamento CPC nº13, a administração decidiu por manter esse saldo no grupo de contas e iniciou em outubro de 2014 sua amortização.

#### 3.8. Outros ativos circulante e não circulante

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e provisão para perda, quando julgada necessária. São reconhecidos pelo regime de competência.

#### 3.9. Passivos circulante e não circulante

Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, quando aplicável. São reconhecidos pelo regime de competência.

#### 3.10. Apuração dos Resultados

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, destacando-se os seguintes procedimentos:

- Aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços, que não supera o seu valor de presente;
- Os encargos sobre férias foram reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição;
- A receita operacional de venda de bilhetes é reconhecida com base nos valores arrecadados nas bilheteria;

### 4 – COMPOSIÇÕES DAS PRINCIPAIS RUBRICAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

#### 4.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação são igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo:

Descrição	Disponível	
	2016	2015
Banco conta Movimento	67.936,50	100.275,69
Aplicações Financeiras	28.429.118,25	77.403.636,20
<b>Total</b>	<b>28.497.054,75</b>	<b>77.503.911,89</b>

#### 4.2 – Bancos Conta Movimento

Descrição	Bancos Conta Movimento	
	2016	2015
Bco do Brasil – 1.701.750-5	9.763,65	-
Bco do Brasil – Desap. Linha Sul 24.377-9	11,00	17,50
Caixa Econômica Federal – JK/Pe.Cicero – 3591	58.150,85	100.240,69
Bco do Brasil – 26.350-8 – VLT's-BNDES	11,00	17,50
<b>Total</b>	<b>67.936,50</b>	<b>100.275,69</b>

#### 4.3 – Aplicações Financeiras

Descrição	Aplicações Financeiras	
	2016	2015
Bco do Brasil – FAC 21.532-5 – Recursos Próprios	1.235.209,36	257.477,38
Bco do Brasil – 1.701.750-5 AP – Custeio	3.819.873,06	4.796.002,50
Bco do Brasil – 24.377-9 – Aplicação Estado	3.983,12	4.186,22
Bco do Brasil – 26.350-8 – Apl. VLT's-BNDES	57,89	147,40
Bco do Brasil – Conv.Rec. União-Aplic. 26.346-X	-	95.481,27
Bco do Brasil – Rec.CBTU/União-L.Sul-26.946-8-Aplic	21.823.907,27	70.635.904,58
Bco do Brasil – Custeio/Encargos – 27098-4-Aplic	1.546.087,55	1.614.436,85
<b>Total</b>	<b>28.429.118,25</b>	<b>77.403.636,20</b>

#### 4.4 – Impostos a Recuperar

Descrição	Impostos a Recuperar	
	2016	2015
Imposto de Renda a Recuperar	2.016.722,16	2.193.514,62

O IRRF a Recuperar é originado a partir dos valores incidentes sobre rendimentos de aplicações financeiras.





## 4.5 – Almoxarifado

Almoxarifado		
Descrição	R\$	
	2016	2015
Almoxarifado Administrativo	80.155,62	114.248,83
Almoxarifado Operacional	3.871.632,16	3.488.628,09
<b>Total</b>	<b>3.951.787,78</b>	<b>3.602.876,92</b>

## 4.6 – Depósitos Judiciais

Os valores constantes como Depósitos Judiciais, correspondem aos depósitos judiciais de causas trabalhistas de empregados e cíveis, para garantir eventuais recursos aos processos em andamento, conforme abaixo:

Descrição	R\$	
	2016	2015
Ações Trabalhistas	4.702.441,23	4.097.678,16
Ações Cíveis	1.286.776,69	978.757,26
<b>Total</b>	<b>5.989.217,92</b>	<b>5.076.435,42</b>

## 4.7 – Imobilizado

Descrição	Imobilizado		Residual	2015		Taxa Anual de Depreciação
	Custo	Depreciação		Residual	Residual	
Terrenos	24.268.558,64	-	24.268.558,64	24.179.681,92	-	
Móveis e Utensílios	2.979.942,07	(1.049.073,15)	1.930.868,92	2.219.006,30	10%	
Edif. e Dependências	1.264.905.287,64	(105.852.265,70)	1.159.053.021,94	1.107.334.996,59	4%	
Veículos Rodoviários	1.165.355,35	(1.083.900,11)	81.455,24	196.153,18	10%	
Apar., Equip. Telec.	401.307,33	(184.598,01)	216.709,32	247.860,58	10%	
E. de Proc. de Dados	1.641.225,97	(1.231.023,16)	410.202,81	381.050,78	20%	
Máq. e Eq. Diversos	3.232.552,52	(1.281.632,22)	1.950.920,30	2.194.671,07	10%	
Instal. de Escritório	1.845,75	(1.845,75)	-	-	10%	
S. Aplic. - Softwares	69.812,82	(69.812,82)	-	-	20%	
Veículos Ferroviários	102.367.067,02	(44.331.649,91)	58.035.417,11	69.460.607,07	20%	
Estações e Terminais	14.255,81	(8.220,96)	6.034,85	6.605,09	10%	
Obras de Arte	5.285.438,86	(2.152.339,39)	3.133.099,47	3.291.002,43	10%	
Sinaliz. e Comunic.	104.940.954,41	(10.471.431,01)	94.469.523,40	98.869.901,20	10%	
Superest. de Linha	47.906.089,97	(7.361.438,40)	40.544.651,57	37.299.274,84	10%	
Leito de Linha	1.343.847,45	(123.810,23)	1.220.037,22	1.245.501,34	10%	
Obras em Andamento	444.050.768,96	-	444.050.768,96	469.082.972,25	-	
<b>Total</b>	<b>2.004.574.310,57</b>	<b>(175.203.040,82)</b>	<b>1.829.371.269,75</b>	<b>1.816.009.284,64</b>		

A movimentação nos exercícios pode ser assim resumidamente apresentada:

## Movimentação do Imobilizado

Descrição	Saldo Anterior (2015)	Adições	Transferências e Baixas	Saldo Atual (2016)
Terrenos	24.179.681,92	456.303,86	(367.427,14)	24.268.558,64
Móveis e Utensílios	2.988.320,82	1.877,99	(10.256,74)	2.979.942,07
Edif. e Dependências	1.166.527.346,93	98.377.940,71	-	1.264.905.287,64
Veículos Rodoviários	1.261.328,44	-	95.973,09	1.165.355,35
Apar., Equip. Telec.	400.757,33	550,00	-	401.307,33
Equip. de Proc. de Dados	1.602.807,41	198.667,34	(160.248,78)	1.641.225,97
Máq. e Eq. Diversos	3.184.377,15	59.500,00	(11.324,63)	3.232.552,52
Instal. de Escritório	1.845,75	-	-	1.845,75
S. Aplic. - Softwares	69.812,82	-	-	69.812,82
Veículos Ferroviários	102.367.067,02	-	-	102.367.067,02
Estações e Terminais	14.255,81	-	-	14.255,81
Obras de Arte	5.285.438,86	-	-	5.285.438,86
Sinaliz. e Comunic.	104.940.954,41	-	-	104.940.954,41
Superest. de Linha	42.954.649,12	4.951.440,85	-	47.906.089,97
Leito de Linha	1.343.847,45	-	-	1.343.847,45
Obras em Andamento	469.082.972,25	78.946.736,70	(103.978.939,99)	444.050.768,96
<b>Total</b>	<b>1.926.205.463,49</b>	<b>182.993.017,45</b>	<b>(104.624.170,37)</b>	<b>2.004.574.310,57</b>

## 4.8 – Diferido

Representa saldo, do exercício de 2007, de despesas pré-operacionais, caracterizado no conceito de ativo diferido, que não foi possível ser reclassificado no ativo imobilizado. Em conformidade com o pronunciamento CPC nº13, a administração decidiu por manter esse saldo no grupo de contas e iniciou em outubro de 2014 sua amortização sendo aplicado uma taxa anual de 10%, conforme abaixo:

Descrição	Diferido		Taxa Anual de Amortização
	R\$ 2016	2015	
Despesas Pré-Operacionais - Lei 11.638/07	33.635.960,43	33.635.960,43	
Despesas Pré-Operacionais - Incorporações Metrofor	7.899.549,35	7.899.549,35	
(-) Amortização Acumulada	(9.345.489,75)	(5.191.938,75)	10%
<b>Total</b>	<b>32.190.020,03</b>	<b>36.343.571,03</b>	

## 4.9 – Fornecedores

Descrição	Fornecedores	
	2016	2015
Thompson Segurança Ltda	1.198.324,23	3.276.910,94
Robert Faust – ME	106.802,42	67.677,09
Coelce	481.466,17	401.015,19
Petrobrás S.A.	28.400,00	27.050,00
SMF Serviços e Manutenção Ferroviário Ltda	514.654,19	2.640.524,56
SETEC/MWH Brasil Engenharia e Projetos Ltda	115.266,78	206.584,60
Herson Engenharia e Avaliações Ltda	140.720,32	120.223,30
Sodexo/Pass do Brasil Serv. e Com. Ltda	-	122.903,93
Interativa Empreendimentos e Serv.Limpeza e Cons.Ltda	29.595,76	51.496,74
Servarm Serviços de Vigilância Armada Ltda	67.360,44	93.292,39
Consórcio Metro Service	3.183.936,35	9.626.852,27
Thyssenkrupp Elevadores S/A	105.638,94	225.410,90
Rocha Araújo & Arrais Advogados	7.414,15	77.160,00
Gramados Comércio de Plantas Ornamentais Ltda	110.637,84	104.229,19
Carter Empreend. Mão de Obra Ltda	88.117,36	72.367,03
FAS Serviços e Transportes Ltda	116.814,55	87.991,73
Maracanhãs Viagens e Turismo Ltda	158.341,81	149.732,35
Outros Fornecedores	313.257,87	790.931,99
<b>Total</b>	<b>6.766.749,18</b>	<b>18.142.354,20</b>

## 4.10 – Encargos Trabalhistas e Tributários

## 4.10.1 – Trabalhistas

Descrição	Obrigações Trabalhistas	
	2016	2015
Salários e Gratificações a Pagar	3.723,22	509,12
FGTS a Recolher	153.632,86	146.525,27
INSS a Recolher	211.815,44	203.696,36
Consignações Diversas	426.597,77	354.723,73
Outras Contas	32.847,38	31.892,63
<b>Total</b>	<b>828.616,67</b>	<b>737.347,11</b>

## 4.10.2 – Tributárias

Descrição	Obrigações Tributárias	
	2016	2015
ISS a Recolher	226.368,77	106.090,90
PIS a Recolher	871,79	156,29
COFINS a Recolher	5.016,66	961,80
Imposto de Renda Retido a Recolher	516.123,13	165.472,13
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	887.501,92	294.665,86
INSS Retido a Recolher	297.373,59	298.950,08
Contribuição Previdenciária s/Receita	27.949,13	20.904,07
<b>Total</b>	<b>1.961.204,99</b>	<b>887.201,13</b>

## 5- PROVISÕES

## 5.1. Imposto de Renda/Contribuição Social sobre o Lucro

Não foram apurados valores a pagar dos tributos IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, devido a Companhia estar em fase de implantação, e mesmo iniciando a operação em outubro de 2014, apresentou prejuízo no ano. No exercício de 2016 foi utilizada a sistemática de apuração do Lucro Real Anual para a apuração do resultado fiscal da Companhia, não tendo sido apurado débitos de IRPJ e CSLL.

## 5.2. Ativo Fiscal Diferido

A Companhia não realiza o registro contábil do Ativo Fiscal Diferido, decorrentes de prejuízos fiscais e base de contribuições sociais sobre o lucro líquido, por não atender cumulativamente as condições regulamentares. Com base no regulamento, a Companhia não apresenta histórico de rentabilidade como não apresenta, efetivamente, ainda expectativa clara e concreta de geração de lucros tributáveis futuros.

## 5.3. Provisão para Contingências

A Companhia, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza trabalhista e cível, em diversas instâncias, ajuizados e conhecidos na data de encerramento das demonstrações contábeis, tendo a administração adotado como procedimento a constituição de provisão com base em vários fatores, incluindo a opinião dos seus assessores jurídicos. Em análise das demandas judiciais pendentes a assessoria jurídica da companhia apontou o percentual de risco de perda destas causas e assim sendo a companhia apresenta o registro de provisões, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, respectivamente no montante de R\$19.746.402,37 e R\$15.290.362,94. Historicamente a contrapartida contábil dos valores provisionados, na conta de contingência passiva, é registrada em rubrica do resultado,

despesas c/provisões. A movimentação nos exercícios pode ser assim resumidamente apresentada:

NATUREZA	PROVISÕES (R\$)	
	2016	2015
Trabalhistas	7.732.889,92	6.148.746,56
Cíveis	12.013.512,45	9.141.616,38
<b>Saldo Atual</b>	<b>19.746.402,37</b>	<b>15.290.362,94</b>

## 6- SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO

As subvenções para investimento recebidas são destinadas a aquisições de ativo imobilizado (obras em andamento do projeto Metrô). Diferidas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e estão sendo reconhecidas na demonstração do resultado a medida da realização do ativo vinculado, conforme estabelece os itens 12 e 26 do Pronunciamento Técnico CPC no 07.

A Companhia registrou na conta de Subvenções para Investimento os rendimentos das aplicações financeiras dos recursos gerados dessas subvenções recebidas, do mesmo modo do valor do principal – receitas diferidas. O procedimento adotado por encontrar-se vinculado, ao mesmo tempo, a realização da atividade do ativo e está sendo reconhecida também na demonstração do resultado a medida da efetivação dos ativos vinculados. No exercício de 2016 foi reconhecido, no resultado como receita, parte da realização dos investimentos de determinados ativos, no valor de R\$24.602.629,56, o qual é registrado no grupo de outras receitas (despesas) operacionais. A movimentação nos exercícios pode ser assim resumidamente apresentada:

Movimentação	SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS	
	2016	2015
Saldo Anterior	722.116.969,43	628.466.123,97
Investimentos	-	107.700.000,00
Rendimentos	6.652.053,77	10.553.475,02
Realizações	(24.602.629,56)	(24.602.629,56)
<b>Saldo Atual</b>	<b>704.166.393,64</b>	<b>722.116.969,43</b>

## 7- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## 7.1. Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$1.298.105.000,00 (Hum bilhão, duzentos e noventa e oito milhões, cento e cinco mil reais), correspondendo a 519.242.000 (Quinhentos e dezenove milhões, duzentos e quarenta e duas mil) ações ordinárias - ON, ao preço de R\$2,00 (dois reais) cada uma e 1.038.484.000 (Hum bilhão, trinta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil) ações preferenciais - PN, ao preço de R\$0,25 (vinte e cinco centavos) cada uma, todas de classe única, nominativas, sem valor nominal e inconversíveis de uma espécie em outra, totalmente integralizado e distribuído entre os acionistas da seguinte forma:

Acionista	Capital Social			Em R\$ Integralizado
	ON	PN	Total	
Estado do Ceará	519.241.989	1.038.483.978	1.557.725.967	1.298.104.972,50
Lúcio Ferreira Gomes	1	2	3	2,50
Francisco Quintino Vieira Neto	1	2	3	2,50
Eduardo Fontes Hotz	1	2	3	2,50
Alexandre Lacerda Landim	1	2	3	2,50
Paulo Henrique Hissa Peixoto	1	2	3	2,50
David Machado Bastos	1	2	3	2,50
Roberta Arantes Lanhoso Cyrillo	1	2	3	2,50
Alexandra Medeiros Lima	1	2	3	2,50
José Elcio Batista	1	2	3	2,50
Ronaldo Lima Moreira Borges	1	2	3	2,50
Lana Aguiar de Araújo	1	2	3	2,50
<b>Total</b>	<b>519.242.000</b>	<b>1.038.484.000</b>	<b>1.557.726.000</b>	<b>1.298.105.000,00</b>

O capital social é mantido a 1/3 para as ações ordinárias e 2/3 para as ações preferenciais, conforme as ações possuídas por cada acionista. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam das seguintes vantagens: prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório; prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da sociedade; participação, em igualdade de condições com ações ordinárias, nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes; em caso de dissolução da sociedade, os dividendos cumulativos poderão ser pagos a cada espécie à conta do capital social.



## 7.2. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

O saldo da conta do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de recursos financeiros repassados pela acionista majoritário – Governo do Estado do Ceará, originário do Tesouro Estadual. Contabilizados, os recursos recebidos, como Créditos para Aumento de Capital que será utilizado para integralização de capital da Companhia pelo acionista majoritário – Governo do Estado do Ceará:

Movimentação	RS 2016	2015
Créditos para Futuro Aumento de Capital – Governo do Estado do Ceará	137.457.023,25	124.015.498,33

## 8- DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

A Companhia elaborou o Demonstrativo de Fluxo de Caixa adotando o Método Indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o qual demonstrou a Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de R\$(49.006.857,14) e R\$73.125.014,23, respectivamente.

## 9- CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Nos exercícios de 2016 e 2015 a Companhia apresenta valores totalizados nas demonstrações contábeis. Os quadros apresentados abaixo e a fim de permitir a melhor comparabilidade das informações.

9.1 A composição da linha de “Custo dos Serviços”, apresentadas na Demonstração de Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, pode ser assim resumida:

Descrição	Custos dos Serviços	
	RS 2016	2015
Pessoal e Encargos	17.511.835,61	17.045.991,84
Outros Custos	56.290.412,54	45.444.791,90
Serviços de Terceiros	25.093.706,70	21.848.586,71
<b>Total</b>	<b>98.895.954,85</b>	<b>84.339.370,45</b>

9.2 A composição da linha de “Despesas Gerais e Administrativas”, apresentadas na Demonstração de Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 no grupo de Despesas Operacionais, pode ser assim resumida:

Descrição	Despesas Gerais e Administrativas	
	RS 2016	2015
Pessoal	10.341.910,61	10.351.101,34
Consumo	872.295,35	471.311,32
Serviços Terceirizados	5.617.935,77	4.572.048,93
Conservação e manutenção/Outras	81.009,79	5.202,99
<b>Total</b>	<b>16.913.151,52</b>	<b>15.399.664,58</b>

9.3 A composição da linha de “Outras Receitas/Despesas Operacionais”, apresentadas na Demonstração de Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, pode ser assim resumida:

Descrição	Outras Receitas/Despesas Operacionais	
	RS 2016	2015
Recuperação de Despesas	319,16	9.317,25
Receita Líquida de Venda do Imobilizado e Material Inservível	68.918,49	-
Aluguéis, Concessões e Arrendamentos	177.154,30	3.330,00
Receitas de Editais e Concursos	120.800,00	-
Receitas de Realização Subvenção	24.602.629,56	24.602.629,56
<b>Total</b>	<b>24.969.821,51</b>	<b>24.615.276,81</b>

9.4 Os valores apurados no resultado do exercício (prejuízos) nos períodos sob análise, sendo de R\$151.249.951,86 em 31/12/2016 e R\$138.675.906,77 em 31/12/2015, respectivamente, podem ser justificados principalmente pelo fato da margem bruta (Lucro Bruto) apurada pela companhia nas suas operações, não ser suficiente para cobrir os valores de Despesas Operacionais.

Destacamos que na Demonstração de Resultados constam valores de despesas de Depreciação/Amortização e Provisões que não representam desembolsos de recursos para a companhia, e consequentemente não influenciam na sua posição financeira, mas devem ser contabilizadas para fins de atender as normas contábeis e societárias obrigatórias. Demonstra-se em seguida como ficaria o resultado da companhia, caso fossem desconsideradas tais despesas que tem efeito apenas econômico:

Descrição	Resultado do Exercício		Variação
	2016	2015	
Valor Prejuízo DRE	(151.249.951,86)	(138.675.906,77)	9,07%
(+) Despesa de Depreciação/Amortização	69.436.875,79	69.050.842,14	0,56%
(+) Provisões Para Contingências	4.693.076,36	4.534.138,27	3,51%
(-) Resultado Líquido Ajustado	(77.119.999,71)	(65.090.926,36)	18,48%

Fortaleza, 31 de dezembro de 2016.

José Tupinambá Cavalcante de Almeida  
DIRETOR DE GESTÃO EMPRESARIAL  
Eduardo Fonte Hotz  
DIRETOR PRESIDENTE  
José Cid de Menezes  
CONTADOR – CRC-CE 9599/CE

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Conselheiros da  
Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos  
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião com Ressalva

Conforme citado na Nota Explicativa 4.7, a Companhia está buscando elaborar estudos para fundamentar a vida útil de seus bens que hoje tomam como referência a vida útil definida pela legislação fiscal, de modo a estabelecer novas taxas de depreciação que levem em consideração os tempos de vida útil-econômica estimada dos bens, em conformidade com suas atuais condições de funcionamento, além da do cálculo do valor recuperável dos mesmos por meio do teste de impairment.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

Chamamos à atenção para os valores relevantes de prejuízos apurados nos anos de 2015 e 2016, os quais conforme descrito na Nota 9.4, podem ser justificados principalmente pelo fato da margem bruta (Lucro Bruto) apurada pela companhia nas suas operações, não ser suficiente para cobrir os valores de despesas Operacionais. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior  
As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 11 de março de 2016, com ressalva em relação ao mesmo assunto mencionado na seção “Base para opinião com ressalva”.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das



demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre

outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 23 de março de 2017.

CONTROLLER AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S - EPP  
CRC (CE) 232-J

CNPJ (MF) 23.562.663/0001-03

Francisco Moisés de Almeida Gomes

DIRETOR TÉCNICO

CONTADOR CRC (CE) Nº12.837

CPF Nº: 575.694.793-00

CNAI Nº2.011

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nº03/2017

Nós, abaixo assinados, Membros do Conselho Fiscal da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos, atendendo o que determina o Estatuto da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos, examinamos os valores que compõem o Balanço Patrimonial e Demonstrações relativos ao exercício de 2016, bem como o relatório de auditoria externa independente, e após discussão opinamos que referida peça reflete adequadamente a situação econômica, financeira e patrimonial da empresa.

Fortaleza, 11 de abril de 2017.

Alceu de Castro Galvão Júnior

PRESIDENTE

Vivian Nicolle Barbosa de Alcântara

MEMBRO EFETIVO

Walter Correia Lima Filho

MEMBRO EFETIVO

\*\*\* \*\*

### SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

**PORTARIA Nº095/2017** - O SECRETÁRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DO CEARÁ EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora **NEYLIA MOREIRA DE MENESES**, ocupante do cargo de Coordenadora, matrícula nº300050-1-5, a **viajar** para Iguatu-CE, no período de 10 a 12 de abril de 2017, para visitar e avaliar as atividades do Centro Vocacional Tecnológico (CVT), situado dentro do Campus Multi-institucional Humberto Teixeira, concedendo-lhe 02 (duas) diárias e meia, no valor unitário de R\$77,10 (Setenta e sete reais e dez centavos), com acréscimo de 05% (Cinco por cento), totalizando em R\$202,40 (Duzentos e dois reais e quarenta centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea b §1º e 3º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10; classe III, do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Secretaria. SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, em Fortaleza, 10 de abril de 2017.

Francisco Carvalho de Arruda Coelho

SECRETÁRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO  
SUPERIOR EM EXERCÍCIO

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

### FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI

**PORTARIA Nº140/2017-GR** - O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo Nº2143675/2017, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **ANTONIO NAPOLEÃO MENEZES E SILVA**, matrícula 430227.1-7, Motorista, lotado no setor de transportes, a **viajar** à cidade de SÃO GONÇALO/RJ, no período de 10 a 18 de abril de 2017, com o objetivo de conduzir Estudantes do Curso de Geografia da URCA, ao "XXII Encontro Nacional dos Estudantes de Geografia", que será realizado na Faculdade de Formação de Professores na UERJ, concedendo-lhe 8,5 (oito e meia) diárias no valor unitário de R\$141,95 (cento e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos), perfazendo R\$1.206,57 (Hum mil, duzentos e seis reais e cinquenta e sete centavos), um acréscimo de 30% referente Decreto no valor de R\$361,97 (trezentos e sessenta e um reais e noventa e sete centavos), TOTALIZANDO a diária em R\$1.568,54 (Hum mil, quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), de





acordo com o Art.3º, alínea "b" §1º do art.4º; art.5º §1º, art.6º art.10º, Classe V do Anexo I, do Decreto nº30.719, de 25/10/2011, publicado no Diário Oficial em 27/10/2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Fundação. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA, em Crato (CE), 30 de março de 2017.

Francisco do O' de Lima Júnior  
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº145/2017-GR** - O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo nº2229286/2017, RESOLVE AUTORIZAR o(a) servidor(a) **CARMEN LUCIA ANDRADE ALENCAR COELHO**, matrícula nº430210.1-X, a **viajar** à cidade de FORTALEZA/CE, no período de 30 a 31 de março de 2017, com o objetivo de participar da solenidade de instalação do Grupo de Trabalho: "MEMÓRIA E VERDADE", concedendo-lhe 1,5 (uma e meia) diária no valor unitário de R\$61,33 (sessenta e um reais e trinta e três centavos), perfazendo um total de R\$91,99 (noventa e um reais e noventa e nove centavos), de acordo com o Art.3º, alínea "b" §1º do art.4º, art.5º §1º, art.10º, Classe V do Anexo I, do Decreto nº30.719, de 25/10/2011, publicado no Diário Oficial em 27/10/2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Fundação. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA, em Crato (CE), 30 de março de 2017.

Francisco do O' de Lima Júnior  
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº151/2017-GR** - O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo Nº2302552/2017, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **MANOEL FERNANDES DE LIMA**, matrícula 430441.1-7, Motorista, lotado no

setor de transportes, a **viajar** a cidade de SALITRE/CE no período de 05 a 06 de abril de 2017, com o objetivo de coletar dados para elaboração do Plano Diretor, concedendo-lhe 1,5 (uma e meia) diária, no valor unitário de R\$61,33 (sessenta e um reais e trinta e três centavos), perfazendo um total de R\$91,99 (noventa e um reais e noventa e nove centavos), de acordo com o Art.3º, alínea "b" §1º do art.4º; art.5º §1º, art.10º, Classe V do Anexo I, do Decreto nº30.719, de 25/10/2011, publicado no Diário Oficial em 27/10/2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Fundação. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA, em Crato (CE), 04 de abril de 2017.

Francisco do O' de Lima Júnior  
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº152/2017-GR** - O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo Nº2327741/2017, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **ANTONIO BEZERRA BRITO**, matrícula 472568-1, Motorista, lotado no setor de transportes, a **viajar** a cidade de SALITRE/CE no período de 05 a 06 de abril de 2017, conduzindo equipe de servidores com o objetivo de coletar dados para elaboração do Plano Diretor, concedendo-lhe 1,5 (uma e meia) diária, no valor unitário de R\$61,33 (sessenta e um reais e trinta e três centavos), perfazendo um total de R\$91,99 (noventa e um reais e noventa e nove centavos), de acordo com o Art.3º, alínea "b" §1º do art.4º; art.5º §1º, art.10º, Classe V do Anexo I, do Decreto nº30.719, de 25/10/2011, publicado no Diário Oficial em 27/10/2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Fundação. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA, em Crato (CE), 04 de abril de 2017.

Francisco do O' de Lima Júnior  
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

\*\*\* \*\*

#### PROVIMENTO Nº009/2017-GR

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI-URCA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo nº2364671/2017, Considerando a realização do Concurso Público de Provas e Títulos para o Provimento de Cargos de Professor Adjunto, Assistente e Auxiliar, regido pelo Edital nº003/2015-GR, publicado no Diário Oficial de 22 de fevereiro de 2016, Considerando os Ofícios de nº071/2017 e 058/2017 da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Crato/CE, comunicando o arquivamento do TAC nº01/2016 e 02/2016, nos dias 17 e 30 de março de 2017; RESOLVE AD REFERENDUM do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-CEPE: Art.1º- **HOMOLOGAR o 3º (terceiro) e último RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA O PROVIMENTO DE CARGOS DE PROFESSOR ADJUNTO, ASSISTENTE e AUXILIAR** desta Fundação, nos termos do Edital acima mencionado, conforme o Anexo Único, parte integrante deste provimento. ART.2º- Este provimento entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, revogadas as disposições em contrário. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI-URCA, em Crato/CE, aos 03 de novembro de 2016.

Francisco do O' de Lima Junior  
PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO

#### ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O PROVIMENTO Nº009/2017-GR

DEPARTAMENTO: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

SETOR DE ESTUDO: PRÁTICA DE ENSINO E ESTÁGIO SUPERVISIONADO

ASSISTENTE- Vagas: 01

1º Norma Suely Ramos Freire Bezerra  
2º Maria Iderlania de Freitas Sousa  
3º Diego Adaylano Monteiro Rodrigues

DEPARTAMENTO: EDUCAÇÃO FÍSICA

SETOR DE ESTUDO: BIODINÂMICA DO MOVIMENTO HUMANO

ADJUNTO - Vagas: 01

1º Maria do Socorro Cirilo Sousa

SETOR DE ESTUDO: BIODINÂMICA DO MOVIMENTO HUMANO

ASSISTENTE- Vagas: 01

1º Hudday Mendes da Silva  
2º Rodrigo Ramalho Aniceto  
3º Glêbia Alexa Cardoso  
4º Renato de Oliveira Massafferri



## DEPARTAMENTO: ENFERMAGEM

SETOR DE ESTUDO: FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM -

ADJUNTO- Vagas: 01

- 1º Luís Rafael Leite Sampaio  
 2º Jennara Cândido do Nascimento  
 3º Thais Marques Lima

SETOR DE ESTUDO: FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM

ASSISTENTE- Vagas: 01

- 1º Rosely Leyliane dos Santos  
 2º Francisco Gilberto Fernandes Pereira  
 3º Regina Petrola Bastos Rocha  
 4º Ariadne Gomes Patrício Sampaio  
 5º Leidiane Minervina Moraes de Sabino  
 6º Cicera Beatriz Baratta Pinheiro  
 7º Vitoria de Barros Siqueira

## DEPARTAMENTO: DIREITO

SETOR DE ESTUDO: DIREITO PROCESSUAL

AUXILIAR- Vagas: 01

- 1º Marcos Youji Minami  
 2º Fernando Menezes Lima  
 3º Emetério Silva de Oliveira Neto  
 4º Gabriela Gomes Costa  
 5º Tamyris Madeira de Brito  
 6º Lyvio Moizes Vasconcelos Vieira  
 7º André Ângelo Rodrigues  
 8º Helmo Robério Ferreira de Menezes

SETOR DE ESTUDO: DIREITO CONSTITUCIONAL

AUXILIAR - Vagas: 02

- 1º Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho  
 2º John Heinz Rummenigg Barbosa Luciano  
 3º Fernando Antônio Castelo Branco Sales Júnior  
 4º Sarah Carneiro Araújo  
 5º Cristóvão Maia Filho  
 6º Everaldo Santos Soares  
 7º Larissa Maciel do Amaral  
 8º Patricia Oliveira Gomes  
 9º Fernanda Abreu de Oliveira  
 10º Daniele Carvalho Pereira

SETOR DE ESTUDO: DIREITO CIVIL

AUXILIAR - Vagas: 01

- 1º Nadinne Sales Callou Esmeraldo Paes  
 2º Wesley Gomes Monteiro  
 3º Cristovão Teixeira Rodrigues Silva  
 4º Bethsaida de Sá Barreto Diaz Gino  
 5º Priscila Nunes Seixas  
 6º Manuela Couto Monteiro

## DEPARTAMENTO: LÍNGUAS E LITERATURA

SETOR DE ESTUDO: LIBRAS

AUXILIAR - Vagas: 01

- 1º Luíza Valdevino Lima

## DEPARTAMENTO: HISTÓRIA

SETOR DE ESTUDO: HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

ADJUNTO - Vagas: 01

- 1º Thiago de Abreu e Lima Florêncio  
 2º Túlio Henrique Pereira  
 3º Sílvia Maria Vieira dos Santos

\*\*\* \*\*

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

**PORTARIA Nº513/2017** - O VICE-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – FUNECE, no uso de suas atribuições, RESOLVE CONCEDER **VALE-TRANSPORTE**, nos termos do §3º do art.6º do Decreto nº23.673, de 03 de maio de 1995, aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, referente ao mês de Abril/2017. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – FUNECE, em Fortaleza, 30 de março de 2017.

Hidelbrando dos Santos Soares  
 VICE-PRESIDENTE



## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº513/2016 DE 30 DE MARÇO DE 2017

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍC	TIPO	QUANT
ADENILZA DE ALBUQUERQUE LIMA	AUX DE SERVIÇOS GERAIS	00045-1-0	A	36
ALDEMIR LIMA BARBOSA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	00105-1-0	A	36
ALEXANDRINA BARRETO ALVES	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	07400-1-2	A	36
ALMIR SOARES MENDES	AUX DE SERVIÇOS GERAIS	07458-1-2	A	36
ANA CELIA MOURÃO MARTINS	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	10637-1-5	A	36
ANA CRISTINA SBOAIO DO NASCIMENTO	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	07459-1-X	A	36
ANA KARLA ALVES AMORIM	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	08095-1-9	A	36
ANA MARIA V. CAVALCANTE	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	00235-1-5	A	36
ANA MARIA BEZERRA GOMES LOPES	AUX DE SERVIÇOS GERAIS	10624-1-7	A	36
ANA MARIA GUERRA PAULINO	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	00225-1-9	A	36
ANA MARIA MATOS TOMAZ	AUX DE ADMINISTRAÇÃO	07460-1-0	A/M	36/36
ANAIR CONCEIÇÃO DE MENEZES JUCÁ	ASSIS DE ADMINISTRAÇÃO	07401-1-X	A	36
ANTÔNIA FERNANDES DA SILVA MOURA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	00305-1-1	A	36
ANTONIO CASTRO DOS SANTOS	AUX DE SERVIÇOS GERAIS	07462-1-5	A	36
ANTÔNIO ELIAS DE BARCELOS VIEIRA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	07422-1-7	A	36
ANTONIO GIRÃO DAMASCENO	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	08816-1-9	A	36
ANTONIO INACIO RODRIGUES	MOTORISTA	07464-1-X	A/M	36/36
ANTONIO JOSÉ VASCONCELOS DA GRAÇA	AUX SERV GERAIS	00452-1-7	M	36
ANTONIO LUIZ DO NASCIMENTO	TRABALHADOR DE CAMPO	07501-1-5	A	36
ANTONIO OSMAR CANDEIA DO CARMO	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	00515-1-9	A	36
AUGUSTO CESAR SOARES MENDES	CONTINUO	00675-1-2	A	36
CALBI BATISTA BASTOS	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	00710-1-3	A/J	36/36
CARLOS ALBERTO DA SILVEIRA	TRABALHADOR DE CAMPO	00730-1-6	A	36
CLEMILTON DA SILVA SOARES	TRABALHADOR DE CAMPO	07468-1-9	A/M	36/36
CRISELDA MARIA PALMEIRA FONSECA	COZINHEIRA	00900-1-8	A	36
DARLENE MARIA M. DOS SANTOS	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	08012-1-6	A	36
ERLIENETE ALVES DA SILVA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	08028-1-6	A	36
ETHEL FONSECA ROCHA	SECRETÁRIA	01207-1-5	A	36
FÁTIMA MARIA MENDES LIMA	AUX. DE PAT. CLÍNICA	01285-1.1	A	36
FRANCISCA ELIANE VIEIRA RORATTO	SECRETÁRIA	07408-1-0	A	36
FRANCISCA ODAELZA FREITAS MOURA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	01390-1-7	A/F	36/36
FRANCISCO BARBOSA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	01467-1-4	A	36
FRANCISCO CARLOS LOBO MARTINS	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	08083-1-8	A/E	36/36
FRANCISCO DAS CHAGAS NASCIMENTO	OFICIAL DE MANUTENÇÃO	01535-1-6	A	36
FRANCISCO EUDES CARDOSO	TRABALHADOR DE CAMPO	01637-1-6	A/M	36/36
FRANCISCO EVANDO RODRIGUES	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	09038-1-7	A	36
FRANCISCO ITAMAR ALMEIDA BARROS	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	01715-1-4	A	36
FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA LIMA	OFICIAL DE MANUTENÇÃO	01733-1-2	A	36
FRANCISCO MIGUEL FILHO	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	07410-1-9	A	36
FRANCISCO RICARDO S. GOMES	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	01835-1-2	A/M	36/36
FRANCISCO WEYNE DE SOUSA	TRABALHADOR DE CAMPO	07477-1-8	A/F	36/36
GERARDA GUERRA PAULINO QUEIROZ	CONTÍNUO	07478-1-5	A	36
GUARANI BATISTA BASTOS	OPER DE REC AUDIVISUAIS	02050-1-X	A/J	36/36
INES SILVEIRA ROCHA SALES	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	07431-1-9	A	36
IVONILDO PAULA RIBEIRO	AUX TEC DE ENGENHARIA	10609-1-0	A	36
JACINTA VIANA DE LIMA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	08799-1-6	A	36
JAQUELINE MARIA HOLANDA LIMA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	07414-1-8	A	36
JOACILDA MARIA DA SILVA CARVALHO	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	02314-1-4	A	36
JOAO EVANGELISTA DOS SANTOS	DESENHISTA	002390-1-1	A	36
JOÃO FIGUEIREDO SILVA	OFICIAL DE MANUTENÇÃO	02395-1-8	A	36
JOÃO SAVIO FACUNDO BEZERRA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	02452-1-6	A/S	36/36
JOELIA MARIA DA SILVA CARLOTA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	02507-1-6	A/E	36/36
JOSÉ CAETANO DE VASCONCELOS	OFICIAL DE MANUTENÇÃO	02630-1-X	A	36
JOSÉ EVANDRO LEMOS	OPER DE MAQAGRICOLA	07472-1-8	A	36
JOSÉ GLADSON CARVALHO DANTAS	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	08063-1-5	A/S	36/36
JOSÉ HAROLDO DA SILVA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	07416-1-2	A	36
JOSÉ MARIA DE FREITAS	VIGIA	02840-1-7	A	72
JOSÉ MÁRIO LIMA DA SILVA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	07418-1-7	A/J	36/36
JOSÉ PEREIRA DE MORAIS	OFICIAL DE MANUTENÇÃO	02935-1-2	A	36
LÍDIA MARIA BARROS DE ALENCAR	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	03200-1-3	A	36
LILIANE MENDONÇA PRADO	DIGITADOR	07426-1-9	A	36
LINDA MARIA PRESLE R. DOS S. SOUSA	SECRETÁRIA	03220-1-6	A	36
LOURIVAL DE SOUSA RIBEIRO	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	03255-1-1	A/M	36/36
LUCIA MARIA ALVES DE OLIVEIRA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	08097-1-3	A	36
LUCIA TELMA GOMES	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	08023-1-X	A	36
LUCIRENE ROCHA SILVA	AUX DE SERVIÇOS GERAIS	07488-1-1	A	36
LUIZ ANTONIO MILHOME DE OLIVEIRA	AUX DE ADMINISTRAÇÃO	03342-1-9	A	36
LUIZ JUSSIE PEREIRA	OFICIAL DE MANUTENÇÃO	03413-1-2	A	36
MANOEL EPIFANIO F. DE ALMEIDA	AUX. DE ADMINISTRAÇÃO	004692-1.1	A	36
MARCOS FABIO DO NASCIMENTO	MOTORISTA	04808-1-9	A	36
MARCUS VINICIUS SALES LIMA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	10625-1-4	A	36
MARGARIDA JULIA DE ALBUQUERQUE	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	04830-1-X	A	36
MARIA CLEIDE ARAÚJO	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	10644-1-X	A	72
MARIA DE JESUS SILVA NASCIMENTO	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	08019-1-7	A	36
MARIA DILCE FEITOSA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	03845-1-8	A	36



NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍC	TIPO	QUANT
MARIA DO SOCORRO N. ROCHA	AUX DE SERVIÇOS GERAIS	07489-1-9	A	36
MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA LIMA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	08794-1-X	A/F	36/36
MARIA DORACY ALVES DE CASTRO	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	08088-1-4	A	72
MARIA EDINALDA MORENO DE MELO	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	07439-1-7	A	36
MARIA EDNEUDA DE FREITAS MARINHO	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	03952-1-8	A	36
MARIA EFIGENIA CAVALCANTE MELO	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	07440-1-8	A	36
MARIA ELETÍCIA OLIVEIRA DA SILVA	AUX DE SERVIÇOS GERAIS	08490-1-X	A	36
MARIA IRISMAR CANDEIA DO CARMO	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	04137-1-2	A	36
MARIA JOSE ALVES DE CASTRO	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	08081-1-3	A	36
MARIA LINDALVA CRUZ MOURA	CONTÍNUO	07492-1-4	A/F	36/36
MARIA LUCELITA DA SILVA MENDES	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	07447-1-9	A	36
MARIA LUCIA DE FÁTIMA BARROSO	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	08004-1-4	A	36
MARIA SOCORRO ARAÚJO LEITE	AUX DE SERVIÇOS GERAIS	07493-1-1	A	36
MAURIA LIDUINA BARBOSA MARTINS	ASSIST DE ADMINISTRAÇÃO	08027-1-9	A	36
MINERVA JACQUELINE SOARES DE CASTRO	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	09233-1-1	A	36
ODENIZA DE FREITAS MOURA	AUX DE SERVIÇOS GERAIS	05087-1-3	A/F	36/36
OSVALDO DE SOUSA LIMA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	05120-1-X	A/F	36/36
PAULO MOURÃO SOARES	AGENTE DE ADMINTRAÇÃO	10614-1-0	A	36
PEDRO ROSENO DA CRUZ	TRABALHADOR DE CAMPO	07496-1-3	A	36
RAIMUNDO AECIO MOURA QUEIROZ	MOTORISTA	05320-1-0	A	36
RAIMUNDO FERREIRA	AUX DE ADMINISTRAÇÃO	05385-1-5	A	72
REGINA CELIA VENTURA DA SILVA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	07498-1-8	A	36
REGINA GLAUCIA CANDEIA DO CARMO	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	07452-1-9	A	36
SAMUEL PRADO RODRIGUES	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	07453-1-6	A/M	36/36
SELMA DE SALES CAMPOS	ASSIS DE ADMINISTRAÇÃO	08073-1-1	A	36
SERGIO AUGUSTO LIMA LEITÃO	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	05732-1-3	A/M	36/36
TEREZA LUCIA LEMOS FERREIRA	SECRETARIO	05857-1-8	A	72
UIARA SILVA FREITAS GOMES	AUX DE ADMINISTRAÇÃO	05928-1-1	A/F	36/36
VICENTE PAULO DE OLIVEIRA	TRABALHADOR DE CAMPO	07500-1-8	A	36
ZULEIDE FREIRE DA SILVA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	08056-1-0	A	36

\*\*\* \*\*

### FUNDAÇÃO NÚCLEO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL DO CEARÁ

**PORTARIA Nº029/2017** - O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NÚCLEO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL DO CEARÁ – NUTEC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art.67 da Lei Federal nº8.666/93, **RESOLVE DESIGNAR**, o servidor **RAIMUNDO NONATO RODRIGUES SILVA**, matrícula 1005651-9, ocupante do cargo de gerente da Gerência Administrativa, como Gestor do Contrato nº002/2017, firmado entre a Nutec e a empresa C FREIRE PEREIRA. FUNDAÇÃO NÚCLEO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL DO CEARÁ - NUTEC, em Fortaleza-CE, 07 de abril de 2017.

Francisco das Chagas Magalhães  
PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

#### CORRIGENDA

Na certidão de Publicação da internet nº2017/02562, emitido por meio de Licitaweb em 13/03/2017 que publicou o Termo de Participação nº20170001, processo nº1063716/2017, referente ao tipo de aquisição. **Onde se lê:** Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos **Leia-se:** Vistoria, inspeção e aferição. FUNDAÇÃO NÚCLEO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL DO CEARÁ-NUTEC, em Fortaleza-CE, 06 de abril de 2017.

Francisco das Chagas Magalhães  
PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

### SECRETARIA DA CULTURA

**PORTARIA Nº79/2017** - O SECRETÁRIO DA CULTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art.78 combinado com o art.120 da Lei nº9.809, de 18 de dezembro de 1973, **RESOLVE AUTORIZAR**, nos termos do inciso I do art.123, da citada Lei, a entrega mediante **SUPRIMENTO DE FUNDOS**, à servidora **MARIA APARECIDA DE LAVOR**, que exerce a função de Datilógrafo Grupo Ocupacional ADO referência 26 matrícula nº0898051-9, lotada nesta Secretaria, a importância de R\$2.000,00 (dois mil reais), à conta da Dotação classificada na Nota de Empenho nº283/284. A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar a 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do seu recebimento, devendo a despesa ser comprovada 15 (quinze) dias após concluído o prazo da aplicação. SECRETARIA DA CULTURA, em Fortaleza, 23 de março de 2017.

Fabiano dos Santos  
SECRETÁRIO DA CULTURA

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

### 1º ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA 309/2014

ESPÉCIE: PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ ATRAVÉS DA SECRETARIA DA CULTURA – SECULT E **ABDIEL ANSELMO DE SOUSA**; DO OBJETO: Constitui objeto do presente Aditivo ao Termo de Cooperação Financeira nº309/2014, referente ao projeto “A CASA DE FRAN”, a **readequação do Plano de Trabalho com alteração das rubricas “Alimentação para equipe” por “Locação de Refletor”**, permanecendo o mesmo valor total de R\$600,00 (seiscentos reais), reduzindo-a em R\$600,00 (seiscentos reais), e “Transporte/Litros de combustível (gasolina)” por “Aluguel de Chromakey”, permanecendo o mesmo valor total de R\$284,39 (duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e nove centavos), sem alterar o orçamento financeiro e o objeto, não constituindo desvio de finalidade, estando tais alterações devidamente aprovadas pelo SIP (fls. 35) no processo nº4187740/2016. DA RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas e condições do Termo Original, que não foram expressamente modificadas por este Instrumento, permanecem inalteradas, sendo ratificadas pelas partes. O FORO: Fortaleza/CE. DATA DA ASSINATURA: Fortaleza, 22 de março de 2017; ASSINANTES: Fabiano dos Santos - Secretário da Cultura e Abdiel Anselmo de Sousa - Proponente. SECRETARIA DA CULTURA - CE, em Fortaleza-CE, 06 de abril de 2017.

Fabiano dos Santos  
SECRETÁRIO DA CULTURA

\*\*\* \*\*

### 1º ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA Nº204/2016

ESPÉCIE: PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA CULTURA – SECULT, E O **FRANCISCO GUILHERME CALIXTO MOREIRA**; DO OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação de prazo** do Termo de Cooperação Financeira nº204/2016, referente ao projeto “**desVANEIOS DE UM POETA**”, que passa a ter vigência até o dia 31 de março de 2017; DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições do Termo Original, que não foram expressamente modificadas por este Instrumento, permanecem inalteradas, sendo ratificadas pelas partes; O FORO: Fortaleza/CE. DATA DA ASSINATURA: Fortaleza/CE, 10 de fevereiro de 2017; ASSINANTES: Fabiano dos Santos - Secretário da Cultura e Francisco Guilherme Calixto Moreira - Proponente. SECRETARIA DA CULTURA - CE, em Fortaleza-CE, 06 de abril de 2017.

Fabiano dos Santos  
SECRETÁRIO DA CULTURA

\*\*\* \*\*

